

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LUCAS DE SOUZA E OLIVEIRA

O ESTATUTO ONTOLÓGICO DOS OBJETOS UNIVERSAIS
um exame do conceitualismo de Husserl a partir de suas *Investigações Lógicas*

NITERÓI – RJ

2022

LUCAS DE SOUZA E OLIVEIRA

O ESTATUTO ONTOLÓGICO DOS OBJETOS UNIVERSAIS
um exame do conceitualismo de Husserl a partir de suas *Investigações Lógicas*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Côrtes Diógenes Tourinho

NITERÓI – RJ

2022

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

O48e Oliveira, Lucas de Souza e
O Estatuto Ontológico dos Objetos Universais : um exame do
conceitualismo de Husserl a partir de suas Investigações
Lógicas / Lucas de Souza e Oliveira. - 2022.
130 f.

Orientador: Carlos Côrtes Diógenes Tourinho.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2022.

1. Ontologia. 2. Teoria do Conhecimento. 3. Lógica. 4.
Filosofia da Linguagem. 5. Produção intelectual. I.
Tourinho, Carlos Côrtes Diógenes, orientador. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD - XXX

LUCAS DE SOUZA E OLIVEIRA

O ESTATUTO ONTOLÓGICO DOS OBJETOS UNIVERSAIS

um exame do conceitualismo de Husserl a partir de suas *Investigações Lógicas*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Côrtes Diógenes Tourinho

Aprovado em dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Côrtes Diógenes Tourinho (orientador)

Universidade Federal Fluminense – UFF

Diogo de França Gurgel (arguidor)

Universidade Federal Fluminense – UFF

Paulo Mendes Taddei (arguidor)

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

NITERÓI – RJ

2022

AGRADECIMENTOS

Não tenho como, o tendo escrito, avaliar corretamente a qualidade do texto que apresenta. Frequentemente, aquilo que é cristalino e fora de dúvidas a quem escreve aparece a quem lê sob a mais dúbia penumbra, este é o risco intrínseco a toda atividade de pensamento e comunicação. Entretanto, se não posso, de minha posição, julgar por seus méritos esta dissertação, posso, por outro lado, independente de seu valor, me alegrar por ter conseguido dedicar meu tempo à pesquisa e, especialmente, à pesquisa filosófica.

Assim, não poderia deixar de demonstrar minha gratidão a todos aqueles sem os quais isto não seria possível, de maneira que gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao meu orientador, o professor Carlos Tourinho, que, desde que entrei em contato com ele pela primeira vez, numa aula sua à qual assisti como ouvinte, fez tudo que pôde para me guiar dentro da pesquisa e da vida acadêmicas, não apenas me convidando para integrar seu grupo de pesquisa, como também, posteriormente, aceitando me orientar na realização da pesquisa que a seguir se apresenta. Ainda aqui, gostaria de agradecer também a todos os professores que tive ao longo da vida, os quais me dão força moral para sustentar meu desejo de ocupar esse espaço e são verdadeiros exemplos para mim.

Gostaria, também, de agradecer à minha mãe, Ana Beatriz de Mota e Souza, e ao meu pai, José Hipólito de Godoy e Oliveira, que me deram à vida e, mais do que isso, a liberdade na vida. Sou extremamente grato, ainda, à minha avó Isaura de Motta e Souza e à minha tia, Maria Fernanda de Mota e Souza, as quais sempre me trataram como um filho e me dispensaram o mais terno amor, assim como ao meu irmão, Mateus de Souza e Oliveira, com o qual tenho um profundo laço identificatório, e ao meu padrasto, Eduardo Afonso, que sempre fez tudo ao seu alcance para dar a mim qualquer apoio de que precisasse, estando sempre inclinado a me ajudar como se seu próprio filho eu fosse.

Agradeço, outrossim, à minha namorada, Letícia de Oliveira Machado, por todo encorajamento que dá às minhas atividades, por todo amor que me dedica, por ter me ensinado o valor do carinho por, em suma, ser a melhor pessoa que poderia desejar para ser minha companheira de vida, a quem me sinto profundamente ligado e sem a qual a realização desta pesquisa já não teria mais qualquer sentido.

Não poderia, também, deixar de demonstrar minha gratidão aos meus amigos, Alexandre Bispo, André Abicaram, Dimitriu Giannikos, Gabriel Azevedo, João Pedro Simões, José Eduardo Cury, José Estêvão Diniz, Leonardo Macedo, Pedro Odebrecht, Rafael

Vidal e Rodrigo Chimelli, sem cuja presença os fardos que a vida nos impõe certamente já não seriam mais tão fáceis de se carregar.

Agradeço, além disso, aos meus companheiros de pesquisa, Carlos Eduardo David, Fernando Neves, Francisco Pires, Gustavo Gomes, Raphael Torres e Yuri Araújo, que sempre me foram grandes estímulos e exemplos de pesquisadores. Sem as conversas e trocas que tivemos, o que porventura este texto tenha de bom a apresentar já não seria mais tão bom assim; sem a companhia destes que navegam o mesmo barco que eu, a minha permanência na vida acadêmica certamente não seria possível.

Por fim, agradeço a todos aqueles que me precederam e cujo sangue carrego, pois que, mesmo não sabendo seus nomes, quem foram ou como existiram, sem essas vidas, que são para mim apenas mistério, eu não estaria aqui.

“Se não posso dobrar os poderes celestiais, agitarei o inferno.”

– Virgílio

“Não há maior mal que se possa sofrer que odiar o discurso racional.”

– Platão

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo a discussão do estatuto ontológico dos objetos universais, de acordo com a caracterização que lhes dá Husserl na Segunda Investigação de suas *Investigações Lógicas*. Nossa análise, porém, conta também com um estudo acerca da fenomenologia do sentido elaborada pelo autor também nessa obra, visto que precisamos elucidar, antes de entrarmos na questão daqueles objetos, os atos, sobretudo os significativos, nos quais são intencionados, uma vez que não faria sentido discutir um determinado tipo de ente sem, inicialmente, esclarecer o modo como eles são representado pela consciência. Outrossim, também não poderíamos empreender esta pesquisa sem posicioná-la dentro do projeto de uma Doutrina da Ciência, precisamente o objetivado por Husserl com a obra sobre a qual nos debruçamos, pretendendo-se, com esta situação, mostrar que apenas a compreensão da universalidade sob a perspectiva de uma certa intemporalidade pode nos livrar de uma abordagem psicológica e, portanto, contraditória, dos elementos basilares da Teoria do Conhecimento. Apenas ao final da dissertação trabalha-se com a caracterização positiva dos objetos universais, o que, porém, não prescinde de uma exposição, por meio da leitura que Husserl faz de Locke, Berkeley, Hume e Mill, da atitude, portanto, natural diante do problema relacionado a tais objetos, com o que se pretende afastar potenciais contra-argumentos que se poderiam derivar dela. Aí, então, neste último momento, apresentam-se os objetos universais como entes que, sendo intemporais, não possuem qualquer realidade, sendo apenas somente as condições de existência dos objetos individuais.

Palavras-chave: objetos universais; intemporalidade; realidade; Doutrina da Ciência; consciência.

ABSTRACT

This dissertation has as its purpose the discussion of the ontological statute of the universal objects accordingly with the characterization Husserl gives them in the Second Investigation of his *Logical Investigation*. Our analysis, however, counts as well with a study of the phenomenology of meaning as developed by the author also in this work, since we need to clarify, before we discuss more thoroughly those objects, the acts, mainly the meaningful ones, in which they are intentioned, as it would be pointless to talk about a certain kind of object without, initially, understand the way it is represented by consciousness. Furthermore, we also could not undertake this research without a clear notion of its position inside of Husserl's major project of a Doctrine of Science, which is his main objective with the above mentioned work. With this contextualization, we intend to show that only the comprehension of the universality through the perspective of a certain intemporality can hinder a psychological and, thus, contradictory approach of the basic elements of the Theory of Knowledge. Only at the end of this text we examine the positive characterization of the universal objects, what, nevertheless, cannot be done without exposing first the interpretation that Husserl has of the doctrine from Locke, Berkeley, Hume and Mill, of, hence, the natural attitude towards these objects, what has the goal to move away potential counter-arguments that could be inferred from it. Only, thus, at this last moment, there is a presentation of the universal objects as beings that, being intemporal, do not have any reality, being only the conditions of existence of the individual objects.

Key-words: universal objects; intemporality; reality; Doctrine of Science; consciousness.

SUMÁRIO

Introdução	1
I. Caracterização e Sentido da Doutrina da Ciência nos <i>Prolegômenos</i> de Husserl	3
I.1. O conceito de ciência em Husserl e sua noção de completude teórica das ciências.....	3
I.1.1. A unidade de fundamentação do conhecimento.....	3
I.1.2. Lógica pura e completude teórica das ciências particulares.....	9
I.2. Outras abordagens da Lógica e os contrassensos de todo relativismo.....	16
I.2.1. A interpretação psicológica das leis lógicas fundamentais.....	16
I.2.2. Relativismo e ceticismo.....	23
I.3. Recapitulação e condução à fenomenologia do sentido.....	30
II. Signo e Sentido nas <i>Investigações Lógicas</i>	33
II.1. Semiótica e comunicação nas <i>Investigações Lógicas</i>	33
II.1.1. O método fenomenológico e o signo como ponto de partida.....	33
II.1.2. A manifestação e o discurso solitário da alma.....	39
II.2. O significado e os objetos universais.....	47
II.2.1. Sentido, intencionalidade e cognição.....	47
II.2.2. Sentido e Objetos Universais.....	59
II.3. Recapitulação e condução à fenomenologia das essências.....	61
III. O Estatuto Ontológico dos Objetos Universais	63
III.1. Imbróglio em torno das significações universais e o ponto de partida realista.....	63
III.1.1. Significações universais e objetos universais.....	63
III.1.2. O realismo psicológico de Locke.....	69
III.2. A crítica e a crítica da crítica.....	77
III.2.1. A abordagem nominalista.....	77
III.2.2. A crítica de Husserl.....	88
III.3. Ontologia fenomenológica e caracterização positiva dos objetos universais.....	96
III.3.1. Valor ontológico do descritivamente dado.....	96
III.3.2. O que são, afinal, objetos universais?.....	106
III.4. Recapitulação e fixação da legitimidade do discurso sobre objetos universais.....	114
Conclusão	116
Referências Bibliográficas	118

INTRODUÇÃO

A pesquisa com base na qual se fez a presente dissertação teve como seu núcleo o exame da segunda edição das *Investigações Lógicas* de Husserl, mais precisamente, de sua Segunda Investigação, procurando-se, ali, delinear o que seriam os objetos universais. Pode-se afirmar que tal obra surge como continuidade de um esforço no sentido de esclarecer os fundamentos objetivos e metódicos da ciência na qual inicialmente se formara: a Matemática, comentando o próprio autor que sua preocupação central estava na apreensão da “essência racional da ciência dedutiva” (“*rationale Wesen der deduktiven Wissenschaft*”)¹. Num primeiro momento, surge, como resultado de sua pesquisa, a *Filosofia da Aritmética*, a qual é marcada pela crença, por muitos compartilhada, de que apenas a Psicologia pode dar as bases de uma Teoria do Conhecimento².

De fato, muitos contemporâneos do filósofo, inclusive Brentano, de quem ele fora aluno, entendem que a Psicologia é o ponto alto do empreendimento científico e de seus resultados ao longo de décadas acumulados. Tal autor chega, inclusive, a afirmar que esta é “a ciência do futuro” (“*die Wissenschaft der Zukunft*”)³, da qual irradiariam desde investigações concernentes à Lógica até pesquisas relativas à Economia Política, o que lhe daria um amplo espectro de aplicação e a colocaria, sem dúvida, como a mais valiosa das ciências. Neste sentido, não é de surpreender que Husserl, diante de toda esta efervescência, tenha inicialmente tentado responder às suas indagações a partir da trilha aberta pela Psicologia.

Acontece, porém, que ele logo se dá conta de que tais esforços padecem de um erro basilar e que os compromete por completo, qual seja, eles incorrem numa confusão de domínio, de modo que podemos compreender por que está dito, em seus *Prolegômenos*, que ele logo se viu levado a investigações de cunho mais geral acerca das relações entre a subjetividade do conhecer (“*Subjektivität des Erkennes*”) e a objetividade do conteúdo do conhecimento (“*Objektivität des Erkenntnisinhaltes*”)⁴. Com efeito, todo este volume é dedicado a justificar o motivo pelo qual não se pode construir uma Teoria do Conhecimento sobre uma Psicologia e, em última análise, que qualquer tentativa de o fazer poderia, no máximo, nos dar uma Psicologia do Conhecimento.

¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Introdução aos Prolegômenos, p. 5.

² *Idem*. p. 5.

³ BRENTANO, Franz. **Psychologie vom empirischen Standpunkt**. p. 36.

⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Introdução aos Prolegômenos, p. 7.

Dando sequência a esta primeira parte, que poderíamos considerar como essencialmente propedêutica, é dizer, como clareadora de questões basilares para que a construção de sua teoria seja bem compreendida, temos as investigações lógicas propriamente ditas. Nestas, Husserl avança em camadas, fixando pressuposto por pressuposto, de maneira que avança de indagações essencialmente concernentes a uma Teoria dos Signos e da Comunicação, em sua Primeira Investigação, para a descrição da estrutura das essências intencionais, já na Sexta, e última, Investigação. Na segunda destas investigações, então, que, como foi dito, norteou a pesquisa, o filósofo busca discutir as questões relativas aos objetos visados em nomes comuns, fazendo-o de maneira polemizante, pois que, em seu exame, dialoga com Locke, Berkeley, Hume e Mill, empreendendo um combate às suas tentativas de conceber o significado daqueles como derivados de usos psicológicos de ideias de objetos individuais, com o que se percebe uma certa semelhança de abordagem com o que se faz nos *Prolegômenos*.

É de se ver, portanto, que a questão em torno dos objetos universais, isto é, de seu estatuto ontológico, digamos assim, tem como uma de suas vias de entrada, que é precisamente a adotada neste texto, os nomes de uso universal, o que tem como consequência precisamente o fato de que seu exame demanda, previamente, um exame acerca da doutrina das significações exposta por Husserl, sobretudo nos moldes de sua Primeira Investigação, na qual as distinções essenciais são postas, o que será feito no segundo capítulo do texto. O primeiro deles, a seu turno, está destinado a posicionar o objeto de nossa pesquisa dentro do projeto que Husserl tem em vista executar com as *Investigações Lógicas*, a saber, o projeto de uma Doutrina da Ciência ou, se se preferir, de uma Lógica Pura, o qual também ali será elucidado, assim como algumas outras maneiras – as psicologistas – de se conceber a Lógica, tendo como intenção demonstrar sua inviabilidade. Apenas, então, o último capítulo será destinado à caracterização dos objetos universais enquanto tais, contando com uma exposição da leitura de Husserl das posições daqueles quatro autores supracitados e, por fim, com um delineamento positivo do sentido da universalidade atribuída aos objetos universais, o que se fará por meio de uma elucidação de sua “intemporalidade”. A exposição de tais filósofos, alerta, finalmente, a meu leitor, não tem como objetivo uma análise detalhada de sua doutrina, mas apenas, como posto, a interpretação de Husserl acerca delas, visto que é a partir dela que se pode compreender o que seria, para ele, a atitude natural, cuja configuração nos dá os motivos pelos quais há uma deformação despercebida daquele sentido, os quais devem estar sempre à vista, sob pena de incorrerem novamente nos mesmo equívocos.

CAPÍTULO I

CARACTERIZAÇÃO E SENTIDO DA DOCTRINA DA CIÊNCIA NOS *PROLEGÔMENOS DE HUSSERL*

I.1. O conceito de ciência em Husserl e sua noção de completude teórica das ciências

I.1.1. A unidade de fundamentação do conhecimento

Da mesma maneira que, quando falamos de juízos, temos de distinguir entre o ato mental judicativo e o conteúdo deste ato, temos, quando falamos que a ciência é uma unidade, de diferenciar entre a unidade objetiva de seu conteúdo e a unidade dos atos pelos quais ela é realmente constituída. Sob este segundo aspecto, Husserl argumenta que ela se configura como uma “unidade antropológica” (“*anthropologische Einheit*”)⁵, a qual é constituída tanto pelos atos dos pesquisadores, quanto por suas exposições em obras, o único modo pelo qual ela pode ser passada de geração em geração, se tornar um empreendimento comum e contínuo⁶. Esta unidade, então, constitui uma dimensão histórica e cultural da ciência, o ponto de inserção desta na comunidade dos Homens. Assim, pode-se pensar numa abordagem também antropológica da ciência, em que são abordadas as condições históricas da construção deste ou daquele paradigma ou, ainda, os contextos que permitem seu florescimento ou sua degeneração⁷, numa aproximação não tão interessada no conteúdo do saber científico, quanto na relação deste com determinadas configurações sociais e temporais.

Por outro lado, pode-se tomar o empreendimento científico precisamente pelo lado de seu conteúdo objetivo, isto é, pode-se questionar acerca do que fora descoberto e sobre a inserção desta descoberta num determinado conjunto teórico. Aqui, já não mais interessam os atos mentais ou condições históricas destes, ou, ainda, o contexto de sua transmissão geracional, sendo relevante tão somente o domínio de objetos estudado em sua configuração essencial e, caso se trate de uma ciência empírica, em sua efetividade contingente: estamos, pois, diante da ciência enquanto unidade sistemática ideal, na qual, quando se fala em juízo, tem-se em vista o conteúdo do juízo.

Neste ponto, porém, abre-se diante de nós mais uma dualidade, nomeadamente, que a significação dos atos científico-judicativos, isto é, o conteúdo destes atos, não se confunde com a própria objetividade por ela visada ou, como se preferir, pensada, dado que,

⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, §62, p. 231. Todas as traduções para o português ao longo da dissertação são de minha autoria.

⁶ *Idem*. Prolegômenos, §§ 6º e 62.

⁷ *Ibidem*. Prolegômenos, § 11, p. 41.

naturalmente, a proposição⁸ apreensiva de um estado-de-coisas, p. ex., com ele não se confunde. Como consequência, quando se fala em uma “unidade de fundamentação”, esta também tem um sentido duplo, na medida em que se refere às relações proposicionais, assim como às relações entre as objetividades proposicionalmente visadas, as quais aquelas refletem (“*wiederspiegeln*”)⁹. Na medida, porém, em que, a despeito deste duplo sentido, há esta relação de representação (ou, no termo anterior, reflexão) entre um plano e outro, a primeira coisa a se constatar e se manter, quando se coloca que a ciência é uma unidade sistemática, é que esta sua característica não é uma mera artificialidade do espírito humano¹⁰, mas decorre da evidência das coisas mesmas. Como consequência, então, temos, em segundo lugar, que nos ater ao fato de que o conteúdo da ciência é essencialmente proposicional¹¹, isto é, que a ciência é uma unidade sistemática de proposições, já que, naturalmente, as coisas por si só não podem constituir tal empreendimento.

Como, por outro lado, fica claro que é possível uma visada proposicional dos entes, emerge o próprio conceito de verdade e aqui, particularmente, de “verdade científica”, sendo necessário, porém, que se façam duas observações. Em primeiro lugar, quanto à diferença entre verdade e verdade científica, e, em segundo, quanto à distinção entre o “saber atual” (“*aktuellen Wissen*”)¹² e o saber claro e distinto, a partir do qual podemos falar no conceito de “evidência”. Relativamente ao primeiro ponto, a diferença está em que a verdade da proposição científica é elemento de uma unidade de fundamentação, ao passo que simplesmente falarmos em verdade pode nos remeter à mera verdade isolada, a qual, muito embora possa dar início à ciência, ainda não tem ela própria a inserção científica, ainda não faz parte de uma visada articulada do ente.

Quanto ao segundo ponto, a seu turno, Husserl nos mostra que, não obstante seja verdadeiro um juízo, e, assim, que constitua um saber atual, ele pode ainda não ser, num sentido rigoroso, “saber do ser ou não-ser” (“*Wissen vom Sein oder Nichtsein*”)¹³ de um dado estado-de-coisas (“*Sachverhalts*”)¹⁴, pois, para que isto se dê, a evidência é necessária, esta “certeza luminosa de que é o que reconhecemos, ou de que não é o que rejeitamos” (“*lichtvolle Gewissheit, dass ist, was wir anerkannt, oder nicht ist, was wir verworfen*”

⁸ Este termo foi sempre utilizado neste texto para designar o conteúdo (ou significação) do juízo.

⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 6º, p. 31.

¹⁰ *Idem*. Prolegômenos, § 6º, p. 30.

¹¹ Husserl expressa precisamente isso em *Lógica Formal e Lógica Transcendental* (1929) quando argumenta que o modo de pensar da ciência é, essencialmente, judicativo.

¹² *Ibidem*. Prolegômenos, § 6º, p. 28.

¹³ *Ibidem*. Prolegômenos, § 6º, p. 28.

¹⁴ *Ibidem*. Prolegômenos, § 6º, p. 28.

haben)¹⁵, tratando-se, assim, o juízo evidente de todo aquele que expressa aquilo que está atualmente dado e da maneira que está dado¹⁶, ou seja, que a ele *corresponde*¹⁷. Neste momento, então, se abre todo um campo de discussões para a elaboração de uma teoria da verdade como correspondência, ou, ainda, em termos fenomenológicos, como preenchimento (*Erfüllung*) das vivências intencionais significativas, destacando-se, apenas, que a natureza da evidência terá de mudar à medida que mude o tipo de objetividade na qual ela, em dado caso, se sustenta, o que, por sua vez, justificará que falemos, também, e primordialmente, em diferentes tipos de verdade.

Com efeito, como a ciência é, de acordo com o exposto, em seu caráter proposicional, a reflexão do próprio ser, suas fronteiras não são demarcadas aletoriamente, isto é, cada domínio científico é uma “unidade objetivamente fechada” (“*objektiv geschlossene Einheit*”)¹⁸, correspondendo a cada um deles um domínio próprio na região dos entes. Assim, caracteriza-se não apenas, por exemplo, a diferença entre a Química e a Biologia, mas, também, a existente entre a Matemática e a Física, e, de um modo mais geral, entre as ciências empíricas e as ciências eidéticas. Na medida em que, de um lado, aquelas tratam de objetos reais, isto é, dispostos no tempo e no espaço e estas, por outro, de objetos ideais, pode-se, num certo sentido, argumentar que as naturezas de suas verdades são completamente distintas, e justamente porque os tipos de ser ao qual suas proposições se adequam é completamente distinto.

Como decorrência, Husserl compreende que há verdades individuais e verdades genéricas¹⁹. De fato, consoante o autor:

As verdades se dividem em individuais e gerais [*individuelle und generelle*]. Aquelas contêm (de modo implícito ou explícito) asserções concernentes à existência de singularidades individuais, ao passo que estas são delas completamente livres, e apenas nos permitem inferir (puramente a partir de conceitos) a existência possível daquilo que é individual.²⁰

¹⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 6º, p. 28.

¹⁶ *Ibidem*. Prolegômenos, § 50, pp. 188, 189.

¹⁷ Como, então, é apenas em tais juízos que a objetividade visada está imediata e completamente dada, Husserl estabelece, em suas *Meditações Cartesianas* (1931) e em sua *Filosofia Primeira* (1923/1924), o julgar na evidência como o primeiro princípio para um recomeço radical da Filosofia.

¹⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 2º, p. 22.

¹⁹ *Idem*. Prolegômenos, § 63, p. 234.

²⁰ *Ibidem*. Prolegômenos, § 62, p. 234. No original: “Die Wahrheiten zerfallen in individuelle und generelle. Die ersteren enthalten (explizite oder implizite) Behauptungen über wirkliche Existenz individueller Einzelheiten, während die letzteren davon völlig frei sind und nur die (rein aus Begriffen) mögliche Existenz von Individuellem zu erschliessen gestatten.”.

As primeiras, seriam, portanto, sempre contingentes (“*zufällig*”)²¹ e, por conta disto, envolveriam, enquanto tais, a assunção de determinadas circunstâncias e determinadas posições existenciais²². Esta assunção existencial, porém, pode ser compreendida de um duplo modo. De um lado, parte da tarefa da ciência empírica é descrever um estado-de-coisas dado, assim, p. ex., no caso da Astronomia, a composição dos anéis de Saturno ou a temperatura da superfície solar, tratando-se, aí, de descrever características de entes efetivamente dados, de apreender suas singularidades, no que é bastante claro o motivo pelo qual se fala numa posição de existência. Do outro lado, em contrapartida, a mesma Astronomia postula leis genéricas sem qualquer referência a qualquer objetividade em particular, de modo que, ilustrativamente, a lei da gravidade não tem qualquer menção à Terra ou a outro corpo celeste. Em que se revela, neste plano, portanto, a assunção de realidade? No simples fato de que estas leis se fundam nas essências dos entes realmente captados e tidos como constitutivos do cosmos, ou seja, no fato de que elas, obviamente, se pretendem como explicativas de uma ordem dada e, neste sentido, como, digamos, “leis em vigor”. É bem verdade que se fundam elas meramente em essências e que, neste sentido, não teriam nada de empírico, ainda que, não sendo leis formais, possa-se dizer delas que tem materialidade, mas, por outro lado, não é necessário que o universo seja constituído precisamente por entes que sejam instâncias de tais essências, de maneira que aquela “vigência” é totalmente contingente, tais entes são, se bem que poderiam não ser, de maneira que este segundo sentido dado à posição de existência pode ser entendido como atinente a uma “pretensão de vigência” das leis eidéticas que são descritas pelas ciências empíricas.

No que tange as verdades genéricas, por sua vez, afirma-se-nos que elas não possuem nenhuma daquelas assunções existenciais²³, desenrolando-se num encadeamento dedutivo puro, o que, naturalmente, não excluirá uma sua aplicação a individualidades dadas. No caso das ciências que com elas lidam e que se conduzem por aquele raciocínio puramente desenvolvido, chega-se, eventualmente, a leis últimas e não mais passíveis de fundamentação e que são consideradas como leis basilares (“*Grundgesetze*”)²⁴, com base nas quais se fecha a unidade de fundamentação ou, ainda, a unidade teórica e dão o tom do que seria o sentido próprio de “teoria” em Husserl.

É fácil de ver, porém, que as ciências empíricas não teriam como nele se enquadrar, uma vez que não há recondução a leis fundamentais últimas, mas apenas a fundamentos ainda

²¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. . Prolegômenos, § 63, p. 234.

²² *Idem*. Prolegômenos, § 63, p. 234.

²³ *Ibidem*. Prolegômenos, § 63, p. 234.

²⁴ *Ibidem*. Prolegômenos, § 63, p. 234.

incompletos passíveis de ulterior enquadramento em unidades mais amplas. No entanto, ainda que isto seja verdade, não há desqualificação da “teoreticidade” de tais ciências, sendo concebível um sentido mais amplo para tal termo, visto que os fundamentos, ainda que não últimos, é dizer, não exaustivos dos conceitos elementares de um domínio, são genuínos na sua natureza explicativa²⁵, isto é, possuem entre si relações objetivamente válidas, ainda que padeçam, necessariamente, de certa incompletude material. Assim, não obstante esta, é ainda possível, a despeito das diferenças entre as ciências empíricas e as ciências eidéticas, justamente por conta da estrutura proposicional sistematizada de uma e de outra, falar numa unidade no domínio da ciência, sendo apenas de se manter em mente os distintos tipos de verdades que as constituem.

Sob outro prisma, é também clara, quando se pensa nas diferentes possibilidades de tipo de unidade objetiva quanto a tal domínio, a diferença entre meras unidades materiais e unidades sistemáticas. De fato, já o discurso empregado por Husserl acerca de uma “copertença coisal” (“*sachlicher Zusammengehörigkeit*”)²⁶ abre espaço para que se remeta às ciências cujo ponto de articulação está na descrição de uma determinada entidade. Assim, no próprio exemplo dado pelo autor, a Geografia é unificada pelo fato de que busca a descrição da superfície terrestre e de sua ocupação pelo Homem e, no exemplo dado acima, parte da astronomia está unificada pela sua tentativa de descrever cada um dos corpos celestes que se nos apresenta. Quando isto se dá, pode-se dizer que estamos diante de ciências ontológicas ou concretas²⁷, sendo de se observar que a maior parte das ciências empíricas terá ramos que se poderão considerar como tais, e precisamente pelo seu interesse dirigidos à particular constituição da realidade. Neste caso, Husserl nos diz que:

Há, porém, em segundo lugar, pontos de vista externos que unem verdades numa única ciência, e como o mais óbvio chamamos de *unidade da coisa* num sentido mais literal. Conecta-se, nomeadamente, todas as verdades as quais, de acordo com seu conteúdo, se relacionam a uma e mesma objetividade individual ou a um e mesmo gênero empírico.²⁸

Sob a comparação, então, deste peculiar modo de unidade coisal com tudo quanto já fora exposto acerca das cadeias de fundamentação, emerge com clareza o significado de

²⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. . Prolegômenos, p. 235.

²⁶ *Idem*. Prolegômenos, § 64, p. 238.

²⁷ *Ibidem*. Prolegômenos, § 64, p. 238.

²⁸ *Ibidem*. Prolegômenos, § 64, pp. 236-237. No original: “*Es gibt aber fürs Zweite auch ausserordentliche Gesichtspunkte für die Zusammenordnung von Wahrheiten zu einer Wissenschaft, und als den nächstliegenden nennen wir die Einheit der Sache ein einem mehr wörtlichen Sinne. Man verknüpft nämlich all die Wahrheiten, die sich ihrem Inhalte nach auf eine und dieselbe individuelle Gegenständlichkeit oder auf eine und dieselbe empirische Gattung beziehen.*”.

sistematicidade e da unidade por ela gerada. Aí, quando se fala em “copertença material” não se tem em vista um conjunto de descrições com referência a uma mesma objetividade, mas, sim, as relações essenciais vigentes ou, no caso das ciências constituídas por verdades genéricas, os desdobramentos puros do sentido de cada um dos conceitos constitutivos de seu domínio, as leis que daí se podem extrair com a finalidade de uma compreensão total do dado real ou do puramente conceitual. Mesmo no caso, portanto, das que se referem à efetividade, a observação das singularidades individuais, deste ou daquele objeto, deste ou daquele corpo celeste, é um mero “ponto de passagem metodológico” (“*methodologischer Durchgangspunkt*”)²⁹ para a aquisição das leis regentes da regularidade da natureza. A estas ciências, então, que tem “na lei o princípio unificante” (“*im Gesetz das einigende Prinzip*”)³⁰, chama-se de “nomológicas”, sendo estas as ciências no sentido mais rigoroso possível³¹, uma vez que visam o ser na sua quiddidade.

Como se pôde observar da exposição acima, o recorte entre ciências nomológicas e ciências ontológicas não produz a divisão criada pelas diferenças quanto à natureza das verdades, é dizer, tanto ciências empíricas quanto eidéticas estão inclusas sob este conceito rigoroso de ciência. De que maneira, no entanto, isto pode se dar? De que modo pode haver, como se afirmou, uma unidade no domínio da ciência quando cada uma de suas regiões é correlata a uma região do ser e este, a seu turno, possui uma cisão elementar à qual corresponde a classificação de verdades entre “genéricas” e “individuais”? O que é, portanto, constitutivo do sentido de teoria e de fundamentação para que se possa usar tais expressões como definidoras da cientificidade da ciência? Como vimos, a despeito de todas estas diferenças, a ciência se caracteriza por ser a expressão proposicional do ser, a qual, não obstante aquela cisão, ainda assim possui uma unidade, o que faz com que tudo quanto se possa chamar de conhecimento científico, esteja incluído numa ciência nomológica ou ontológica, seja uma verdade genérica ou individual, se refira a algo - o ser - que pode, sob certa perspectiva, ser apreendido numa generalidade que lhe dá também uma unidade. Ao mesmo tempo, na medida em que também podemos falar de um domínio proposicional com leis próprias, válidas para qualquer significação, há um duplo ponto de vista a partir do qual se visualiza o sentido que dá unidade ao conceito de ciência. Que, entretanto, a elucidação da cientificidade da ciência sob este duplo aspecto não tenha, nem no tempo de Husserl, nem

²⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 64, p. 238.

³⁰ *Idem*. Prolegômenos, § 64, p. 236.

³¹ *Ibidem*. Prolegômenos, § 64, p. 236.

agora, sido levada a cabo, havendo necessidade de uma completação teórica das ciências, é o que se passa a discutir agora.

I.1.2. Lógica pura e completude teórica das ciências particulares

Porque se fala numa “completação” das ciências particulares, nos vem, de imediato, ainda outros dois motivos, para além do mencionado acima, com base nos quais poderíamos afirmar que as ciências particulares estariam incompletas, os quais precisam ser de antemão descartados a bem da clareza e da precisa delimitação do escopo da Doutrina da Ciência que se intenciona, logo em seguida, apresentar. Em primeiro lugar, pode-se pensar que temos em vista “a mera incompletude” (“*die blosse Unvollständigkeit*”)³² material que atravessa cada domínio científico e apenas diz respeito às investigações ainda a realizar e respeitantes às suas objetividades em particular. Não é disto, porém, que se trata aqui, uma vez que, para fins da exposição da Teoria do Conhecimento assentada na fenomenologia pura, os caminhos particulares ainda a percorrer por cada ciência são totalmente irrelevantes.

Em segundo lugar, é de se tomar em conta que todas as ciências empíricas partem de determinados pressupostos metafísicos com base nos quais se dão suas hipóteses e especulações. Assim, o físico presume que há um tempo e um espaço, que os entes que estuda têm uma existência num mundo externo e autossubsistente, o psicólogo, a seu turno, assume que há sujeitos e que estes habitam um mundo, etc. É claro, porém, que, por mais que o senso comum e atitude científica ingênua deem tudo isto por garantido, qualquer reflexão rigorosa sobre a assunção destes objetos e estados-de-coisa mostrará que tudo não passa de probabilidades e que, em geral, mesmo os cientistas mais argutos não teriam como justificar tais pressupostos, os quais, em verdade, pertencem à Metafísica³³ e são de alçada própria do filósofo. Todavia, por mais que este âmbito de investigações seja altamente relevante, talvez até o mais relevante de todos, não é da incompletude gerada por sua não realização ou desconsideração que falamos. Além disso, como coloca Husserl, é também de se lembrar que tais questões metafísicas não abrangem a cientificidade em geral, mas apenas os elementos constitutivos da realidade efetiva³⁴, sendo, p. ex., indiferentes à matemática, cujo desenvolvimento se dá numa dimensão puramente ideal, à qual é indiferente qualquer existência, interna ou externa, deste ou daquele espaço, deste ou daquele tempo, o que, de resto, ficou claro quando falamos acima das verdades genéricas.

³² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 4º, p. 26.

³³ *Idem*. Prolegômenos, § 5º, pp. 26-27.

³⁴ *Ibidem*. Prolegômenos, § 5º, pp. 26-27.

Com efeito, quando se fala em incompletude teóricas das ciências visa-se não a ingenuidade das assunções empíricas das ciências naturais, mas uma outra atitude ingênua que abrange todos os empreendimentos científicos particulares, nomeadamente, a ingenuidade quanto aos princípios, “sobre os quais a razoabilidade de seus métodos repousa” (“*auf denen die Triftigkeit seiner Methoden beruht*”)³⁵. Por mais que, quando de uma cadeia de fundamentação, digamos, uma num formato silogístico clássico, o cientista tenha intelecção de sua correção, não há de sua parte a clareza quanto à justificação desta³⁶. É, então, desta obscuridade que emerge a tarefa da Lógica Pura ou, agora se pode compreender melhor isto, da Doutrina da Ciência, cuja finalidade central é a resposta à questão atinente “às condições de possibilidade de uma teoria em geral” (“*den Bedingungen der Möglichkeit einer Theorie überhaupt*”)³⁷. O que, todavia, quer dizer Husserl quando fala em “condições de possibilidade”? Consoante o autor:

Uma teoria enquanto tal consiste em verdades e sua forma de conexão é a forma dedutiva. Responder nossa questão, portanto, é, também, responder a questão mais geral acerca das condições de possibilidade da verdade em geral e, novamente, da unidade dedutiva em geral. – Os ecos históricos na forma de nossa pergunta são, obviamente, intencionais. Estamos, claramente, ocupados com a generalização necessária da questão quanto às “condições de possibilidade da experiência”. A unidade da experiência é, para Kant, a unidade da legalidade objetiva; ela cai, portanto, sob o conceito de unidade teórica.³⁸

Como vemos, portanto, trata-se, para ele, de uma generalização da questão kantiana acerca das condições de possibilidade da experiência³⁹, o que marca a transição da Metafísica Transcendental, cujo objetivo é a crítica da razão teórica pura (denunciando seus limites e eventuais transgressões), bem como a investigação das formas *a priori* da sensibilidade e a analítica dos conceitos puros do entendimento (da atuação de ambas as faculdades na constituição da experiência sensível) para a Lógica Pura, cuja finalidade é a analítica do

³⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 4º, p. 26. Por mais que se fale de uma correção quanto aos métodos, e não quanto à fundamentação propriamente dita, isto é irrelevante, tendo em vista que o método científico para Husserl, enquanto conjunto de arranjos artificiais para o progresso do conhecimento, tem sempre em vista o suporte às conexões de fundamentação (§ 9ª, Prol.) e, por isso, a sua correção será mera consequência da justificação da objetividade da fundamentação mesma.

³⁶ *Idem*. Prolegômenos, § 66, p. 243.

³⁷ *Ibidem*. Prolegômenos, § 65, p. 239.

³⁸ *Ibidem*. Prolegômenos, § 64, p. 239. No original: “*Theoria als solche besteht aus Wahrheiten, und die Form ihrer Verknüpfung ist die deduktive. Also schliesst die Beantwortung unserer Frage die der allgemeineren ein, nämlich die der Frage nach den Bedingungen der Möglichkeit von Wahrheit überhaupt und wieder und wieder von deduktiver Einheit überhaupt. – Die historischen Anklänge sind in der Form der Fragestellung natürlich beabsichtigt. Wir haben es offenbar mit einer durchaus notwendigen Verallgemeinerung der Frage nach den “Bedingungen der Möglichkeit einer Erfahrung” zu tun. Erfahrungseinheit ist ja für Kant die Einheit der gegenständlichen Gesetzlichkeit; also fällt sie unter den Begriff der theoretischen Einheit.*”.

³⁹ *Ibidem*. Prolegômenos, § 65, p. 239.

próprio conceito de teoria, a qual, naturalmente, dependerá da analítica do conceito de “fundamentação”, e que, por sua vez, quando observamos a própria elucidação da questão, não diz respeito apenas à legalidade que dá unidade ao âmbito da experiência, mas, de um modo geral, à legalidade em que está sustentada a unidade de qualquer domínio ontológico, inclusive o empírico. Com isso, a questão acerca da possibilidade da teoria, se trata, mais precisamente, da indagação acerca de sua essencialidade⁴⁰, realizando-se o exame do significado de seu conceito por meio dos “conceitos primitivos essenciais” (“*primitiven wesenhaften Begriffe*”)⁴¹ a partir dos quais aquele é constituído, bem como sua recondução à evidência da qual emergem, de maneira que, tal como em Kant⁴², a analítica conceitual proposta por Husserl não gira em torno de um esclarecimento, do seu objeto, mas, em verdade, de uma investigação acerca de sua legitimidade.

Assim, quando se fala da possibilidade de uma teoria, apenas se pode estar a referir ao exame da teoreticidade de uma qualquer teoria realizada tendo como parâmetro a pura essência deste conceito. Trata-se, com isto, de saber se uma dada forma teórica é válida em função das leis deduzidas a partir daquele⁴³. Como, porém, chegamos a elas? Como, do mero conceito de teoria, podemos inteligir as regularidades formais de todas as ciências em geral? Isto se dá precisamente porque aqueles conceitos primitivos dos quais ele é composto valem para tudo quanto se possa considerar como tal, de modo que se pode, ainda, compreender a razão pela qual esta Doutrina da Ciência também pode ser encarada como uma ontologia formal *a priori*.

Com efeito, como já explorado acima, quando falamos da cientificidade da ciência, sob a ideia de teoria, há conceitos relativos a elementos categorialmente diversos, ainda que estreitamente relacionados entre si, quais sejam, as “categorias significativas” (“*Bedeutungskategorien*”) e as “categorias objetivas puras ou formais” (“*reinen oder formalen gegenständlichen Kategorien*”)⁴⁴. Quanto às primeiras, remetem a conceitos como os de “proposição”, “sujeito”, “predicado”, “enlace” (e seus tipos, como, p. ex., conjuntivo, disjuntivo etc.), entre outros, todos relacionados a variações das espécies constitutivas do domínio das significações - tais como, ilustrativamente, substantivos, adjetivos, conjunções e etc. Que a significação possa ser decomposta em várias estruturas fundamentais, ou, melhor, categoriais, prova a presença dessas enumeradas acima em todos os idiomas, ainda que,

⁴⁰ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 66, p. 242.

⁴¹ *Ibidem*. Prolegômenos, § 66, p. 243.

⁴² KANT, Immanuel. **Kritik der reinen Vernunft**. Analítica Transcendental, 1º Livro, p. 134.

⁴³ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 66, p. 243.

⁴⁴ *Idem*. Prolegômenos, § 67, p. 245.

naturalmente, sob as mais diversas roupagens⁴⁵. Na medida, então, que o sentido tem seus próprios elementos e que, além disto, estes se dividem em tipos, é possível a concepção de um “esquema combinatório” (“*kombinatorische Übersicht*”)⁴⁶, que repousa sobre as leis concernentes às ligações possíveis entre aqueles tipos: quando se tiver, numa proposição, tipos legalmente passíveis de conexão, esta terá, por consequência, sentido, quando, ao contrário, isto não se der, então não haverá sentido (ou significado) algum⁴⁷. Assim, para uma pretensa proposição “um homem e é”⁴⁸, não há sentido, pois que as categorias significativas que lhe deveriam dar um acabamento unitário são legalmente incompatíveis entre si para, deste modo, fazê-lo, de maneira que se pode afirmar termos aí o solo a partir do qual são deduzidas as leis do “com-sentido” e do “sem-sentido”.

No entanto, não são apenas estas leis que se encontram sob o conceito de teoria, e nem poderia ser o caso. Afinal de contas, um nome como “quadrado redondo” tem sentido⁴⁹, mas é, obviamente, um contrassenso. É por isso que não se pode perder de vistas aquelas categorias objetivas puras, tais como “objeto”, “estado-de-coisas”, “unidade”, “relação”, entre diversas outras⁵⁰, as quais, como se pode observar, são as estruturas ontológicas fundamentais, tendo, justamente por isso, uma natureza categorial, nomeadamente, por delinearem os caracteres primitivos e formais de tudo quanto seja. Assim, a proposição “A se relaciona com B, B se relaciona com C, mas A não se relaciona com C”, não obstante tenha sentido, é um contrassenso, e o é por contrariar o próprio significado do conceito de “relação”, ou seja, a ligação, ou, ainda, a ausência de ligação, visada entre objetos pela proposição simplesmente não pode ser.

Com este último exemplo, aliás, somos capazes de compreender, de maneira mais clara, aquela íntima relação entre categorias “significativas” e “objetivas” de que se falou acima. De fato, na medida em que a significação consuma uma referência a objetos, podemos pensar que é justamente por meio das categorias significativas que conseguimos inteligir e nos referir às categorias objetivas, e, em geral, a qualquer objetividade dada, de modo que a significação representa o ser, ou, como se disse antes, o reflete. Com isto, pode-se conceber toda teoria e, em verdade, mesmo todo nome, proposição ou fundamentação, como uma composição categorial não apenas sujeito às leis do sentido ou, ainda, às leis da gramática

⁴⁵ Para maiores detalhamentos a este respeito, conferir a 4ª Investigação e, especialmente, seu § 14, na qual se fala sobre a “Gramática puramente lógica” (“*reinlogischen Grammatik*”).

⁴⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 67, p. 245.

⁴⁷ *Idem*. Prolegômenos, §67.

⁴⁸ Apenas me utilizo do exemplo dado na 4ª Investigação, § 12, p. 334.

⁴⁹ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 15, p. 61 e 4ª Investigação, § 12, p. 334.

⁵⁰ *Ibidem*. Prolegômenos, § 67, p. 245.

pura⁵¹, mas, também, àquelas da validade, isto é, às leis tipicamente lógicas, com base nas quais se pode afirmar se é possível ou não algo no ser que se adequa àquelas construções proposicionais, isto é, se a objetividade semanticamente referida é passível ou não de efetividade. Em verdade, se formos mais além, poderemos até mesmo ver que os tipos significativos, como substantivos e adjetivos, p. ex., refletem distinções ontológicas básicas⁵², neste caso aquela entre objetos e atributos, sendo lícito afirmar que a vocação elementar da linguagem é justamente a representação do mundo.

Como, porém, se dá a regulação das ciências particulares por este corpo teórico puro? Tomemos um exemplo similar ao dado acima, mas, desta vez, um pouco mais particularizado, como “A causa B, B causa C, e, assim, A causa C”. Neste caso, não temos o termo genérico “relação”, mas a própria causalidade, e podemos também pensar quanto aos termos “A”, “B” e “C” quaisquer entidades reais, de modo que não estamos a falar de objetos num sentido genérico, mas apenas de entes temporais. Ainda assim, a causalidade é um tipo de relação, bem como os objetos designados por aqueles letras são, em última análise, meras instanciações (ou, se se preferir, exemplificações) do gênero formal maior “objeto”. Mais do que isto, na medida em que o ser-real está aí tomado sob a linguagem, isto é, significativamente, os objetos e relações particularmente visados estão visados e representados por determinadas categorias significativas, articulando-se, em termos gramaticais, também por outras expressões - neste exemplo, basta pensar no “e, assim”. Por conta disto, do mesmo modo que podemos afirmar que a objetividade designada pela expressão “causar” é uma exemplificação da categoria objetiva “relação”, podemos compreender seu conteúdo semântico, digo, da expressão, como uma exemplificação da categoria significativa “verbo”. E, por fim, como são meras instanciações, estão sujeitas às leis deduzidas das categorias tomadas em sua pureza, isto é, daquilo que se extrai do próprio sentido daqueles conceitos fundamentais de que se falou acima, cuja violação faz com que já não se esteja mais sob sua abrangência.

Assim, pode-se ver que a incompletude lógica das ciências teóricas tem um conteúdo diferente daquele apresentado pela incompletude material ou metafísica. Com efeito, o inacabamento substancial das ciências tem tanto uma direção ascendente quanto descendente. Nessa última direção, pode-se falar numa incompletude decorrente, de um lado, de que é impossível dar conta da totalidade da natureza efetiva, a qual se caracteriza como um infinito

⁵¹ Para aprofundamentos, conferir a 4ª Investigação, particularmente o § 13.

⁵² Uma discussão mais pormenorizada do tema se dá logo no primeiro capítulo de *Ideias I* (1913), sobretudo em seu § 10.

manancial ôntico, e que, por isso, se caracteriza como um inacabamento atinente às ciências empíricas, e, do outro, de que, como os fundamentos conceituais últimos das ciências, mesmo das eidéticas, ainda é lacunar, ainda que ali, distintamente do que ocorre com as ciências empíricas, tal lacuna não lhes seja inerente, então não há como deduzir todas as suas consequências. Quanto à incompletude em direção ascendente, pode-se afirmar que, num plano, ela consiste precisamente nesse vácuo presente nas premissas nomológicas de uma ciência⁵³ e, que, noutra, também particular às ciências empíricas, da mesma maneira que não há como exaurir descritivamente a natureza em sua sucessão, não há como fazê-lo quanto ao que já passou, tornando-se, pois, impossível apreender todas as causas para os eventos atuais. Relativamente à incompletude metafísica, por sua vez, vemos que a verdade de todas as ciências naturais é construída *a partir* delas, ou seja, para que seja verdade que a Terra gira ao redor do Sol, eu preciso assumir que tais entes existam para além da minha consciência, que eles não sejam mera ficção da minha mente, a realidade daquilo que asseve a primeira proposição depende da realidade daquilo que asseve a segunda e, sob este aspecto, pode-se mesmo argumentar que incompletude metafísica representa um tipo particular de incompletude material numa direção ascendente.

Quanto ao inacabamento lógico das ciências, por sua vez, se dá um caso distinto, vez que elas não se constroem *a partir de* fundamentos lógicos, mas *segundo* eles⁵⁴, consistindo precisamente nisto a supramencionada exemplificação (ou instanciação), ou seja, como nos casos dados acima, no fato de que a relação causal é, como o próprio nome já esclarece, uma relação, com suas peculiaridades materiais e escopo de abrangência próprio, é verdade, mas, mesmo assim, uma relação. Com efeito, do puro conceito de objeto não se conclui a existência de qualquer objeto em particular, esta última questão só pode ser resolvida pela observação e evidenciação sensível, nunca com base em categorias puras. Ainda assim, no entanto, do conceito de objeto é possível concluir que não há um ente como um quadrado redondo, e simplesmente porque ele fere a própria essência do que é ser um objeto. É por isso, então, que a regulação teórica provida pela Lógica Pura tem um sentido meramente formal e abrange qualquer tipo de ciência, nomeadamente, porque seu desenvolvimento abrange o mero desdobramento de conceitos que se fazem presentes instanciadamente em qualquer tipo

⁵³ Um caso de lacuna demonstrativa numa ciência eidética, mais especificamente a Matemática, pode ser evidenciado pelos argumentos usados por Frege em *Fundações da Aritmética* no sentido de mostrar que não havia ainda uma justificativa rigorosa para as operações fundamentais, a qual teria como consequência a própria obscuridade quanto ao conceito do número um. FREGE, Gottlob. **The Foundations of Arithmetic**. Introdução e Capítulo I.

⁵⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 68, pp. 247-248.

de verdade, seja empírica ou eidética, sendo, em última instância, ela própria, uma teoria, “a teoria das teorias” (“*die Theorie der Theorien*”)⁵⁵.

Na medida, então, que seus conceitos são tão gerais a ponto de se fazerem presentes em qualquer tipo de ciência, pode-se afirmar que ela tem em vista apenas a verdade enquanto tal, daí que, sob uma perspectiva similar, Frege afirme em seu *Der Gedanke*, que a Lógica tem a verdade como seu objeto⁵⁶. Os variados tipos de verdade lhe são indiferentes, e ela é considerada somente como “o correlato necessário do ser em si” (“*das notwendige Korrelat des Seins an sich*”⁵⁷), isto é, enquanto aquilo em que o ser em geral, também a despeito de sua diversidade, está captado. Além disso, é também de se destacar, mais uma vez, que ela só tange o sentido daqueles conceitos reputados como primitivos e que, por isso mesmo, não assume qualquer posição existencial, fazendo com que suas conclusões tenham validade mesmo que não haja qualquer realidade; suas verdades falam daquilo que, mais do que eterno, é simplesmente atemporal e, neste sentido, quanto a seu objeto, se situam num plano de idealidade, visto que, como posto, concernem meramente a conceitos. O inacabamento lógico, portanto, consiste, de um lado, na falta de uma sua enumeração e de uma elucidação de seu significado, mas não apenas isto, daí que, como pusemos quando se falou das tarefas da Lógica Pura, que dele pretende dar conta, há uma ausência, por outro lado, da recondução de tais conceitos precisamente àquele *locus* ideal no qual se doam originariamente, de uma recondução, nomeadamente, à sua fonte na intuição, já que apenas aí se poderá afirmar sua validade objetiva e, por conseguinte, do raciocínio lógico-formal em geral, com o que, então, se pode afirmar que a incompletude lógica consiste, em última análise, justamente no fato de que as ciências particulares não são capazes de comprovar rigorosamente a legitimidade das formas de encadeamento nas quais se movem.

O que, porém, se quer dizer quando se discorre acerca de um plano ideal ou, se se preferir, atemporal? Não seria o caso que tudo que se pode captar são elementos sensíveis de um fluxo real (empírico-psicológico) de consciência? Como nós, seres temporais e reais, poderíamos falar na captação de atemporalidades? Não se poderia conceber que, em verdade, a Lógica é uma disciplina essencialmente relacionada ao modo como o mundo se mostra para nós em decorrência de nossas particulares condições cognitivas? É possível falar em legalidades assim tão universais e, por conseguinte, aplicáveis, inclusive, a entidades das quais nós não temos nem podemos ter conhecimento? Estas são as questões que levam a uma

⁵⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 66, p. 244.

⁵⁶ FREGE, Gottlob. **Der Gedanke: Eine logische Untersuchung**. p. 1.

⁵⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 62, p. 231.

abordagem outra - eminentemente psicológica - tanto da Lógica quanto da Teoria do Conhecimento e, sem dúvida, são todas legítimas, tendo, inclusive, influenciado os mais proeminentes pensadores, tais como Mill, Lipps, Wundt, Sigwart, dentro outros. Acontece, porém, que, como é óbvio pelas exposições acima, o tratamento fenomenológico dado a tais domínios não é apenas diferente, como se propõe, em verdade, a uma sua refundação, e precisamente por compreender que a leitura psicológica da lógica não somente se mostra incapaz de uma fundamentação radical da legitimidade do conhecimento científico e do conhecimento em geral, como, em último nível, possui contrassensos teóricos intrínsecos, de modo que a contraposição a essas outras doutrinas e o desenvolvimento da Lógica como a ciência eidética mais fundamental seria o mesmo que defender a própria possibilidade da verdade. Assim, o próximo tópico tem por intenção a discussão destas outras perspectivas sobre a Lógica, dos seus pontos aceitáveis e corretos e, ao mesmo tempo, a apresentação dos motivos pelos quais elas não podem ser incorporadas em sua totalidade, a partir do que se pretende mostrar que apenas a Doutrina da Ciência tal como delineada acima, a saber, como uma analítica em sentido amplo, pode lidar com aquela incompletude lógica. Em seguida, então, num segundo momento, se situará de maneira mais adequada tanto o problema das significações quanto das essências. Nesta etapa, porém, sem uma exposição propedêutica, seu sentido e gravidade restará incompreendido.

I.2. Outras abordagens da Lógica e os contrassensos de todo relativismo

I.2.1. A interpretação psicológica das leis lógicas fundamentais

Até o presente momento, fizemos a apresentação do projeto de Husserl no sentido da construção de uma lógica como doutrina da ciência, a qual, como é de se ver, caracteriza-se essencialmente como uma disciplina teórica, em contraposição às disciplinas técnicas e normativas. Acontece, porém, que, quando de sua proposta, pensava-se a lógica em outros termos, nomeadamente, como uma ciência fundamentalmente prática, cuja finalidade era o estabelecimento de regras para o pensamento e para o proceder científico, envolvendo-se aí a construção de seus métodos⁵⁸.

De acordo com o exposto acima, uma disciplina ou ciência teórica é, basicamente, o mesmo que uma ciência nomológica, cujo foco é o encadeamento das relações das essências das objetividades sobre as quais se debruça. Entretanto, neste momento, este termo – “ciência teórica” – na medida em que é contraposto aos conceitos de ciência normativa e de ciência

⁵⁸ Como indicativo desta concepção, conferir as definições dadas por outros autores para a disciplina e destacadas por Husserl no §12 de seus Prolegômenos.

prática, precisa passar por um leve alargamento de sentido, por meio do qual passa a abranger as ciências ontológicas, é dizer, aquelas que não estão tão preocupadas com a intelecção das leis dos domínios sobre os quais se debruçam, quanto com a descrição das propriedades dos entes existentes e que pertencem efetivamente a eles. Esta expansão se faz necessária, porque, como estas últimas, quero dizer, as ciências ontológicas não são, obviamente, ciências técnicas ou normativas, ou as enquadramos sob um conceito menos próprio de teoreticidade, o qual diz respeito meramente ao caráter não prescritivo das ciências às quais é empregado, ou teremos de nos valer de uma quarta expressão, o que, todavia, não é conveniente, visto que o próprio Husserl, em sua exposição, aceita, quando da contraposição às ciências prescritivas, um significado mais alargado para o termo “ciência teorética”⁵⁹. O que, porém, do outro lado, seriam ciências normativas e ciências técnicas?

Quanto às primeiras, pode-se afirmar que se configuram como disciplinas cuja unidade se assenta sobre uma valoração fundamental⁶⁰, ou seja, as proposições que lhe são constitutivas são, em verdade, prescrições com vistas à normatização de um dado domínio a partir de um certo critério. Assim, p. ex., se pensamos numa ética normativa e tomamos como seu preceito fundamental a apreciação positiva relativamente a uma característica C, então haverá todo um conjunto de prescrições normatizadoras das condutas das pessoas tomando C como parâmetro, de tal maneira que, digamos, se uma da pessoa A, que é B, não é, justamente por ser B, C, então dizemos que B é ruim, ou, ainda que A não deve ser B. É fácil, então, perceber que toda ciência normativa terá, lhe dando sustentação, uma ou mais ciências teoréticas, responsáveis justamente pela investigação das características da região normatizada que permitem a satisfação daquilo que fora tomado como “bom”⁶¹.

É claro, outrossim, que haver uma ciência normativa relativa a uma dada objetividade não significa, por si só, que suas regras sejam realizáveis⁶², pois que não necessariamente, no exemplo dado acima, uma pessoa A não ser B é, de fato, possível. Desta maneira, é apenas quando a efetivação das normas de uma dada ciência normativa é tomada como um fim prático, que temos aquele segundo tipo de disciplina acima mencionada, a saber, as disciplinas técnicas ou, ainda, tal como o fim que perseguem, práticas, as quais, naturalmente, têm sempre uma disciplina normativa sob si, cujo preceito valorativo fundamental lhes dá a meta a atingir⁶³. Assim, de acordo com Husserl:

⁵⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 64, p. 236.

⁶⁰ *Idem*. Prolegômenos, § 14, p. 58.

⁶¹ *Ibidem*. Prolegômenos, § 14, p. 57.

⁶² *Ibidem*. Prolegômenos, § 15, p. 59.

⁶³ *Ibidem*. Prolegômenos, § 15, p. 59.

A disciplina técnica [“*Die Kunstlehre*”] representa aquele caso particular de disciplina normativa, na qual a norma fundamental consiste na conquista de um fim prático geral. Claramente, portanto, toda técnica inclui em si mesma uma disciplina normativa que não é, ela própria, uma disciplina prática. Pois sua tarefa pressupõe que, descontando tudo quanto diga respeito à finalidade prática, a tarefa mais estreita de fixação de normas já tenha sido empreendida, normas pelas quais podemos aferir a adequação à noção geral do fim a ser atingido, ou a posse das propriedades características da classe de valores em questão⁶⁴.

Feitas estas exposições, o que significa dizer que havia, à época em que Husserl publicou a primeira edição de seus *Prolegômenos*, em 1900, uma prevalência no sentido de tratar a Lógica como disciplina prático-normativa? E qual a relevância desta classificação para a discussão de sua abordagem psicologista? Neste caso, a resposta à primeira indagação está intimamente ligada à da segunda, porque um tratamento meramente prático-normativo da Lógica significa, em última análise, que não se concebe qualquer Lógica Pura e teórica no sentido acima explicitado. Com efeito, mesmo os anti-psicologistas de então lançavam mão da normatividade desta ciência para lhe desembaraçar de qualquer tentativa empírica de se lhe interpretar, isto é, na tentativa de demonstrar que suas leis e princípios nada tinham que ver com fatos da psique, argumentavam que elas se situavam num plano deontológico que não podia ser confundido com o plano do ser⁶⁵.

Como, por outro lado, dado que toda ciência normativa terá ao menos uma ciência teórica que lhe dê sustentação, se abre uma lacuna quanto à disciplina teórica sobre a qual repousaria a Lógica Normativa, não sendo de surpreender que, sobretudo com toda a efervescência em torno da Psicologia, ela tenha sido eleita para tanto, chegando Mill a afirmar que aquela seria apenas “uma parte ou ramo da psicologia” (“*ein Teil oder Zweig der Psychologie*”)⁶⁶. Diante, então, da incapacidade dos pensadores não psicologistas de conceber outros fundamentos para suas prescrições e, ao mesmo tempo, de um, na leitura de Husserl, descaso com as possibilidades da disciplina em questão, que estaria sendo concebida meramente nos termos postos pela antiga escolástica, como se nada mais pudesse sair dali⁶⁷, abre-se o terreno para que se a conceba meramente em termos empíricos, para que se a

⁶⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 15, p. 59. No original: “*Die Kunstlehre stellt jenen besonderen Fall der normativen Disziplin dar, in welchem die Grundnorm in der Erreichung eines allgemeinen praktischen Zweckes besteht. Offenbar schliesst so jede Kunstlehre eine normative, aber selbst nicht praktische Disziplin ganz in sich. Denn ihre Aufgabe setzt die Lösung der engeren voraus, zunächst, abgesehen von allem auf die praktische Erreichung Bezüglichen, die Normen zu fixieren, nach welchen die Angemessenheit an den allgemeinen Begriff des zu realisierenden Zieles, an das Haben der die bezügliche Klasse von Werten charakterisierenden Merkmale beurteilt werden kann.*”.

⁶⁵ *Idem*. Prolegômenos, § 19, pp. 65-66.

⁶⁶ *Ibidem*. Prolegômenos, § 17, p. 64.

⁶⁷ *Ibidem*. Prolegômenos, § 13, p. 50.

reformule, como visto acima, de modo a reduzi-la a um subdomínio da psicologia científica, que tem como característica basilar a noção de que o único tipo de evidenciação possível é aquele dado pela experiência ou, o que dá no mesmo, pela sensibilidade, sem que o discurso acerca de idealidades possua qualquer sentido.

Além disso, concorre também para tanto que, já em sua formulação, as leis lógicas estivessem dadas em termos altamente ambíguos, os quais tornam ainda mais propício o ambiente para que se as interprete como sendo referentes a atos mentais, como se já em seu princípio não houvesse muita clareza quanto ao domínio ontológico ao qual pertenceriam. De fato, na medida em que elas se colocam como prescrições para o pensamento, para o julgamento, para demonstrações e etc.⁶⁸, todos eles com uma dimensão relativa a vivências reais da consciência, e em que mesmo os anti-psicologistas normativistas as expressem deste modo⁶⁹, dá-se ainda mais linha para sua psicologização. Como, exatamente, esta se dá?

Podemos, para trazê-la à luz, nos utilizar, seguindo Husserl, do modo como Mill interpreta o princípio de não contradição, o qual este coloca como sendo uma das mais primordiais “generalizações a partir da experiências” (“*Verallgemeinerungen aus der Erfahrung*”)⁷⁰. Segundo o britânico, teríamos, de um lado, a própria experiência interna de que não conseguimos acreditar e desacreditar simultaneamente num mesmo estado de coisas, e, do outro, nossas observações de que, no mundo externo, seus fenômenos opostos, como som e silêncio, luz e sombra, também jamais se dão ao mesmo tempo⁷¹, de maneira que seria, então, o princípio de não contradição de aplicação tanto aos fenômenos da psique, quanto da realidade para além dela.

Há, neste ponto, entretanto, uma indecisão da parte dele quanto ao assento último deste princípio, tendo em vista que, por vezes, se refere a ele como “uma parte original da nossa constituição mental” (“*an original part of our mental constitution*”) e, por outras, como “universalmente verdadeiro dos fenômenos observados” (“*universally true of the observed phenomena*”)⁷². O fato, porém, de haver aí uma demora, de ser este um ponto de hesitação e reflexão por parte de Mill, só evidencia que, para ele, a discussão relativa aos fundamentos da lógica tem como um de seus elementos centrais a questão acerca de qual porção da sua realidade eles podem ser hauridos.

⁶⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 18, p. 64.

⁶⁹ *Idem*. Prolegômenos, § 19, pp. 65-66.

⁷⁰ MILL, John Stuart. **Logik**. Gomperz, I, p. 298. *Apud* HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 25, p. 89.

⁷¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 25, p. 89.

⁷² MILL, John Stuart. **An Examinaton of Sir William Hamilton's Philosophy**. p. 491. *Apud* HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 25, p. 90.

Assim, o que se nota é que se, classicamente, o princípio de não contradição é colocado como a impossibilidade da verdade de um par de proposições contraditórias, em sua leitura psicologista, ele passa a se resumir como “a incompatibilidade real” (“*die reale Unverträglichkeit*”)⁷³ de crenças opostas ou, ainda, a depender de como se vá a decidir o problema posto no parágrafo acima, como “incoexistências das experiência externa” (“*Incoexistenzen der äußeren Erfahrung*”)⁷⁴. Como, então, em ambos os casos tratar-se-ia de uma generalização empírica, ainda que das mais basilares, não se poderia deixar de conceber a possibilidade de que, a depender do desenrolar do fluxo da realidade, ela deixasse de valer, o que é, aliás, expressamente concebido por Mill, quando ele diz não saber se tal princípio seria “capaz de alteração pela experiência” (“*capable of alteration by experience*”)⁷⁵. Aí, ele apenas ressalva que isto teria se dar numa esfera de ser distinta da que nos é acessível, posto que nossa mente seria incapaz de crenças opostas simultâneas⁷⁶, como que num destaque ao sentido psicológico do princípio de não contradição. O mesmo raciocínio por trás desta formulação pode, naturalmente, ser estendido aos demais princípios lógicos elementares, como o princípio do terceiro excluído e o da identidade, os quais, assim como o de não contradição, passam a ser lidos como descritivos das nossas regularidades mentais ou daquilo que se apresenta à nossa mente, no que fica claro que o objeto da Lógica já não é mais a verdade ou os fundamentos legais de tudo quanto possa ser considerado verdadeiro, mas, ao contrário, o fluxo temporal da consciência e suas leis de sucessão e simultaneidade.

Ademais, neste esteio, um outro modo de psicologização da Lógica consiste na leitura da evidência como uma sensação. Com efeito, na medida em que a evidência, como vivência da verdade, tem, certamente, uma dimensão real e, de fato, muitas vezes venha acompanhada como que de um certo sentimento de acerto ou correção, como quando, numa dedução, *sentimos* que chegamos à prova que queríamos, é fácil compreendê-la como sendo meramente esta sensação e negligenciar aquilo que lhe é essencial. Assim o fizeram inúmeros pensadores, inclusive Mill⁷⁷, e, como consequência, entenderam que a Lógica seria a técnica para que se chegasse a esta experiência de correteude, a qual, em decorrência da nossa constituição psicológica, estaria associada a determinadas sucessões do pensar⁷⁸. Se, contudo, pensarmos com cuidado, notaremos que a teoria da evidência como um sentimento é apenas a

⁷³ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 25, p. 91.

⁷⁴ *Idem*. Prolegômenos, § 25, p. 90.

⁷⁵ MILL, John Stuart. **An Examinaton of Sir William Hamilton’s Philosophy**. p. 491. *Apud* HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 25, p. 90.

⁷⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 25, p. 90.

⁷⁷ *Idem*. Prolegômenos, § 49.

⁷⁸ *Ibidem* Prolegômenos, § 49, p. 183.

consequência da própria concepção dos princípios lógicos como, de fato, expressão de leis psicológicas, uma vez que, num e caso e noutra, a própria verdade perde seu teor objetivo e é tomada em sua apresentação subjetiva. Estaria aí em jogo que tais autores, quando falam daquela “incompatibilidade” têm em vista, também, precisamente uma impossibilidade deste sentimento de evidência quando de uma eventual tentativa de violação daqueles princípios, de modo que, como se nota de maneira bastante clara, a Lógica de fato é concebida colocada nos termos da Psicologia Descritiva que à época emergia com grande vivacidade.

Deste modo, notamos que, sob a leitura apresentada, a Lógica adquire, em verdade, um duplo sentido. De um lado, apresenta-se como a própria teorização acerca de algumas das leis da nossa mente, como no caso mencionado do princípio de não contradição enquanto impossibilidade da consciência simultânea de representações opostas e, com isso, realmente não passa de um ramo da Psicologia. Do outro, porém, adquire um sentido prático e normativo, na medida em que as leis que descreve são tomadas como leis do pensar correto, numa relação estreita com aquela sua dimensão puramente psicológico-descritiva. Assim, se, p. ex., sabemos que o sentimento de evidência só nos é acessível quando não tentamos conciliar crenças opostas, então o princípio de não contradição se torna, para além de descrição, norma. Estaríamos, com isso, diante de regras que, como colocou Lipps, garantiriam que o pensar siga sua regularidade própria, nomeadamente, aquela que se dá quando não estão presentes fatores perturbadores, como o hábito e a tradição⁷⁹. Como consequência, então, é de se observar que, juntamente com a evidência, a verdade mesma seria apenas uma vivência psíquica causada pelo fluxo de determinadas outras vivências, não se falando aqui em qualquer teoria da verdade como correspondência ou qualquer coisa do gênero, mas, tão somente, de uma verdade como efeito.

Por fim, e como pequena adição às leituras psicológicas da Lógica, é de se colacionar sua leitura biológica, em que seus princípios estão encartados como frutos da evolução das espécies⁸⁰. Isto, a princípio, o próprio Husserl admite, não implica necessariamente numa abordagem psicológica⁸¹, mas quando lemos que, em verdade, os princípios desta disciplina são adquiridos em decorrência de nossa aprendizagem acerca de nosso meio, como se, caso este fosse distinto, também eles o seriam⁸², então vemos que não há nada muito distinto do que afirma Mill quando nos diz que eles são generalizações de nossa experiência, pois que são, igualmente, meras contingências de nossa natureza, sendo, em verdade, representativos

⁷⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 19, pp. 67-68.

⁸⁰ Para maiores aprofundamentos, v. o capítulo IX dos *Prolegômenos*.

⁸¹ *Idem*. Prolegômenos, § 52, p. 196.

⁸² *Ibidem*. Prolegômenos, § 53, p. 198.

de fatos, de associações mentais que realmente ocorrem. Com efeito, é lícito afirmar que esta interpretação, de forte caráter evolucionista, não é divergente à psicológica, mas apenas a tenta enquadrar funcionalmente dentro de uma concepção teleológica da natureza, como que numa tentativa de explicar a utilidade à sobrevivência do caráter lógico da consciência.

Entendi que, a despeito de ter pensado este tópico como maneira de introduzir as concepções psicológicas acerca da Lógica, a adição desta teoria biológica-evolucionista contribuiria para uma compreensão do contexto de seu surgimento, as quais, em última instância, têm em comum, como que numa repulsa a tudo que não é sensivelmente perceptível, a redução dos princípios lógicos a leis reais, tratando-se, aí, de um claro efeito do positivismo científico, o qual tenta, com todas as forças, expandir os domínios das pujantes ciências empíricas, os quais haviam acabado de receber a adição da Psicologia. Além disso, na medida em que esta segunda concepção apresentada entende que um dos grandes ganhos evolutivos da lógica consiste em que ela tornaria o pensar mais econômico, tomamos contato com uma outra noção norteadora do naturalismo lógico, a saber, o princípio da simplicidade de pensamento, isto é, a tentativa de simplificar ao máximo o dado com o qual se lida⁸³, o que se seria, no entendimento de Spiegelberg, fruto de uma interpretação equivocada da Navalha de Ockham. Com efeito:

Positivistas em países anglo-americanos apreciam a navalha proverbial de Ockham: o princípio de que as entidades não devem ser multiplicadas para além do necessário. Literalmente interpretada, mesmo esta injunção não demanda qualquer simplificação drástica do dado, mas apenas se opõe a complicações desnecessárias na introdução de conceitos e hipóteses explicativas. Ele não pede que se esfole o fenômeno até os ossos ou que se raspe sua pele juntamente com o restolho.⁸⁴

Assim, o que se nota é que a Navalha de Ockham é elevada a um atributo evolutivo, que ela não é apenas um princípio de pesquisa, mas se tornou uma característica do nosso pensamento enquanto fato psíquico, sendo a Lógica, sob tal interpretação, o dispositivo factual de realização daquela simplificação. Que, no entanto, a despeito da legitimidade de muitas destas pretensões e do fato de que o rigor científico estabelecido tem sempre o intuito de buscar a evidenciação de tudo quanto se afirma, busca-se, agora, mostrar que a sua ideia de que esta evidenciação pode ser haurida apenas da experiência sensível não pode vingar e que, em

⁸³ SPIEGELBERG, Herbert. **The phenomenological movement: a historical introduction**. Vol. 2, 2ª ed. p. 657. No original: “*Positivists in Anglo-American countries are fond of Occam’s proverbial razor: the principle that entities ought not to be multiplied beyond necessity. Literally interpreted, even this injunction does not call for any drastic simplification of the data but only opposes unnecessary complication in introducing explanatory concepts and hypotheses. It does not ask us to strip the phenomena to the bare bones or to scrape off their skins along with the stubbles.*”.

⁸⁴ *Idem*. p. 657.

verdade, isto, juntamente àquele enquadramento funcional economicista, leva a uma concepção estreita da Lógica e contraditória quanto à natureza do conhecimento, com o que se busca, como colocado antes, elucidar a necessidade de uma Doutrina da Ciência nos moldes colocados por Husserl para que se possa justificar a validade objetiva do raciocínio científico.

I.2.2. Relativismo e ceticismo

Procurei, acima, fazer um apanhado das outras leituras da Lógica - essencialmente, como se viu, psicológicas - colacionadas por Husserl em seus *Prolegômenos* sem, entretanto, expor logo de plano os contra-argumentos apresentados por este filósofo, isto é, os motivos pelos quais, apesar de sua popularidade, ele delas se distancia. Quando, porém, vamos a estes, percebemos que eles são de dois tipos, a saber, um primeiro pelo qual se evidencia que a concepção empírica daqueles princípios lógicos perde de vista parte de seu sentido, e a mais importante dele, isto é, daquilo a que os lógicos visam quando deles lançam mão, e um segundo, que tem como sua sustentação o primeiro, relativo aos contrassensos em que todas aquelas interpretações estreitas caem.

Assim, quando nos aproximamos mais detalhadamente do primeiro tipo de objeção, podemos, logo de plano, apontar para que, se a coexistência de crenças opostas numa mesma consciência e num mesmo tempo não é possível, ela certamente o pode ser em consciências distintas⁸⁵ e, ainda, numa mesma consciência, ainda que sucessivamente. Desta maneira, haveria uma necessidade de maior acurácia na formulação do princípio, com uma indicação mais precisa do *locus* e do tempo da incompatibilidade de existência, uma vez que, do contrário, ele, como tentativa de descrição da regularidade do real, não estaria projetando o que nele passa.

Mais do que isso, porém, é também possível perguntarmos, junto com Husserl, se em nenhum caso seria possível a coexistência de crenças opostas, como, p. ex., em loucos ou pessoas eventualmente fora de si, ou até mesmo em pessoas normais, visto que nem toda contradição é assim tão cristalina quanto nos exemplos que eventualmente imaginamos⁸⁶. Como, naturalmente, são estas hipóteses cuja realidade não pode ser excluída, então, mais uma vez, a leitura psicológica da Lógica tem de reformular o princípio, indicando as condições em que ele se aplica. Em verdade, esta indicação de circunstâncias é uma demanda de toda ciência empírica, dado que é próprio de suas leis a descrição das condições de efetividade para as entidades e suas propriedades descritas por elas, e justamente porque os entes cujas constituições descrevem têm, em sua essência, relações de causalidade e

⁸⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, §26, p. 91.

⁸⁶ *Idem*. Prolegômenos, § 26, pp. 91-92.

dependência a outros, de modo que a própria lei se torna uma descrição de condições antecessoras para que se dê um evento sucessor - B apenas ocorre se A - ou, ainda, de determinadas relações de dependência dadas na simultaneidade - como, ilustrativamente, a existente entre cor e extensão. É também, entretanto, característico de tais leis que elas só tenham vigência na medida em que o universo é composto pelos objetos que elas visam, o que, todavia, é absolutamente contingente, de maneira que, se os princípios lógicos são um tipo de lei desta natureza, é claro que sua vigência não é universal mas meramente ocasional.

Quando, então, define-se psicologicamente o princípio de não contradição como uma lei relativa à impossibilidade da coexistência de crenças opostas, sem mais, nota-se que não há aí qualquer lei científica, mas, ao contrário, meras “generalizações da empiria pré-científica” (“*Verallgemeinerungen der vorwissenschaftlichen Empirie*”)⁸⁷. E, sobretudo, o que se percebe é que, mesmo que se tratasse da mais bem colocada lei das ciências naturais, ainda assim não seria dela que falam os lógicos⁸⁸. Mesmo fora de qualquer esforço quanto ao seu esclarecimento, é fácil ver que, não apenas o princípio de não contradição, como, em geral, todos os princípios da lógica clássica, não dizem respeito a fatos da natureza, que não se referem às leis de sucessão de nossos pensamentos, bastando, para isto, pensarmos no uso que cotidianamente fazemos, ainda que especializada e ingenuamente, deles. Nos termos de Husserl:

Nós precisamos apenas olhar para os casos onde nossa lei serve para regular nossas atividades de julgamento para ver que ela significa algo bem diferente. Em sua feição normativa, ela claramente diz uma e apenas uma coisa: não importa que atos judicativos opostos nós escolhamos, não importa que pertençam a um ou vários indivíduos, se coexistem ou não no tempo, é válido estrita e absolutamente, e sem exceção, que não podem estar ambos os membros de tal par corretos ou de acordo com a verdade⁸⁹.

A mesma deturpação e enunciação incompleta está presente na concepção da evidência como um sentimento ligado a determinados juízos, de modo que podemos fazer, quanto a ela, as mesmas indagações feitas quanto à psicologização dos princípios lógicos. Em que condições tal experiência se apresenta? Se a verdade está sempre acompanhada da

⁸⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 26, p. 92.

⁸⁸ *Idem*. Prolegômenos, § 26, p. 93.

⁸⁹ *Ibidem*. Prolegômenos, § 26, p. 93. No original: “*Wir brauchen nur auf die Fälle hinzublicken, wo wir uns dieses Gesetzes zur Regelung der Urteilstätigkeiten bedienen, und wir erkennen, dass seine Meinung eine ganz andere ist. In seiner normativen Wendung besagt es offenbar dies und nichts anderes: Welche Paare entgegengesetzter Glaubensakte herausgegriffen werden mögen – ob nun demselben Individuum angehörig oder auf verschiedene verteilt; ob in demselben Zeitabschnitt koexistierend oder durch irgendwelche Zeitabschnitte getrennt – es ist gilt in absoluter Strenge und Ausnahmslosigkeit, dass die Glieder des jeweiligen Paares nicht beide richtig, d. i., wahrheitsgemäss sind.*”.

evidência, então basta que um dado juízo esteja acompanhado desta sensação para que possa ser tomado como verdadeiro? Se for esse o caso, então teríamos uma inversão do paradigma exposto no primeiro tópico, nomeadamente, estaríamos diante de uma situação em que a evidência não é a vivência da verdade, mas esta um mero efeito real daquela?

Em ambos os casos, então, é patente a insuficiência em todos os sentidos. Quais são os efeitos para a possibilidade da teoria e do conhecimento em geral, entretanto, se levamos esta interpretação até suas últimas consequências? Pensemos, p. ex., no caso do princípio psicologizado da não contradição. Ele nos diz que numa mesma consciência não subsistem, simultaneamente e em condições normais, crenças opostas, o que significa, por outro lado, que elas podem subsistir em consciências distintas, de tal modo que é aceitável que A acredite em B e C o desacredite. O que segue daí? Que, para A, B seja e, para C, este mesmo B não seja? Isto, porém, torna simplesmente inviável mesmo a verdade de uma proposição isolada: A diz que “B”, C diz que “não B” e ambos estão “corretos” - isto é o mais evidente ceticismo, e justamente porque falta um critério objetivo de validade para a verdade. Com efeito, se esta ainda é alguma coisa para além de um fenômeno como outro qualquer, sua relação com as vivências cognitivas do sujeito ainda precisaria ser esclarecida, já que, naturalmente, ela não se poderia reduzir à evidência neste sentido psicológico. Ou, como coloca Karl Weigelt:

Um importante problema com teorias da evidência ou certeza como um critério subjetivo ou *index* de verdade é que elas precisam dar razões externas e explicações para a autoridade epistêmica da experiência direta, bem como do raciocínio indireto. Husserl busca demonstrar como a evidência mesma provê razões epistêmicas suficientes⁹⁰.

No entanto, talvez aqui o leitor hesite e objete que há interpretações não céticas para as formas proposicionais dadas ao exemplo acima. Pode-se pensar, ilustrativamente, que A diga que está frio e C, ao contrário, diga que não está frio, o que, naturalmente, não envolveria qualquer contradição, visto que sensações são essencialmente subjetivas. Pode-se, ainda, num aprofundamento desta objeção, argumentar que não apenas o frio e o calor, ou outras sensações deste tipo são subjetivas, mas, essencialmente, toda a constituição da realidade, as suas cores, suas formas, sua textura, e que, em última instância, não há como compartilhá-la com qualquer outro sujeito. Desta maneira, poderia parecer, num primeiro momento, que estamos diante de uma série de estados que são e não são a depender do observador, o que,

⁹⁰ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 68. No original: “*One important problem with theories of evidence or certainty as a subjective criterion or index of truth is that they must provide external reasons and explanations for the epistemic authority of direct experience as well as of indirect reasoning. Husserl attempts to show how evidence itself provides sufficient epistemic reasons.*”.

por sua vez, só poderia levar à conclusão pela subjetividade do conhecimento. Todavia, não estamos nos referindo a este tipo inautêntico (“*unecht*”)⁹¹ de ceticismo, o qual Husserl denomina “ceticismo em sentido metafísico” (“*Skeptizismus in metaphysischem Sinne*”)⁹², e nem ele, ao contrário do que pode estar sugerido, torna possível aquela interpretação do princípio de não contradição, e isto pelo simples fato de que a subjetividade da realidade que se nos apresenta não é oposta à objetividade atemporal da verdade⁹³.

Com efeito, se analisarmos com cuidado, quando A diz que está frio e C, do outro lado, diz que não está frio, o que se deve entender é que o primeiro diz que está frio *para ele*, bem como o outro também se toma como referencial para dizer que não está frio. Que está frio *para A* e que não está frio *para C* não são proposições contraditórias, e os estados-de-coisa a que visam não são menos objetivos pelo fato de serem apenas para um sujeito. O ceticismo metafísico, enquanto defende apenas uma limitação material dos domínios de ser que podem ser conhecidos, negando o acesso à coisa-em-si⁹⁴, é perfeitamente legítimo, pertencendo àquelas questões metafísicas das quais se falou acima e que pertencem à completude de todas as ciências empíricas.

O problema começa quando se hipostasia este ceticismo da matéria do conhecimento para sua forma, ou seja, quando já não se considera que apenas a realidade que se nos apresenta é subjetiva, mas que também aqueles conceitos e leis primitivas de que tanto se falou se assentam sobre a nossa particular constituição subjetiva⁹⁵. Neste momento, já não estamos mais diante de um ceticismo metafísico, o qual, como vimos, é até mesmo reputado de inautêntico, mas de um ceticismo em sentido próprio, o qual pode ter aspectos “noéticos” e/ou “lógico-objetivos”⁹⁶.

As leis lógicas, dissemos acima, são válidas independente de alguém as inteligir ou não e, mais do que isso, independente de algo ser ou não. Igualmente, aquilo que é por si, o é independente de alguém vir ou não a percebê-lo ou com ele entrar de qualquer modo em contato. No entanto, quando falamos em *conhecimento*, não podemos desconsiderar uma dimensão subjetiva, isto é, o plano atinente ao próprio sujeito que conhece. Assim, na medida em que aquelas cadeias de fundamentação constitutivas da teoria também podem ser encaradas sob o ângulo de um sujeito que as conhece, pode-se tomar a questão acima posta

⁹¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 33, p. 121.

⁹² *Idem*. Prolegômenos, § 33, p. 120.

⁹³ *Ibidem*. Prolegômenos, § 35, p. 123.

⁹⁴ *Ibidem*. Prolegômenos, § 33, p. 121.

⁹⁵ Acerca do particular modo como um leva ao outro, conferir o § 33, p. 121, dos *Prolegômenos*.

⁹⁶ *Ibidem*. Prolegômenos, §32.

acerca das condições de possibilidade da teoria em geral num segundo aspecto, nomeadamente, o aspecto “noético”⁹⁷.

Note-se, no entanto, que esta expressão não diz respeito às condições psicológicas a partir das quais o ser humano se constitui enquanto ser cognoscitivo, mas, sim, às características gerais que deve possuir qualquer subjetividade, humana ou não, que se pretenda como tal e que, neste sentido, não são condições reais, mas, apenas, meramente ideais e decorrentes do próprio conceito de conhecimento⁹⁸. Assim, como este envolve a verdade e esta, a seu turno, a evidência, então não se poderia conceber qualquer ente como conhecedor ou, se se preferir, racional, se ele não for capaz de aferir a evidência de um dado juízo, isto é, de vivenciar sua verdade e, com isto, a própria verdade⁹⁹, e, também, o que está implícito na própria possibilidade de vivência da verdade do juízo, se ele não for capaz de entender e intencionar quiditativamente os objetos com os quais entra em contato e as categorias ontológicas e significativas fundamentais. Perceba-se que, em sendo estes requisitos dados pelo próprio conceito de conhecimento, quando se diz que eles abrangem tanto sujeitos humanos e não humanos, isto implica que eles têm validade absoluta, para Deus e para o Diabo, para Anjos e para os Homens¹⁰⁰. Ou, de um modo mais geral, como coloca Husserl:

É evidente *a priori*, quanto àquelas [as condições subjetivas de possibilidade da teoria], que sujeitos pensantes devem, em geral, ser capazes de performar, e. g., todos os tipos de atos em que o conhecimento teórico torna-se real. Devemos, em particular, enquanto seres pensantes, ser capazes de tomar proposições como verdadeiras e de tomar verdades como consequências de outras verdades e, novamente, de ver leis enquanto tais e de tomar leis como fundamentos explicativos e de tomá-las como princípios últimos etc.¹⁰¹

Tudo isto colocado, pode-se definir como cética em termos noéticos toda teoria cujo desenrolar pressupõe ou conclui pela negativa às condições constitutivas da subjetividade racional¹⁰². Como cética em termos lógicos-objetivos, por outro lado, pode ser considerada toda teoria que nega, em qualquer ponto de seu desenvolvimento, todas aquelas categorias e leis fundamentais acima discutidas e que se mostram como absolutamente essenciais para

⁹⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 32, p. 118.

⁹⁸ *Idem*. Prolegômenos, § 32, p. 119.

⁹⁹ *Ibidem*. Prolegômenos, § 32, p. 118.

¹⁰⁰ *Ibidem*. Prolegômenos, § 36, p. 125; 2ª Investigação, § 24, p. 173.

¹⁰¹ *Ibidem*. Prolegômenos, § 65, p. 240. No original: “*Was das eine anbelangt, so ist es a priori evident, dass denkende Subjekte überhaupt z.B. befähigt sein müssen, alle Arten von Akten zu vollziehen, in denen sich theoretische Erkenntnis realisiert. Speziell müssen wir, als denkende Wesen, das Vermögen haben, Sätze als Wahrheiten und Wahrheiten als Folgen anderer Wahrheiten einzusehen; und wiederum Gesetze als solche, Gesetze als erklärende Gründe, Grundgesetze als letzte Prinzipien usw. einzusehen.*”.

¹⁰² *Ibidem*. Prolegômenos, § 32, p. 119.

qualquer fundamentação¹⁰³. No primeiro caso, temos uma teoria que se pressupõe como verdadeira e evidente quando, para ter tal caráter, precisa que aceitemos a impossibilidade subjetiva de se atingir qualquer verdade ou evidência, e, no segundo, uma cujo desenvolvimento e encadeamento, para ser válido, assume que não há formas de concatenação objetivamente legítimas entre proposições. Em ambos os tipos de teoria, porém, resulta um contrassenso¹⁰⁴, posto que, para serem verdadeiras, temos que aceitar a impossibilidade, de um modo ou de outro, da própria verdade.

Se, agora, retomarmos as interpretações psicológicas da Lógica e da evidência, veremos que o psicologismo implica, inevitavelmente, em um modo de ceticismo. Dados os esclarecimentos feitos até aqui, notamos que a empiricização dos princípios lógicos, de um lado, dissipa a relação entre a proposição enquanto conteúdo de um ato judicativo e um dado objetivo, porquanto estabelece que o essencial seja a não simultaneidade de crenças opostas, de maneira que estaria em jogo apenas a asserção e sua relação com outras asserções que porventura emerjam com ela à consciência. Na medida, então, em que nega esta relação primitiva e fundante da objetividade de toda teoria, incorre num ceticismo lógico-objetivo. Incorre nele, ainda, pelo fato de que, como vimos quanto à psicologização do princípio de não contradição, um mesmo estado-de-coisas poder ser asserido por mim como verdadeiro, mas, por outro, como falso, e ambas as asserções valerem enquanto corretas, pois que ele tangenciaria apenas o fluxo de uma única consequência, haveria uma dissolução do próprio conceito de verdade, que teria perdido seu elemento *objetivo* – o qual, como colocado logo acima, é precisamente o dado ao qual se referiria a proposição, de maneira que dizer que a verdade “teria perdido seu elemento objetivo” não remete a nada mais do que ao fato de ela ter perdido seu balizamento no ser para, agora, estar parametrizada pelas possibilidades conciliatórias da mente; tudo se trataria de a que está associada minha crença, e a verdade, por conseguinte, adquiriria “o caráter do fato” (“*den Charakter der Tatsache*”)¹⁰⁵, seria o fruto da aglutinação real entre um conteúdo sensível e minha *belief*.

Por outro lado, quando consideramos a teoria psicológica da evidência, o resultado não é diferente, pois que se cai num claro ceticismo noético, visto que a evidência decorrente do conceito de conhecimento não é uma mera sensação¹⁰⁶, como ela propõe. O sentido de evidência que decorre do conceito de conhecimento coloca a evidência como um caso

¹⁰³ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 32, p. 119.

¹⁰⁴ *Idem*. Prolegômenos, § 32, p. 119.

¹⁰⁵ *Ibidem*. Prolegômenos, § 36 p. 126.

¹⁰⁶ *Ibidem*. Prolegômenos, § 51, p. 191.

particular da verdade¹⁰⁷, isto é, se a verdade é a concordância entre uma proposição e a objetividade por ela visada¹⁰⁸, e a evidenciação, por sua vez, consiste num estar diante de uma objetividade em especial, tal qual fora visada por uma proposição em especial¹⁰⁹, então esta é, de fato, uma particularização daquela, a sua captação pelo entendimento num caso dado. Note-se que se está aí a falar de uma relação entre ser e proposição, e não de uma sensação X ou Y que porventura possa acompanhar a apreensão desta relação; argumentar, portanto, que somos seres para quem a evidência consiste meramente nisto é o mesmo que dizer que não somos racionais. Como, porém, afirmar isto da evidência implica, como se viu, numa posição sobre o conceito de verdade, então há, naturalmente, um ceticismo também lógico-objetivo.

Mais uma vez, porém, questiona-se como tantos filósofos tão argutos poderiam ter caído nestes pensamentos cujos contrassensos parecem sobressair com tanta facilidade. De um lado, pode-se apontar como motivo a facilidade com que aquele ceticismo metafísico pode se transformar num ceticismo em sentido próprio (isto é, “noético” ou “lógico-objetivo”). A consciência de nossas limitações materiais, de que, mesmo que objetos-em-si pudessem se nos tornar acessíveis, ainda estamos muito longe de mapear pelo menos a maioria deles, tudo isto contribui no sentido de nos impelir para longe de que possamos realmente possuir alguma intelecção universalmente apreensível, como se dá no caso da intelecção das leis lógicas, por exemplo. Do outro lado, porém, e este é o problema principal, temos que o empirismo, do qual o psicologismo é apenas a particularização sustentada no desenvolvimento da Psicologia, recusa evidência ao terreno do ideal¹¹⁰.

De fato, se analisarmos pormenorizadamente os exemplos de leituras psicologistas da lógica, o problema se encontra, fundamentalmente, em que se tenta reduzir a dimensão conceitual, da qual aquelas mais primitivas leis lógicas e da significação derivam, a uma presentificação sensível e, daí, ao próprio fluxo mental. O psicologismo busca, isto não se pode negar, a intuição dos conceitos com os quais trabalha e um seu esclarecimento justamente em decorrência daquela. A questão está em que seu conceito de intuição é demasiado estreito, não abarca qualquer objetividade que não aquela pertencente ao plano do temporal. Sob tais pressupostos, é claro que o discurso acerca de uma verdade em si, de conceitos primitivos em si, não pode fazer qualquer sentido e, como consequência, podemos compreender a crítica de Husserl no sentido de que o empirismo apenas trabalha com juízos

¹⁰⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, § 51, p. 193.

¹⁰⁸ *Idem*. Prolegômenos, § 51, p. 194.

¹⁰⁹ *Ibidem*. Prolegômenos, § 51, p. 193.

¹¹⁰ *Ibidem*. Prolegômenos, §51. Em *Ideias I*, já em sua § 19, este problema é melhor desenvolvido, colocando-se ali que o grande problema do empirismo, constitutivo de seu maior pré-conceito, está na noção de que apenas a sensibilidade poderia nos dar alguma evidência em sentido próprio.

singulares acerca de realidades¹¹¹ – se, de antemão, está excluída a possibilidade de referência a qualquer coisa que não seja sensível, então não haveria por que considerar a possibilidade de juízos acerca deste plano ideal ou, ainda, de uma relação entre este plano ideal e o plano real, como no caso da correspondência entre proposições e objetividades temporais.

Por mais, entretanto, que a não admissão do ideal acarrete, inevitavelmente, nos maiores contrassensos, sua caracterização ainda não está dada. Apenas falar que se trata de uma dimensão supratemporal, supraempírica e suprassensível não é o bastante, trata-se apenas do começo. O que, precisamente, são os conceitos de que tanto falamos, sobretudo, no primeiro tópico deste capítulo? E, na sequência, o que se entende pelos sentidos dos conceitos, com base nos quais tantas leis podem ser derivadas? Se, como ficou estabelecido, eles - os conceitos - não podem ser tomados como realidades, como, então, se tornam acessíveis (isto é, representáveis) para nós? Como, por fim, as proposições - também idealidades - poderiam estabelecer relações com o dado sensível, falando-se mesmo numa verdade como correspondência? Todas estas indagações têm seu ponto de partida na fenomenologia do sentido (ou, se se preferir, da significação), isto é, na análise das essências das vivências de significação, uma vez que é nelas que travamos contato com os conceitos e com as proposições de que tanto se falou, emergindo aí, pela primeira vez, não apenas as questões atinentes à referência aos objetos específicos, mas, de um modo geral, a quaisquer objetividades. Antes, entretanto, de, mais pormenorizadamente, entrarmos neste domínio, algumas considerações acerca do ramo mais geral da fenomenologia da linguagem são necessárias, o que será realizado logo ao início do segundo capítulo.

I.3. Recapitulação e condução à fenomenologia do sentido

Este primeiro capítulo foi dividido em dois momentos: no primeiro, apresentou-se a Doutrina da Ciência concebida por Husserl, a qual, como se viu, está calcada numa concepção bem particular do que seja a Lógica, a qual, em última instância, seria uma ciência analítica consistente na dedução a partir de conceitos ontológicos e significativos fundamentais e presentes em tudo quanto se possa considerar como conhecimento, seja científico ou não e até mesmo, no caso das leis fundadas nos conceitos significativos, em toda e qualquer proposição, isto é, expressão com sentido. No segundo, por sua vez, buscou-se apresentar uma outra interpretação do que seria a Lógica e se o fez não com um objetivo meramente histórico ou bibliográfico, mas, como se colocou acima, para tornar clara a inevitabilidade do projeto

¹¹¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Prolegômenos, Apêndice aos Dois Últimos Parágrafos, p. 94.

husserliano para a fundamentação última da validade objetiva do raciocínio dedutivo e, assim, de todo conhecimento sistemático. Aí, assim como Kant buscou mostrar que a dedução transcendental das categorias não era uma dentre várias outras hipóteses possíveis, tentou-se, na reconstrução da trajetória crítica de Husserl em seus *Prolegômenos*, mostrar a necessidade de suas investigações.

Nesta reconstrução, outrossim, tentei ressaltar que a Lógica se desenvolve com base no sentido de conceitos, que estes são os elementos que constituem seu domínio próprio e, em verdade, de qualquer um que se possa legitimamente chamar de analítico. O objetivo, com isto, foi trazer à luz o solo do qual emerge a questão norteadora desta dissertação, qual seja, aquela acerca da natureza dos objetos universais, isto é, da natureza dos conceitos, a qual temos por meta apresentar de acordo com os paradigmas das *Investigações Lógicas*, sobretudo consoante seu traçado fundamental apresentado já na Segunda Investigação. Assim, situamo-nos num plano propedêutico, no qual, ao invés de partirmos para a discussão acerca de quais seriam os conceitos fundamentais, seu escopo e como deduzi-los, inquirimos, antes, quanto ao estatuto ontológico dos conceitos em geral, com o que, podemos aqui adiantar, estamos no campo próprio à fenomenologia das essências.

Por outro lado, no rumo de nossa apresentação, nos deparamos inúmeras vezes com o fato de que a Lógica lida não apenas com conceitos ontológicos, mas, também, com conceitos relativos ao domínio das significações e, na medida em que, ao menos na concepção husserliana, abarca a verdade como adequação, também com questões relativas ao seu estatuto ontológico próprio, é dizer, não propriamente dos conceitos regentes do domínio das significações, o que deve ser respondido na questão maior concernente ao estatuto das essências em geral, mas das significações, do sentido enquanto tal em sua realização no ato de fala. Além disso, como se pretende esclarecer melhor adiante, a significação é estreitamente relacionada à noção de intencionalidade e, assim, à noção de referência a objetos, inclusive a conceitos, de modo que um estudo mais pormenorizado seu se faz indispensável, vez que não faria sentido discutir essências sem, antes, falar acerca de seu emergir à consciência. Como consequência, o segundo capítulo é dedicado exclusivamente à fenomenologia do sentido, conforme elaborada nas *Investigações Lógicas* e, sobretudo, na Primeira Investigação, a qual estabelece os paradigmas principais para o restante da obra acerca deste tema.

Por fim, não poderia deixar de anotar que me passa pela cabeça que talvez meu leitor acredite que essas breves considerações deveriam ter precedido o capítulo, ao invés de vir ao final dele, como foi o caso. A isto posso apenas responder que, de certa maneira, ele tem alguma razão, pois que são considerações contextuais e do sentido maior acerca daquilo que

se apresentou, porém, em contrapartida, pelo menos em minha experiência, considerações desta natureza, até por sua generalidade, quando não estamos de posse do sentido dos termos que se utilizar, nem estamos, muitas vezes, familiarizados com a discussão, podem ser extremamente vazias, de modo que, tão logo as lemos, desaparecem elas de nossa memória, não influenciando o resultado da leitura posterior. Como poderia eu ressaltar a importância da fenomenologia da significação sem, antes, apresentar o projeto maior no qual ela se encaixa? Como poderia falar da necessidade de um exame da natureza dos objetos universais sem colocar de maneira mais clara a que me refiro com este termo? Assim, por motivos desta natureza, por acreditar que após uma exposição mais detalhada o leitor poderá encaixar, com base nestas considerações, seu lugar no projeto de Husserl e no âmbito da Teoria do Conhecimento, é que as deixei para o final, com o que podemos, então, passar ao segundo capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO II

SIGNO E SENTIDO NAS *INVESTIGAÇÕES LÓGICAS*

II.1. Semiótica e comunicação nas *Investigações Lógicas*

II.1.1. O método fenomenológico e o signo como ponto de partida

Sabe-se que o movimento fenomenológico iniciado na transição do século XIX ao XX é composto por diversos autores, os quais, por sua vez, possuem os mais distintos resultados, bastando, a este respeito, pensarmos nas doutrinas de Husserl e de Heidegger. Ainda assim, entretanto, todos eles, inclusive estes dois, são aceitos como representantes daquele, de maneira que se torna quase necessária a pergunta quanto ao que permitiria que tais filósofos, com tão distintos desenvolvimentos, possam ser colocados sob uma mesma alcunha. Segundo Spiegelberg, ainda que não haja como apontar para “um sistema coerente compartilhado por todos os fenomenólogos” (“*a coherent system shared by all phenomenologists*”)¹¹², o que caracteriza a fenomenologia é o método¹¹³, de maneira que esta não seria propriamente uma doutrina filosófica substancial, mas uma forma de procedimento diante dos problemas que um determinado autor se coloca ou com os quais depara. Consoante o autor, as três primeiras etapas do método fenomenológico - que são as que mais nos valem aqui - são:

1. investigação dos fenômenos particulares;
2. investigação das essências gerais;
3. apreensão das relações essenciais entre essências;¹¹⁴

Ao mesmo tempo, e corroborando os argumentos de Spiegelberg, Husserl, em sua introdução à segunda edição de suas *Investigações Lógicas*, nos diz que a Fenomenologia nos dá acesso às “fontes das quais os conceitos fundamentais e leis ideais da Lógica Pura emergem”¹¹⁵, com o que não se quer dizer nada mais que ela nos dá acesso à sua evidenciação, à sua intuição, à sua manifestação no ser.

Assim, neste momento em que procedemos ao estudo da significação, por onde começar? Por que fenômeno particular iniciar a fenomenologia do sentido? Não obstante a questão, inicialmente, possa gerar certa perplexidade, já que significado não são entes concretos e sensíveis que circulam por aí como coisas, Husserl, já na primeira seção de sua Primeira Investigação nos dá essa resposta: inicia-se pelo signo, sendo este o fenômeno no

¹¹² SPIEGELBERG, Herbert. **The phenomenological movement: a historical introduction**. 3ª ed. p. 678.

¹¹³ *Idem*. p. 679.

¹¹⁴ *Ibidem*. p. 682. No original: “1. investigating particular phenomena;/2. investigating general essences;/3. apprehending essential relationships among essences;”.

¹¹⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Introdução à Segunda Parte, p. 7.

qual se manifesta, de maneira mais cristalina, o sentido. No entanto, no mesmo instante em que elege este ponto de partida, nota que há no termo “signo” (“*Zeichen*”), uma ambiguidade, e que, muito embora diversas vezes pensemos apenas nos signos significativos, há também casos nos quais estamos diante de signos que ele considera indicativos e que, em verdade, mesmo os signos em sua conexão com o sentido, exercerão, na grande maioria dos casos – à exceção apenas do caso a ser elucidado mais à frente do discurso solitário – também este papel indicativo¹¹⁶. No que, porém, ele consiste?

Se tomamos os exemplos dados por Husserl, notamos que ele não é propriamente homogêneo. Com efeito, o autor fala que, p. ex., o estigma no escravo é um signo, precisamente no sentido de indicar esta sua condição, da mesma maneira que os canais de Marte também o seriam¹¹⁷, indicando a existência de vida inteligente no Planeta, e, ainda, os monumentos históricos¹¹⁸, indicativos do fato memorável ao qual remetem. É fácil, aí, perceber que, digamos, o estigma do escravo não indica sua condição do mesmo modo que os canais de Marte indicariam a existência de vida neste planeta, uma vez que neste segundo caso o que se tem é uma “pista”, isto é, um elemento que poderia, num momento de estudos mais aprofundados, ser colocado na cadeia causal relativa aos atos realizados pelos marcianos, sendo como que um legado destes, ao passo que, obviamente, o mesmo não se dá naquele primeiro, o qual, em verdade, é considerado como um caso de “designação”¹¹⁹ (“*Bezeichnung*”). Esta, a seu turno, não poderia estar confinada ao caso em que me refiro, significativamente, a um dado objeto, abrangendo, ainda, aquelas situações em que, consoante o filósofo, crio um signo sem sentido arbitrariamente e o utilizo para remeter a algo¹²⁰, tal como no caso do estigma, ou, ainda, da bandeira de um país, mas não, p. ex., no do monumento histórico, o qual, na maioria dos casos, possui um relação de afiguração com o fato ao qual remete, ainda que apenas a uma parte dele. De todo modo, apesar destas diferenças, é também evidente que, entre os fenômenos mencionados, há uma mesma performance que os atravessa, sendo esta, precisamente:

¹¹⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 1º, p. 30.

¹¹⁷ Aqui, ao menos em português, seria mais correto afirmar que os canais em Marte seriam um *sinal* da existência de vida. Acontece, porém, que o termo germânico “*Zeichen*”, usualmente vertido por “signo”, possui também o sentido mais precisamente dado por aquela outra. Como, porém, na sua tradução para nosso idioma, não se fez qualquer distinção, ficamos apenas com esta última expressão para se colocar no lugar de “*Zeichen*”. Sokolowski, aliás, em seu artigo sobre semiótica nas *Investigações Lógicas*, parece concordar com estas considerações ao se referir a este tipo de signo com o termo em inglês “*signal*”. SOKOLOWSKI, Robert. **Semiotics in Husserl’s Logical Investigations**. p. 176.

¹¹⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 2º, p. 31.

¹¹⁹ *Idem*. 1ª Investigação, § 2º, p. 31.

¹²⁰ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 2º, p. 31.

a circunstância de que quaisquer objetos ou estados-de-coisa, de cuja existência alguém tem conhecimento atual, lhe indicarem a existência de certos outros objetos ou estados-de-coisa, no sentido de que a convicção do ser de um é por ele vivido enquanto motivo [“*Motiv*”] (e, de fato, enquanto motivo não intelectivo [“*nichteinsichtiges*”]) para a convicção ou especulação do ser de outros¹²¹.

Deste modo, é lícito afirmar que o que caracteriza a indicação, mais do que meramente um *remeter a*, é um “remeter a” em que se tem a crença do ser disto a que se remeteu, ainda que - e isto é aqui essencial - não se possua fundamentação em sentido próprio para tanto; há apenas uma, nos termos de Husserl, “unidade judicativa” (“*Urteilseinheit*”), em que a relação entre os juízos por meio dos quais se asserem as objetividades associadas é extrínseca, fundando-se na crença daquele que os põe e em cuja unidade de consciência eles emergem.

Por outro lado, para que se pudesse falar, em sentido próprio, numa fundamentação ou, ainda, “demonstração” (“*Beweis*”), seria necessário que, caso elas existam, se inteligissem as relações intrínsecas entre os juízos constitutivos da unidade, caso em que, antes de tudo, se teria de inteligir as relações intrínsecas entre as objetividades acerca de que se asserem. Todavia, o fato de que, na unidade indicativa, não há esta intelecção não significa que se trate aí de um domínio completamente arbitrário, pois que, como observa Husserl, é possível o discurso acerca de índices “efetivos” (“*wirklichen*”) e aparentes (“*scheinbaren*”)¹²², estando os primeiros aptos a embasar a crença na objetividade indicada, com base em leis probabilísticas, mas não os segundos, de maneira que à discussão acerca de signos indicativos se podem ligar aquelas concernentes à teoria da probabilidade e à legitimidade objetiva de nossas crenças.

Além disso, existe também um ponto de contato entre a indicação enquanto relação externa entre conteúdos e entre os juízos a eles atinentes e as objetividades essencialmente ligadas, repousando este no conjunto unificado pela noção da associação de ideias. Neste, consoante Husserl, não estariam inclusas, como normalmente se pensa, as relações entre conteúdos arbitrariamente ligados entre si, conteúdos que, como se viu, a consciência colocou como copertinentes¹²³, mas, também, aqueles cuja “reevocação” (“*Wiedererweckung*”) é necessária e prescrita por suas próprias essências, como no caso de, ao imaginarmos uma cor, não conseguirmos fazê-lo sem, simultaneamente, imaginarmos uma extensão na qual ela se dá. Assim:

¹²¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 2º, p. 32. No original: “den Umstand, dass irgendwelche Gegenstände oder Sachverhalte, von deren Bestand jemand aktuelle Kenntnis hat, ihm den Bestand gewisser anderer Gegenstände oder Sachverhalte in dem Sinne anzeigen, dass die Überzeugung von dem Sein der einen von ihm als Motiv (und zwar als ein nichteinsichtiges Motiv) erlebt wird für die Überzeugung oder Vermutung vom Sein der anderen.”

¹²² *Idem*. 1ª Investigação, § 3º, pp. 34-35.

¹²³ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 3º, p. 36.

Ela [a associação] não pode, certamente, impedir esta unidade fundada puramente nos conteúdos, como, p. ex., a unidade dos conteúdos visuais no campo de visão. Ela, contudo, cria, *além disso*, novos caracteres e unidades fenomenológicas que não têm, precisamente, nos conteúdos vividos mesmos ou nos gêneros de seus momentos abstratos, seu fundamento legal necessário.¹²⁴ (o grifo é meu)

Nota-se, pois, que Husserl dá um sentido extremamente amplo ao que usualmente se chama de “associação de ideias”, não sendo aceitável a aproximação que Sokolowski faz, em sua análise deste tema, entre associação e convenção¹²⁵. De fato, por mais que toda esta discussão acerca da associação gire sempre em torno da emergência de conteúdos para uma consciência, e, mais particularmente, da unidade nas quais estes emergem para ela, e, sob este aspecto, seja ela um fato essencialmente subjetivo, ela também se relaciona, como é óbvio no caso das reevocações com base nas essências dos próprios conteúdos, a leis genéricas e, por conta disto é, muitas vezes, uma consciência cujo modo de aparição do conteúdo está fundado nelas e, portanto, é necessária. Aliás, mesmo no caso em que nos restringimos às relações meramente indicativas, nem sempre é possível falarmos em “convenção”, pois se esta existe na escolha da bandeira de um país, os signos (ou sinais) relativos à existência de vida em Marte remetem a uma relação de causalidade que, não obstante desconhecida em sua determinidade, não pode ser considerada convencional, de maneira que a própria relação indicativa já não é mais ela própria fruto do arbítrio, afinal de contas, se dizemos que tais canais são sinais de vida e tomamos isso como plausível, não o fazemos, digamos, quanto à cor deste planeta, considerada irrelevante quanto a isto.

De qualquer maneira, os signos, contudo, não desempenham apenas uma função indicativa, uma vez que eles também podem ser significativos ou, em outros termos, expressivos. No primeiro caso, nos deparamos com uma objetividade no mundo e, sustentados nisto, passamos a crer numa outra objetividade, isto é, uma crença acarreta não intelectivamente em outra. O que ocorre, porém, no segundo? Para explicá-lo podemos, como, Sokolowski¹²⁶, recuperar o exemplo que o próprio Husserl dá: imaginemos que estamos diante de alguns traços os quais, inicialmente, apenas admiramos e contemplamos esteticamente, não havendo, ali, nada para além do que está grafado. No entanto, logo em seguida, nos damos contas de que são *palavras*, passamos a notar que nomeiam objetos e falam de

¹²⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 4º, p. 36. No original: “*Diese rein in den Inhalten gründenden Einheiten, z. B., die Einheit der visuellen Inhalte im Gesichtsfelde u. dgl. kann sie freilich nicht hindern. Aber sie schafft zudem neue phänomenologische Charaktere und Einheiten, die eben nicht in den erlebten Inhalten selbst, nicht in den Gattungen ihrer abstrakten Momente, ihren notwendigen Gesetzgrund haben.*”

¹²⁵ SOKOLOWSKI, Robert. **Semiotics in Husserl’s Logical Investigations**. p. 177.

¹²⁶ *Idem*. p. 171.

estados-de-coisas, de maneira que, neste momento, já não mais visualizamos sensivelmente alguns arabescos, mas, ao contrário, os *lemos*, entendemos o que dizem - aí, então, está a própria vivência do sentido, dado justamente na compreensão das expressões da linguagem¹²⁷.

Anotemos, quanto a ela, em primeiro lugar, que ela dissolve um certo preconceito que se tem com a Fenomenologia no sentido de que esta se sustentaria num introspeccionismo, de que consistiria num tornar-se para dentro. Com efeito, como bem coloca Sokolowski, o acesso ao fenômeno da significação, aos atos intencionais pelos quais se realizam, se dá por meio do “fenômeno público, palpável e mundano dos signos”¹²⁸ e tem sua evidência na transformação do modo de ser destes para nós: uma hora os percebemos e na outra os lemos. Em segundo lugar, contudo, o que se percebe é a imediatidade da vivência significativa, isto é, o próprio fato de que o entendimento da expressão não tem como ser melhor definido¹²⁹. De fato:

O que é o significado, isto nos pode estar dado tão imediatamente quanto nos está dado o que é uma cor ou um tom. É algo que não se deixa mais profundamente definir, é algo descritivamente último. Tão logo efetuemos ou entendamos uma expressão, ela significa algo para nós, nós estamos atualmente conscientes de seu sentido¹³⁰.

Esta indefinibilidade, no entanto, esclarece o próprio Husserl, não quer dizer, obviamente, que não se tenha mais nada a dizer quanto ao fenômeno do sentido, uma vez que, ao contrário, com esta constatação apenas a iniciamos¹³¹. Outrossim, esta doação imediata do sentido e impassível de maiores descrições quando da sua compreensão não deve ser confundida com um poder de entendimento de qualquer expressão com a qual tenhamos contato, não implicam numa impossibilidade de equivocação interpretativa, uma vez que a boa hermenêutica dependeria, como expõe Karl Weigelt, na maestria dos “meios adequados de expressão, definição, explicação e comparação, assim como de uma reflexão semântica teórica e sistemática” (“*the adequate means of expression, definition, explication and comparison, as well as a systematic theoretical semantic reflection*”)¹³².

Ademais, é também de se ter a todo momento em mente que o entendimento do sentido não se confunde com eventuais imagens mentais que possam acompanhá-lo. Em

¹²⁷ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 61.

¹²⁸ SOKOLOWSKI, Robert. **Semiotics in Husserl's Logical Investigations**. p. 171.

¹²⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. p. 187.

¹³⁰ *Idem*. 2ª Investigação, § 31, p. 187. No original: “*Was “Bedeutung” ist, das kann uns so unmittelbar gegeben sein, wie uns gegeben ist, was Farbe und ton ist. Es lässt sich nicht weiter definieren, es ist ein deskriptives Letztes. Sooft wir einen Ausdruck vollziehen oder verstehen, bedeutet er uns etwas, wir sind uns seines Sinnes aktuell bewusst.*”.

¹³¹ *Ibidem*. 2ª investigação, § 31, p. 187.

¹³² WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 61.

verdade, como pode o próprio leitor observar, ao acompanhar esta dissertação, as eventuais imagens mentais que lhe vieram à mente nada tinha a ver com os temas aqui abordados ou, se tinham, tratava-se de uma relação meramente indireta. Mesmo, entretanto, que a imagem mental seja a presentificação imaginativa do objeto visado significativamente, não se pode tomar uma coisa por outra, servindo o exemplo anterior apenas para elucidar que a compreensão significativa subsiste mesmo diante da ausência de elementos intuitivos ou de elementos intuitivos apropriados¹³³. Por mais que tais anotações nos levem a questionar qual seria, então, a natureza da significação - o que é absolutamente legítimo e se pretende mais adiante explorar - precisamos, neste momento inicial, deixar assentado que não se resume ela a qualquer elemento intuitivo ou, mais precisamente, sensível.

Por outro lado, se o sentido não pode ser tomado como uma imagem e sua compreensão como a evocação desta, não se pode desconsiderar que seu emergir à consciência depende do veículo sensível da palavra. Não se pode entender o fenômeno acima descrito como se a palavra, numa função como que de antecessor evocativo, fizesse com que o sentido se nos apresentasse na sequência, havendo, ao contrário uma unidade íntima entre ambos¹³⁴, de modo que este não se nos apresenta sem aquela e, ao mesmo tempo, por mais que a palavra possa, quanto ao seu elemento puramente sensível, aparecer, como no caso dos arabescos, desprovida de significação, estes só são palavras ou, ainda, expressões, se estão naquela unidade com esta, sem a qual perdem seu “caráter de palavra” (“*Charakter des Wortes*”)¹³⁵. A palavra, mais especificamente, a palavra falada, nos diz Merlau-Ponty¹³⁶, não apenas anuncia o significado, “como a fumaça anuncia o fogo”, mas, ao contrário:

É preciso que, de uma maneira ou de outra, a palavra e a fala deixem de ser uma maneira de designar o objeto ou o pensamento, para se tornarem a presença desse pensamento no mundo sensível e, não sua vestimenta, mas seu emblema ou seu corpo.¹³⁷

O signo expressivo, contudo, em seu ser sensível (ou, se se preferir, físico), é tanto aquele efetivamente escrito ou falado, isto é, comunicativo, quanto aquele que se poderia considerar apenas como fantasiado e que constitui meu pensamento comigo mesmo, havendo, entre estas suas duas variações, determinadas distinções de performance que precisam ser colocadas no

¹³³ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 19, p. 73.

¹³⁴ *Idem*. 1ª Investigação, § 10, p. 46.

¹³⁵ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 10, p. 46.

¹³⁶ MERLAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. p. 247.

¹³⁷ *Idem*. p. 247. Noto, aqui, que, por “pensamento”, Merlau-Ponty se refere a “sentido”, como fica claro na p. 240.

intuito de esclarecer a natureza própria da significação e de fazer sobressaltar determinadas distinções essenciais concernentes à sua estrutura.

II.1.2. A manifestação e o discurso solitário da alma

A palavra falada ou escrita, como vimos, em sua fisicalidade, digamos assim, é pública, isto é, é acessível a todos aqueles que tenham as disposições sensoriais suficientes para ter uma impressão delas, dando-lhe essa possibilidade de ser compartilhada justamente o seu ser-real, fônico ou gráfico. O seu sentido, ao contrário, por mais que possa ser, como vimos, compreendido com base na vivência significativa do signo expressivo, não possui esta fisicalidade, ele não é um ente no mundo, uma coisa e, no entanto, a comunicação ocorre, nós, apesar de eventuais equívocos, entendemos uns aos outros e, inclusive, falamos com nós mesmos, experienciando o sentido em sua intimidade com a fantasia da palavra. No primeiro caso, estamos diante de performances manifestativas da palavra-no-mundo e, no segundo, do caso do monólogo, ou, como coloca Husserl, das “expressões na vida solitária da alma”¹³⁸.

Quando falamos em manifestação, estamos diante da presunção que o discurso, falado ou escrito, acarreta em seu receptor, presunções que ele tem acerca dos estados de consciência do seu emissor quando da efetuação deste discurso, ou seja, quando falamos em manifestação estamos discutindo os efeitos *indicativos* que o signo expressivo tem na sua função comunicativa, isto é, quando é usado para tornar possível o “comércio espiritual” (“*geistigen Verkehr*”)¹³⁹. Estes estados psicológicos que podemos inferir com base no discurso do outro são muitos e tem por fundamentos diferentes elementos de sua fala, de maneira que, p. ex., podemos, em função da entonação, presumir acerca do estado de humor do orador, pela sua gesticulação, seu grau de sinceridade, pela estilística e encadeamento, o quão dominado está dentro de si o tema sobre o qual fala. Todavia, e isto é o essencial para qualquer comunicação expressiva, há uma presunção que jamais pode faltar, qual seja, a de que meu emissor confere significação às palavras que fala ou escreve (e, assim, é um *analogon* de mim mesmo): meu avaliador não estaria me acompanhando já até esta trigésima quinta página se não assumisse que aos termos aqui postos eu dou algum sentido, que estes têm para mim, seu enunciador, um significado. De comum a todos esses estados mencionados está o fato de que são vivências psíquicas e que pertencem à “intenção de comunicação” (“*mitteilenden Intention*”)¹⁴⁰ do enunciante, de que compõem o quadro psicológico de emissão da palavra. E, com isto, podemos compreender por que Sokolowski afirma que:

¹³⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 8º, p. 41.

¹³⁹ *Idem*. 1ª Investigação, § 7º, p. 39.

¹⁴⁰ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 8º, p. 40.

Signos, entretanto, não são coisas públicas como pedras ou árvores, além de ser coisas materiais, eles envolvem a presença da mente, eles envolvem e portanto refletem a atividade que lhes permite ser signos. Começando com os signos, Husserl inicia sua filosofia da maneira mais afortunada possível, com algo que é uma entidade material mas também está saturada com a presença do pensamento [“*presence of thinking*”].¹⁴¹

Esta presunção que se tem, no entanto, não podemos deixar de anotar isso, sob pena de nos desviarmos da evidência, não consiste numa apreensão conceitual do enunciante como alguém que tem vivências significativas e psicológicas de outra ordem, sendo, em verdade, uma percepção, ou seja, eu percebo o outro como falante, como pessoa que fala¹⁴². É claro, contudo, que não se trata aí de uma percepção adequada, isto é, de uma na qual o ente percebido esteja dado direta e imediatamente, mas isto não é qualquer problema, na medida em que o discurso é um meio de exteriorização da psique¹⁴³ e, neste sentido, é um índice legítimo, dando margem ao discurso acerca da percepção de estados mentais e sendo apto, por isso, a fundamentar minha convicção numa alteridade.

De todo modo, por mais que se possa falar, de maneira geral, numa “*função de manifestação*” (“*kundgebende Funktion*”)¹⁴⁴ que corresponderia, no fundo, a uma performance indicativa do signo expressivo, há duas observações que precisam ser aqui feitas. A primeira delas diz respeito a que se, na comunicação, esta função é simplesmente imprescindível, ela não é essencial ao signo expressivo enquanto tal, como nos mostra o caso do discurso solitário, no qual as nossas palavras não simplesmente legitimam nossa presunção acerca de nossos estados de consciência, sendo estes consumados e vividos diretamente no fantasiar da palavra¹⁴⁵; mesmo no caso em que efetivamente falamos com nós mesmos, porém, esta descrição se mantém, sendo aquelas vivências dadas e consumadas não no fantasiar mas no falar, sendo certo que apenas pode haver índice onde há, também, presunção¹⁴⁶.

A segunda observação - para nós da maior relevância - diz respeito, por outro lado, a que, do ponto de vista lógico, e até mesmo comunicativo, não há como falarmos meramente

¹⁴¹ SOKOLOWSKI, Robert. **Semiotics in Husserl's Logical Investigations**. p. 171. Por mais que aí o comentário do autor se refira mais especificamente ao ato de significar, me parece que ele se estende aos demais estados mentais dos quais se falou. No original: “*However, signs are not simple public things like rocks or trees: besides being material things, they involve the presence of the mind, they involve and therefore reflect the activity that lets them be signs. By starting with signs, Husserl begins his philosophy in the most felicitous way possible, with something that is a material entity but is also saturated with the presence of thinking.*”

¹⁴² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 7ª, p. 40.

¹⁴³ *Idem*. 1ª Investigação, § 7º, p. 41.

¹⁴⁴ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 7º, p. 40.

¹⁴⁵ *Ibidem*. 1ª investigação, § 8º, p. 42.

¹⁴⁶ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 8º, p. 42.

em manifestação, sendo necessário distinguir entre manifestação no sentido lato, abrangente de todos e qualquer estado mental que se possa presumir com base na palavra enunciada, e manifestação num sentido estrito, concernente à presunção dos estados psíquicos que confere sentido à palavra¹⁴⁷ ou, em termos mais próprios, dos “atos doadores de sentido” (“*sinngebenden Akte*”)¹⁴⁸. O motivo para isto está, sob o aspecto lógico, em que, como vimos, o sentido é seu objeto, de maneira que o ato que o efetua, como seu introdutor, adquire alguma relevância, ainda que esta sua importância não passe disto e, sob o aspecto da comunicação, o que se percebe, dada esta exposição, é que, em verdade, o entendimento mútuo, apesar da não fisicalidade do sentido está em que o ouvinte ou leitor, assumindo determinados atos doadores que teriam sido efetuados pelo emissor, os executa ele próprio estes atos e, assim, acessa o mesmo significado, sendo, portanto, capaz de compreender o discurso. Assim:

O que torna primeiramente possível o comércio espiritual e faz do discurso ligante um discurso repousa nesta correlação mediada pelo lado físico do discurso entre as vivências físicas e psíquicas copertinentes das pessoas em comércio uma com a outra. Falar e ouvir, manifestação de vivências psíquicas no falar e recepção desta no ouvir são relacionadas uma a outra¹⁴⁹.

O significado, portanto, ainda que não seja um ente objetivo no mundo e, assim, perceptível por diversas pessoas, tendo como que uma publicidade coisal, tem uma publicidade consistente na possibilidade de ser vivenciado identicamente por todo aquele que seja capaz de reproduzir o ato doador de sentido performado em unidade com a palavra quando de sua enunciação.

Note-se, porém, que a publicidade está no sentido, e, de modo algum, no ato. Este é um fenômeno privado que não pode ser compartilhado, mas apenas, como colocado acima, reproduzido, o que traz consigo a noção de igualdade, mas não de identidade. É de suma importância, portanto, distinguirmos entre o ato psíquico que confere o sentido e o próprio sentido. Desta maneira:

Que uma expressão significativa seja constituída em virtude da efetuação vivenciada da significação, envolvendo certas experiências intencionais doadoras de sentido, não quer dizer, portanto, que tais conteúdos subjetivos da experiência componham o

¹⁴⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 7º, p. 40.

¹⁴⁸ *Idem*. 1ª Investigação, § 7º, p. 40.

¹⁴⁹ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 7º, p. 39. No original: “*Was den geistigen Verkehr allererst möglich und die verbindende Rede zur Rede macht, liegt in dieser durch die physische Seite der Rede vermittelten Korrelation zwischen den zusammengehörigen physischen und psychischen Erlebnissen der miteinander verkehrenden Personen. Sprechen und Hören, Kundgabe psychischer Erlebnisse im Sprechen und Kundnahme derselben im Hören, sind einander zugeordnet.*”.

significado da expressão. O sentido não é algo subjetivo e privado, que pode apenas ser indiretamente indicado aos outros por meio de uma expressão pública¹⁵⁰.

Não prestar atenção a esta distinção é duplamente fatal. De um lado, porque simplesmente reduzir o sentido ao ato psicológico por meio do qual ele emerge à consciência implicaria não apenas na própria impossibilidade da comunicação precisa, de modo que se poderia, no máximo, atingir um sentido aproximado ao do enunciante, mas, também, na psicologização da própria Lógica, que, como vimos no primeiro capítulo, tem como parte de seu domínio o domínio das significações; em verdade, neste último caso, a colapso da distinção concerne justamente à tendência de se desconsiderar qualquer dado que, como o sentido, não se deixe reduzir à sensibilidade, é antes um sintoma de um pressuposto equivocado do que sua causa.

O que se está, portanto, neste momento a colocar é precisamente a identidade da significação independentemente do tempo em que seja evocada ou de por quem ela o seja, o que se está a frisar é que o singular e temporal é apenas o ato doador de sentido, mas não o próprio sentido¹⁵¹, o qual pode sempre, idêntica e novamente, emergir à consciência e, com efeito, a qualquer consciência. Na verdade, a significação se mantém em sua unidade e identidade mesmo que não seja jamais significação de uma expressão, sendo lícito o discurso acerca de sentidos que nunca estarão numa unidade fenomenológica com alguma expressão:

Assim como os números – no sentido ideal pressuposto pela Aritmética – não aparecem e desaparecem com o ato de contar, assim como a infinita série dos números apresenta uma totalidade objetivamente fixa de objetos gerais, rigorosamente delimitada por uma legalidade ideal, a qual ninguém pode aumentar ou diminuir, o mesmo ocorre com as unidades ideais puramente lógicas, os conceitos, proposições, verdades, resumidamente, com as significações lógicas¹⁵².

Estamos, pois, a destacar, aqui, a idealidade da significação, ou seja, sua irrealidade, não propriamente no sentido de que seria uma ficção, mas, sim, no de que seria atemporal, não podendo ser equiparada ontologicamente ao ato doador de sentido, sendo de se deixar claro desde já, muito embora se vá, em outro momento, elaborar isto com mais calma, que essa

¹⁵⁰ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 79. No original: “*That a meaningful expression is constituted in virtue of the lived enactment of signifying, involving certain meaning-giving intentional experiences, does thus not mean that these subjective contents of experience make up the meaning of the expression. The meaning is not something subjective and private, which may only be indirectly indicated to others by means of a public expression.*”.

¹⁵¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 11, p. 49.

¹⁵² *Idem*. 1ª Investigação, § 35, p. 110. No original: “*Wie die Zahlen – in dem von der Arithmetik vorausgesetzten idealen Sinne – nicht mit dem Akte des Zählens entstehen und vergehen und wie daher die unendliche Zahlenreihe einen objektiv festen, von einer idealen Gesetzlichkeit scharf umgrenzten Inbegriff von generellen Gegenständen darstellt, den niemand vermehren und vermindern kann, so verhält es sich auch mit den idealen, rein-logischen Einheiten, den Begriffen, Sätzen, Wahrheiten, kurz den logischen Bedeutungen.*”.

atemporalidade não deve ser metafisicamente interpretada¹⁵³, como se ela habitasse algum reino para além do mundo, sendo lúcido aqui, para tornar isto mais notório, lembrarmos da distinção entre eternidade e atemporalidade, bem como de que os domínios metafísicos, como, p. ex., o do divino, são eternos, mas não atemporais; deve-se ter, de todo modo, assentado que o sentido é apreendido “num modo ontológico” (“*in an ontological mode*”)¹⁵⁴.

Acontece, porém, que, relativamente a isto, encontra-se o segundo perigo atinente à displicência quanto à distinção entre sentido e ato, a saber, o de simplesmente ignorarmos a dimensão subjetiva da evocação da significação e, com isso, o da relação entre as dimensões objetivas e subjetivas do conhecimento. Com efeito, algumas interpretações, aponta Levinas¹⁵⁵, das *Investigações Lógicas* pecam precisamente por entenderem que há ali a defesa de um realismo platônico, que, dentro de uma obra que implicitamente trabalharia com um realismo das coisas materiais¹⁵⁶, apontando-se para sua transcendência, haveria, ainda, um realismo das ideias. Sob uma tal leitura, a defesa que Husserl faz, tanto em *Prolegômenos* quanto nas quatro primeiras investigações, acerca de um domínio ideal seria simplesmente incompatível com as duas últimas, na qual se volta “em direção à consciência para determinar a essência da representação, verdade, objeto e evidência¹⁵⁷”. Não haveria, aí, qualquer questão tangendo a intercessão entre as esferas subjetiva e objetiva que permeiam todo e qualquer conhecimento, sendo a primeira apenas um estágio para que se chegasse à segunda, na qual estariam todas as questões efetivamente relevantes. De uma certa forma, é claro que, como se apresentou no primeiro capítulo, as questões concernentes à validade objetiva de toda teoria em geral concernem, em grande parte, à elucidação do estatuto ontológico dos conceitos a partir de cujas especializações cada uma delas se constitui, mas não podemos esquecer que há aquelas outras relativas à forma de toda subjetividade que, em geral, se possa chamar de racional, e dentro destas está, sem dúvida, a da relação entre estes dois domínios. Por mais que o lógico possa, até certo ponto, pelo menos, prescindir desta discussão, o filósofo não pode fazê-lo, uma vez que sua tarefa está na clarificação radical do conhecimento. Em verdade, como nos lembra Karl Weigelt, mesmo Frege, em seu texto póstumo de 1897, intitulado *Logik*, se mostra perplexo com a apreensão do significado (ou, em seus termos, do pensamento)¹⁵⁸. O que deve ficar claro, de qualquer maneira, quando falamos da relação entre

¹⁵³ HUSSERL, Edmund. *Logische Untersuchungen*. 1ª Investigação, § 31, p. 106.

¹⁵⁴ MOHANTY, Jitendra Nath. *Husserl's Thesis of the Ideality of Meanings*. p. 77.

¹⁵⁵ LEVINAS, Emmanuel. *The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology*. pp. 98-99.

¹⁵⁶ O realismo das *Investigações Lógicas*, como aponta Ingarden, que também defende havê-lo ali, ainda que sem qualquer platonismo, pode ser apenas inferido, uma vez que não há ali qualquer trecho explícito acerca do tema. INGARDEN, Roman. *On the Motives which led Husserl to Transcendental Idealism*. p. 4.

¹⁵⁷ LEVINAS, Emmanuel. *The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology*. p. 99.

¹⁵⁸ WEIGELT, Karl. *The Signified World*. p. 90.

consciência e sentido, assim como quando falamos de sua idealidade não metafísica, é que não se deve pensar que, para além dos casos em que se tem uma vivência significativa, a significação mesma poderia ser como que “encontrada em outro lugar”, como se estivesse ali à espera de ser apreendida, sendo a consciência única fonte própria de sua evidenciação. Noto, ainda, que evitar hipostasias metafísicas não é apenas importante aqui, como também o é para a compreensão correta de todo este texto e, acima de tudo, da doutrina de Husserl.

A questão, porém, que não temos como ignorar, acerca da relação entre a consciência e a significação, é um tanto intrincada, havendo sérias divergências interpretativas quanto ao modo como o delineamento que Husserl dá à sua teoria do sentido poderia, quanto ao domínio das significações, respondê-la. De um modo geral, o que vimos até agora quanto ao fenômeno do significado é que, a despeito de sua “identidade, independência de contexto, compartilhabilidade intersubjetiva e comunicabilidade” (“*identity, sharability, and communicability*”)¹⁵⁹, com base no que se afirma a sua objetividade, ele está dado, quando de sua evocação, numa unidade íntima com a palavra, servindo - como ficará mais claro adiante - para nós falarmos dos eventos e objetos de nossas próprias vidas cotidianas¹⁶⁰. Até agora, também, o que fora sugerido é que identidade na multiplicidade se dá porque, sendo ideal, a significação poderia ser reevocada como identicamente a mesma em qualquer consciência, e foi com base nisto, inclusive, que suscitamos a questão da relação entre o ideal e o real (doravante chamada abreviadamente de “questão da relação”).

Consoante Weigelt, porém, manter-se apenas neste nível explicativo poderia nos levar a crer que a intencionalidade - aquele “falar de” mencionado logo acima - e direção da consciência concreta se deveriam a uma participação nesta estrutura ideal, mas, ao mesmo tempo, ontologicamente distinta da consciência¹⁶¹, como se, portanto, esta direcionalidade não fosse algo que “reelmente”¹⁶² a pertencesse. Ou, mais ainda, que estas idealidades pertencessem ao conteúdo fenomenológico (“*reell*”) da consciência, com o que haveria, neste ou naquele caso, uma “união enigmática, mas fenomenologicamente essencial entre subjetividade e objetividade” (“*enigmatic, but phenomenologically fundamental union of subjectivity and objectivity*”)¹⁶³. Segundo o autor, Husserl adota, nas *Investigações Lógicas*, a

¹⁵⁹ MOHANTY, Jitendra Nath. **Husserl's Thesis of the Ideality of Meanings**. p. 77.

¹⁶⁰ *Idem* p. 77.

¹⁶¹ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 88.

¹⁶² Faço uso deste neologismo para me valer do termo alemão “*reell*”, o qual concerne àquilo que constitui imanentemente a consciência.

¹⁶³ *Idem*. p. 88.

concepção dos significados como espécies¹⁶⁴, a qual, diz Weigelt, estaria sumarizada no seguinte trecho:

Agora, esta verdadeira identidade que aqui asserimos não é nenhuma outra que a *identidade da espécie*. Assim, mas, também, apenas assim, ela pode abranger, enquanto unidade ideal, a dispersa multiplicidade das singularidades individuais (*sumballein eis hen*¹⁶⁵). As singularidades múltiplas sob a significação idealmente uma são, naturalmente, os correspondentes momentos de ato do significar, as intenções de significação. Portanto, a significação se comporta, relativamente aos respectivos atos de significar (a representação lógica relativamente aos atos de representar, o juízo lógico relativamente aos atos de julgamento, a conclusão lógica relativamente aos atos de conclusão) como aproximadamente o vermelho *in specie* se comporta quanto às tiras de papel aqui dispostas e que “têm” todas o mesmo vermelho¹⁶⁶.

De acordo com Weigelt, este trecho estaria a colocar que, em verdade, não há, no ato de significar, contato com qualquer idealidade, ao menos não mais que o contato que qualquer ente possui com a sua própria espécie, e que, em verdade, os atos doadores de sentido seriam exemplificações (ou individuações) de uma significação idealmente uma, a qual seria como que sua essência¹⁶⁷.

No entanto, por mais que tal trecho admita essa interpretação, se a aceitarmos, teremos de concluir que, em verdade, o sentido é, em última análise, um fenômeno privado, e que meu interlocutor pode ter daquele em minha consciência exemplificada apenas uma outra individuação, que seria igual, mas nunca idêntica. Na verdade, todo o ponto de se proceder, como se faz cuidadosamente na Primeira Investigação, a uma caracterização ontológica do sentido se perde se entendemos que cada proposição efetuada é apenas “realidade”, um mero exemplo da proposição *in specie* e justamente porque o mesmo vale para qualquer ente efetivado. Em última instância, se pensarmos bem, não haveria qualquer problema da relação e, como já apontado, o que é mais problemático, se perderia, sob certo aspecto, a objetividade do sentido. Aponto, ainda, com Mohanty, que num texto tardio, o *Erfahrung und Urteil*, Husserl explicitamente se afasta do exemplo dado acima, como podemos ver a seguir:

¹⁶⁴ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 96.

¹⁶⁵ No original, encontra-se o termo em grego, significando, de acordo com a edição brasileira das *Investigações Lógicas*, “reunir no um”.

¹⁶⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 31, pp. 105-106. No original: “*Diese wahrhafte Identität, die wir hier behaupten, ist nun keine andere als die Identität der Spezies. So, aber auch nur so, kann sie als ideale Einheit die verstreute Mannigfaltigkeit der individuellen Einzelheiten umspannen (sumballein eis hen). Die mannigfaltigen Einzelheiten zur ideal-einen Bedeutung sind natürlich die entsprechenden Aktmomente des Bedeutens, die Bedeutungsintentionen. Die Bedeutung verhält sich also zu den jeweiligen Akten des Bedeutens (die logische Vorstellung zu den Vorstellungsakten, das logische Urteil zu den Urteilsakten, der logische Schluss zu den Schlussakten) wie etwa die Röte in specie zue den hier liegenden Papierstreifen, die alle diese selbe Röte “haben”.*”.

¹⁶⁷ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 96.

A irrealidade das objetividades do entendimento não deve ser confundida com a universalidade genérica...é uma grande tentação pensar que a proposição pertence aos vários atos dos quais ela é o sentido em virtude de sua universalidade genérica, como, por exemplo, muitas coisas vermelhas pertencem à essência genérica “vermelho”...

Deve-se, porém, em oposição a isto, dizer: certamente, a proposição...não é geral no sentido da universalidade genérica, isto é, *a generalidade de uma “extensão”*...; ela é, portanto, não geral à maneira das essências¹⁶⁸.

É claro que não se pode, apesar da mudança clara de concepção, utilizar este trecho para sustentar que nas *Investigações Lógicas* o mesmo é defendido e que o outro, colacionado por Karl Weigelt, é apenas um engano, pois, afinal de contas, mais de trinta anos separam ambos, e se sabe que a doutrina de Husserl, neste tempo, passou por drásticas mudanças. Tampouco é meu intuito apontar aqui uma solução, seja hermenêutica, quanto à qual seria a leitura mais adequada, seja filosófica, quanto à qual solução, em termos substanciais, estaria mais correta. Com efeito, a apresentação mais detalhada dessa questão não fazia parte de meus planos, ocorrendo-me, entretanto, fazê-lo por compreender que, quando se discute o de que maneira seria ideal a significação, o problema da relação, plasmado de forma clara na polêmica - porque, afinal, independente da resposta que se dê, lança-se, a partir dela, a trilha para sua resposta - sobressai tanto que não se poderia simplesmente ignorá-lo. Além disso, esboçar algumas das possibilidades de resposta se mostra também útil quanto ao modo como podemos compreender o estatuto ontológico da significação, cujo delineamento era o objetivo dessa primeira seção e, sobretudo, porque tanto numa exegese quanto noutra não se pode, de modo algum, confundir a significação com o ato de significar, de modo que toda vez que falarmos em “sentido”, “significado” ou “significação”, estaremos a discorrer acerca das unidades ideais de que se falou, ao passo que se estivermos a fazê-lo quanto a “atos”, “atos intencionais”, “atos doadores de sentido”, dentre outros, a compreensão não pode ser outra senão a que estamos a nos referir a vivências, e não a idealidades, o que não se pode perder de vista.

Espera-se, também, que seu desenvolvimento tenha tornado claro o motivo pelo qual a fenomenologia do sentido se tem de iniciar pela fenomenologia da linguagem, e, por consequência, a razão pela qual, num subtópico destinado a discutir a função manifestativa da expressão e o discurso solitário da alma se termina numa apresentação acerca dos problemas relativos à identidade e objetividade da significação. Passaremos agora a um segundo

¹⁶⁸ HUSSERL, Edmund. **Experience and Judgment**. pp. 261-263. *Apud* MOHANTY, Jitendra Nath. **Husserl’s Thesis of the Ideality of Meanings**. p. 78. Na citação de Mohanty: “*The irreality of objectivities of understanding must not be confused with generic universality ... it is a great temptation to think that the proposition belongs to the various acts of which it is the sense by virtue of its generic universality, as, for example, many red things belong to the generic essence ‘redness’ .../But one must say in opposition to this: certainly, the proposition ... is not general in the sense of generic universality i.e., the generality of an ‘extension’ ...; it is, therefore, not general in the manner of essences*”.

momento, no qual a finalidade será a discussão mais pormenorizada de outros elementos de sua estrutura, apenas levemente tocados até agora, como a intencionalidade e a diferença entre conteúdo e objeto, a partir do que poderemos falar, finalmente, da visada a objetos específicos e de sua representação simbólica.

II.2. O significado e os objetos universais

II.2.1. Sentido, intencionalidade e cognição

Como mencionamos brevemente acima, com base nas vivências significativas, nós falamos disto ou daquilo, discorremos, dialógica ou monologicamente, acerca dos objetos do mundo e, em verdade, até mesmo de objetos imaginários ou absurdos, de maneira que, por meio delas, nós nos referimos a objetos. De um modo mais geral, porém, esta referência não se dá apenas quando falamos ou escrevemos acerca deles, em suma, apenas na mera consciência significativa, mas, também, de modo intuitivo, como quando vejo copo d'água que se encontra ao meu lado e, ainda, quando o desejo, diante da sede, ou o rechaço, diante da saciedade, sendo lícito afirmar que esta relação á objetividade não é uma característica exclusiva do sentido, mas, em verdade, é constitutiva de uma classe maior de vivências, das vivências intencionais¹⁶⁹ ou, ainda, se se preferir, dos atos intencionais.

Com efeito, uma das observações iniciais a partir das quais iniciamos nossa discussão diz respeito a que o termo acima usado “ato psíquico” não concerne, como se poderia imaginar, a uma atividade da mente, a um fazer psíquico, como se poderia imaginar, mas a este seu traço referencial, à sua intencionalidade¹⁷⁰. Lembramos, com isto, que a Fenomenologia não está preocupada com o fundamento empírico dos atos, com se houve ou não, digamos, em sua efetuação, um gasto de energia do cérebro, se ele esteve, por exemplo, “em atividade”, já que isto é, no campo da descrição pura, algo que simplesmente não está dado sendo, por isso, totalmente irrelevante. Se a Fenomenologia não nega o mundo, nem dúvida dele, tampouco precisa de assunções quanto a ele para se desenvolver, mesmo vivenciando continuamente a Tese do Mundo, não mais a *utilizamos* na atitude fenomenológica¹⁷¹, não possuindo ela, em qualquer de suas asserções, algum pressuposto quanto à existência desse mundo, cuja efetividade já não lhe importa.

¹⁶⁹ HUSSERL, Edmund. *Logische Untersuchungen*. 5ª Investigação, § 9º, pp. 378-379.

¹⁷⁰ *Idem*. 5ª Investigação, § 14, p. 394.

¹⁷¹ O leitor mais familiarizado com a obra de Husserl entenderá, facilmente, que me refiro, aqui, à *epoché* fenomenológica e, mais particularmente, à sua descrição no §33 de *Ideias I*. Como, porém, esta dissertação segue o rumo das *Investigações Lógicas* e ali nada há explicitamente acerca disso, me dispenso do uso do conceito, o qual é apenas aludido, visto que se encontra como que embrionariamente nesta obra, sendo útil o uso de algumas de suas noções para discutir determinados trechos seus.

Por conseguinte, podemos compreender o motivo pelo qual, quando se fala de uma referência (ou relação) (“*Beziehung*”) não se trata de afirmar que se estabelece uma conexão real entre um determinado sujeito na natureza e um objeto também nela que com ele tenha entrado em contato¹⁷². Não se trata aqui, como esclarece Levinas, de tomar a intencionalidade como uma maneira de explicar “o modo como a consciência se relaciona com o mundo” (“*the way consciousness relates to the world*”)¹⁷³, como se Husserl partisse da concepção de que há uma substância egóica, caracterizada pela consciência e em repouso, como que fechada em si mesmo, e que, assim, se devesse elucidar como ela se relaciona - isto é, como se torna consciente - com as outras substâncias para além dela, como o faz, p. ex., o naturalismo¹⁷⁴. De fato, não se deve tomar a intencionalidade da consciência como um mero atributo de seu ser, por vezes efetivo, por vezes não, mas, em verdade, como o seu próprio “modo de existência” (“*mode of existence*”)¹⁷⁵. Assim:

Confronta-nos aqui uma classe precisamente delimitada de vivências, que inclui em si tudo que num certo sentido *pleno* [“*prägnanten*”]¹⁷⁶ caracteriza a existência [“*Dasein*”] psíquica, consciente. Um ser real [“*reales*”] que careça de tais vivências [as vivências intencionais], que tivesse em si como que apenas conteúdos do tipo das vivências sensoriais, enquanto fosse inapto a interpretá-las objetivamente ou, se se preferir, a representar objetos por meio delas - assim *a fortiori* a se referir em novos a objetos, a julgar acerca deles, a se regozijar ou entristecer com eles, a amá-los e odiá-los, a desejar e abominar - um tal ser não seria mais considerado por ninguém um ser psíquico.¹⁷⁷

Trata-se, como se pode ver, de um trecho do qual sobressai, em primeiro lugar, aquilo que falamos logo ao início, a saber, que não é apenas nas vivências meramente significativas que nos referimos a objetos, mas em todas as outras que se caracterizam habitualmente como psíquicas. Aqui, todavia, é possível objetar que Husserl adere, no sentido próprio que dá a esta, à tese brentiana de que todo ato ou é uma representação - no sentido dado por aquele, um ato objetivante - ou está fundado numa representação, e que, por isso, o caráter intencional de vivências sentimentais pressuporia a representação do objeto em outras vivências, como, p.

¹⁷² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 5ª Investigação, § 11, p. 386.

¹⁷³ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 41.

¹⁷⁴ *Idem*. p. 40.

¹⁷⁵ *Ibidem*. p. 41.

¹⁷⁶ Segui, quanto a esta palavra, a tradução dada na edição brasileira.

¹⁷⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 5ª Investigação, § 9º, pp. 378-379. No original: “*Eine scharf abgegrenzte Klasse von Erlebnissen tritt uns hier entgegen, die alles in sich fasst, was in einem gewissen prägnanten Sinne psychisches, bewusstes Dasein charakterisiert. Ein reales Wesen, das solcher Erlebnisse ermangelte, das etwa bloss Inhalte der Art, wie es die Empfindungserlebnisse sind, in sich hätte, während es unfähig wäre, sie gegenständlich zu interpretieren oder sonstwie durch sie Gegenstände vorstellig zu machen – also erst recht unfähig, sich in weiteren Akten auf Gegenstände zu beziehen, sie zu beurteilen, sich über sie zue freuen oder betrüben, sie zu lieben und hassen, zu begehren und verabscheuen –, ein solches Wesen würde niemand mehr ein psychisches Wesen nennen wollen.*”

ex., as vivências significativas, como quando desejo algo que é referenciado apenas sob o modo da expressão com sentido. Por mais, entretanto, que haja como que esta primazia dos atos que se podem chamar, num certo aspecto, “representativos”, e assim, uma primazia dos atos teóricos, ou seja, daqueles em que o ente é visado apenas em sua objetividade, é de se destacar, inicialmente, que entre eles incluem-se, também, as intuições, cuja natureza intencional será adiante melhor elucidada, de maneira que, de qualquer modo, a intencionalidade não se restringiria ao sentido (ou, em outros termos, à sua função simbólica). Além disso, porém, a dependência que os atos não representativos, isto é, que os atos fundados têm dos teóricos, consiste apenas em que a representação do objeto encontra-se performada antes por estes do que por aqueles, não devendo ser compreendida como se, p. ex., no caso do desejo, tivéssemos o sentimento a ele correlato pairando vazio pela consciência e este apenas se associasse ao ente visado¹⁷⁸. Com efeito, dá-se uma unidade íntima entre ato fundante e ato fundado e de tal natureza que é lícito dizer que os próprios sentimentos “se dirigem ao objeto representado” (“*richten sich auf den vorgestellten Gegenstand*”)¹⁷⁹, e, assim, que têm um sentido intencional próprio.

Estas observações talvez pareçam fora de contexto para um momento do trabalho que tem como finalidade um exame da fenomenologia do sentido. No entanto, se analisarmos bem, veremos que elas impedem algumas más interpretações quanto ao estatuto ontológico do sentido e de sua relação com a consciência. A primeira delas concerne a entendermos, a partir de uma hipostasia metafísica do sentido, que a consciência somente ganha a direção que é dada pela intenção a partir do acesso a ele. Sob uma tal interpretação, ela teria como que uma relação mediada por esta entidade exterior a ela que seria o significado, como se seu traço constitutivo fosse não esta relação, mas a capacidade de chegar à dimensão do sentido. Por outro lado, ainda sob raciocínios hipostasiantes, nos quais é sempre muito fácil cair quando falamos de idealidade, poderíamos entender que tanto o sentido quanto a consciência, enquanto entes distintos, possuem uma capacidade própria de direcionamento a objetos e que, assim, a apreensão do sentido seria apenas uma forma de, por meio de uma relação com algo exterior, a consciência modular sua referência. Todos estes pontos de vista não levam em consideração, como é de se ver, que a significação é um fenômeno pertencente à própria esfera da consciência, que o sentido possui referência porque aquela o possui e que, com isto, não faz sentido analisar sua relação a objetividades sem considerar o que se tomou acima, por

¹⁷⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 5ª Investigação, § 15, p. 403.

¹⁷⁹ *Idem*. 5ª Investigação, § 15, p. 403.

razões a que agora se espera ter dado mais luz, por meio da elucidação da origem de seu traço referencial, como a fonte própria de evidência do sentido.

Como, porém, a intencionalidade, tão importante para a compreensão da significação de seu valor cognitivo, ainda não foi satisfatoriamente esclarecida para nossos propósitos, devemos continuar seu estudo, o que faremos pela análise de outro elemento que salta à vista no excerto acima colacionado. Com efeito, fala-se ali numa interpretação objetiva das vivências sensoriais, o que, sob muitos aspectos, é bastante intrigante. Em primeiro lugar, porque dissemos acima que Husserl entende que a caracterização da consciência se dá, essencialmente, por conta das vivências intencionais, relativamente às quais aquelas outras estão contrapostas, ainda que, no entanto, sejam, por óbvio, conscientes, com base no que é de se perguntar se, de fato, a psique tem como sua marca elementar a referência a objetos. Em segundo lugar, além disso, é de se questionar acerca do que seria aquela interpretação objetiva, se já não seriam as próprias sensações, ou seu conjunto, os objetos de que cotidianamente falamos. Acerca destas duas perguntas, estreitamente relacionadas entre si, parte de uma nota de rodapé, relativo ao mesmo trecho que lemos acima, é bastante esclarecedora:

A origem do conceito de vivência repousa no domínio dos “atos” psíquicos, e se a extensão dele nos conduziu a um conceito de vivência atinente também a não-atos, permanece, porém, tão essencial a relação a um contexto [*“Zusammenhang”*] que os integre ou incorpore a atos, em resumo, a relação a uma unidade de consciência, que nós, onde ela faltasse, não mais poderíamos falar de vivências¹⁸⁰.

A partir dele, podemos concluir, logo de plano, que, não obstante se fale, autonomamente, até certo ponto, de vivências não intencionais, é apenas sua integração ao fluxo de atos que permite a manutenção desta sua classificação, não se tem, entretanto, com a mesma facilidade o motivo para tanto. Com efeito, para chegar a ele, vale mencionarmos as três características que Spielberg atribui à concepção husserliana de intencionalidade¹⁸¹, a saber, seu caráter objetivante, unificante e relacionante. O primeiro deles diz respeito

¹⁸⁰ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 5ª Investigação, § 9º, p. 378. No original: *“Der Ursprung des Begriffes Erlebnis liegt ja im Gebiet der psychischen ‘Akte’, und wenn die Extension desselben uns zu einem Erlebnisbegriff geführt hat, der auch Nicht-Akte befasst, so bleibt doch die Beziehung auf einen Zusammenhang, der sie Akte einordnet oder angliedert, kurz auf eine Bewusstseinsseinheit, so wesentlich, dass wir, wo dergleichen fehlte, von Erleben nicht mehr sprechen würden.”*

¹⁸¹ SPIEGELBERG, Herbert. **The phenomenological movement: a historical introduction**. 3ª ed. pp. 98-99. Em verdade, o autor fala de quatro características, mas a quarta delas, relativa ao caráter constitutivo da intencionalidade, deixo de acrescentar aqui, porque o problema da constituição é muito próprio aos momentos posteriores da obra de Husserl, e, além disso, tocar nele não seria de tanto proveito para nossas finalidades, de modo que fazê-lo seria, em última análise, uma digressão sem muito sentido.

precisamente à interpretação objetiva das sensações¹⁸², concernindo, resumidamente, ao fato de que sem a apreensão delas como sendo modos de aparição de um objeto transcendente, elas são apenas sentidas, sem, no entanto, terem qualquer valor objetivo, como se, sem o ato, o objeto que por meio delas aparece não tivesse qualquer ser-para-a-consciência. O segundo, a seu turno, tange o fato de que, nesta interpretação objetiva do dado sensível, há uma certa generalidade, de maneira que o objeto pode aparecer de vários modos, isto é, sob várias perspectivas sensíveis e, mesmo assim, todos estes adumbramentos sensoriais serem tomados como constitutivos do modo de ser para mim de um único e mesmo objeto. A relação, portanto, do dado sensorial à unidade da consciência, de que se falou acima, depende, como se percebe, daquela interpretação do ato, posto que apenas sob esta cada dado sensível, por si só único e isolado, pode ser integrado a um fluxo, mais precisamente, ao fluxo de vivências intencionais constitutivas da experiência do ser de um mesmo objeto para mim. Por fim, quando se fala num aspecto relacionante da intenção não se tem em mente nada além de que, em razão dos diferentes modos possíveis de aparecimento de um dado objeto, quando o vejo a partir de uma perspectiva, abre-se um horizonte de possibilidades e expectativas quanto às formas possíveis de seu aparecimento, como quando, p. ex, vendo meu telefone em movimento, a aparição de sua parte posterior abre a possibilidade do aparecimento da anterior, o que é acompanhado de uma certa expectativa de que isto se dê, tudo isto, naturalmente, dependendo da reiteração da interpretação dos dados sensíveis vindo em sequência uns dos outros como sendo constitutivos do ser do telefone para mim. Pode-se, então, expressar a situação das vivências meramente sensíveis, quando desprovidas de qualquer integração intencional do seguinte modo, o qual, aliás, joga com outras possibilidades de sentido dos termos “signo” e “significação”:

elas [as sensações] não valem [para a consciência] como *signos* para as propriedades de um objeto, sua complexão não vale como signo para o objeto mesmo; elas são meramente vividas, carecem, no entanto, de uma *interpretação* objetivante [*objektivierenden Deutung*] (nascendo [*erwachsenden*] a partir da “experiência”)¹⁸³.

Note-se, portanto, a partir de tudo quanto fora dito, que a experiência objetiva tem, na intencionalidade, seu fundamento na própria consciência e que, por isso mesmo, quando se

¹⁸² Como veremos abaixo, o caráter objetivante do ato, no caso dos atos significativos, tem uma configuração ligeiramente diferente da que possui no caso dos atos intuitivos.

¹⁸³ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 23, p. 80. No original: “*sie gelten ihm nicht als Zeichen für die Eigenschaften eines Gegenstandes, ihre Komplexion nicht als Zeichen für den Gegenstand selbst; sie werden schlechthin erlebt, ermangeln aber einer (aus “Erfahrung” erwachsenden) objektivierenden Deutung.*”.

fala da interpretação objetiva de dados da sensação, é completamente irrelevante a questão de se há, para além deles, algum objeto autossubsistente cujo contato com um sujeito psicológico no mundo seja sua causa. Foi exatamente isto a que se referiu quando acima, com Levinas, colocamos que a intencionalidade constitui o modo de existência próprio da consciência, ao fato de que sua relação à objetividade parte dela unilateralmente, daí que a existência do objeto referido não seja uma questão importante¹⁸⁴ e que Husserl entenda como problemáticos termos como “relação intencional”¹⁸⁵, “objetividade imanente”¹⁸⁶ ou “inexistência mental”¹⁸⁷ para caracterizar o ser-intencional da consciência, todos aludindo ou a alguma relação real que se estabeleceria entre esta e um dado objeto ou, ainda, a que este pudesse, de alguma maneira, estar contida nela. Mais uma vez, alerto meu leitor que tais considerações não são apenas importantes para o exame da intencionalidade e, assim, da significação, mas, também, para a análise da fenomenologia da essência que se pretende realizar no terceiro capítulo. Com efeito, compreender que o objeto intencional não é um ente que está no sujeito psíquico ou efetivamente em contato com ele é extremamente importante para afastarmos hipostasias psicológicas e metafísicas quanto aos objetos universais, em suma, para tomarmos a sua idealidade em seu devido sentido.

Outrossim, a partir da análise da interpretação intencional do dado sensorial, podemos perceber não apenas que a referência objetiva independe da existência do objeto, isto é, que possui, nos termos de Karl Weigelt, “independência da existência” (“*existence-independence*”)¹⁸⁸, mas possui, por outro lado, uma “dependência da concepção” (“*conception-dependence*”)¹⁸⁹. De fato, quando notamos os exemplos dados, observamos que o adumbramento sensorial não apenas é interpretado como o aparecimento de um dado objeto, mas, mais do que isso, é interpretado como o aparecimento deste objeto num certo modo, o que aqueles conteúdos sensíveis, seja em sua feição imaginativa, seja em sua feição perceptiva, “distintamente indicam” (“*eindeutig hinweisen*”)¹⁹⁰, de tal maneira que o computador em que agora escrevo aparece para mim sob uma determinada perspectiva, com um certo grau de nitidez de suas cores e formas e assim por diante.¹⁹¹

Este mesmo modo de referência, porém, ao qual, na Quinta Investigação, Husserl dará o nome de matéria do ato, se encontra também, naturalmente, nos atos significativos, os quais

¹⁸⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 5ª Investigação, § 11, pp. 386-387.

¹⁸⁵ *Idem*. 5ª investigação, § 11, p. 385.

¹⁸⁶ *Ibidem*. 5ª investigação, § 11, p. 385.

¹⁸⁷ *Ibidem*. 5ª Investigação, § 11, p. 385.

¹⁸⁸ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 82.

¹⁸⁹ *Idem*. p. 82.

¹⁹⁰ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 6ª Investigação, § 22, p. 609.

¹⁹¹ *Idem*. 6ª Investigação, §20.

falam algo acerca de algo¹⁹², não sendo eles uma referência sem determinação ao objeto referido, de forma que, aqui, a determinidade da relação é dada justamente pelo sentido da expressão. É com base, então, em que há uma certa maneira pela qual o objeto é visado e que esta se diferencia, como vimos, do objeto mesmo, que se faz a distinção entre o conteúdo e o objeto do ato intencional¹⁹³, ainda que devamos destacar aqui que este discurso não pode mal compreendido como se se estivesse a dizer que o ato possui em si o objeto ao qual se refere, já tendo sido apresentadas as razões para que se desconsidere este tipo de ideia. Assim:

A distinção entre o sentido e a relação objetual não pertence a dois aspectos completamente separados da expressão ou de sua efetuação. O sentido contém a relação objetual. Diferenças de sentido pertencem à maneira determinada na qual algo é significado. Assim, por exemplo, a frase nominal “o vitorioso em Jena” convencionalmente se refere ao vitorioso em Jena precisamente *como o vitorioso em Jena etc.*¹⁹⁴

Por outro lado, por mais que, sob o aspecto apresentado, os atos significativos se assemelhem àqueles em que se interpreta objetivamente os dados da sensação, ou, se se preferir, os atos intuitivos, não se pode deixar de notar uma diferença fundamental quanto aos dois tipos, pois que apenas este último possui algo da plenitude do próprio objeto¹⁹⁵, apenas nele a referência ao objeto se torna “atualmente consciente” (“*aktuell bewusste*”)¹⁹⁶. Na medida, então, que o próprio objeto não se faz, no caso dos atos significativos, por meio da sensibilidade, presente à consciência, teriam estes ainda um caráter objetivante? Com efeito, conforme apresentado acima, este consistiria na interpretação objetiva dos dados da sensação e, no entanto, não há aqui, para além da dimensão física da expressão, que não presentifica o objeto visado, qualquer elemento sensível, o que, assim, faz com que se indague se não haveria tipos diferentes de intencionalidade. Por mais que, quanto a muitos caracteres dos atos, tal afirmação seja válida, não o é quanto a este, uma vez que, tanto no caso dos atos intuitivos quanto aqui, o que, em última análise, dá o tom à natureza objetivante da intenção é precisamente a referência à objetividade, que ocorre tanto ali como aqui, ainda que, como se viu, no caso dos atos intuitivos, esta objetificação, para além da relação, integre o material sensível ao fluxo da consciência, tal qual se descreveu mais atrás.

¹⁹² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 12, p. 52.

¹⁹³ *Idem*. 1ª Investigação, § 12, p. 52.

¹⁹⁴ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 66. No original: “*The distinction between the meaning and the objectual relation does not pertain to two wholly separate aspects of expressions or their enactment. The meaning contains the objectual relation. Differences of meaning pertain to the determinate manner in which something is signified. Thus, for example, the nominal phrase ‘the victor at Jena’ conventionally refers to the victor at Jena precisely as the victor at Jena etc.*”.

¹⁹⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 6ª Investigação, § 20, p. 605.

¹⁹⁶ *Idem*. 1ª Investigação, § 9º, p. 44.

Precisamente, então, porque o ato significativo possui, também, este caráter objetivante é que podemos compreender outro aspecto seu, o qual até agora talvez esteja turvado, a saber, que, durante efetuação do ato, não se está consciente dele enquanto tal, ou de sua significação, mas, ao contrário, a consciência está dirigida ao objeto¹⁹⁷, nós estamos ocupados com aquilo que fora significado¹⁹⁸. A significação só se tornaria tema num segundo momento, mais especificamente quando da “reflexão lógica” (“*logische Reflexion*”)¹⁹⁹, em que, já não mais vivendo como que a “presença simbólica” do objeto, o sentido é visado na sua objetividade ideal²⁰⁰, de maneira que:

Uma ideia elementar das Investigações Lógicas é que a efetuação vivida do significar constitui a exibição não tematizada da expressão como uma unidade semântica objetiva, a qual, todavia, pode ser apreendida como tal por meio da reflexão semântica que pressupõe a efetuação direta [*“straightforward”*] do significar.²⁰¹

Por outro lado, não poderíamos deixar de comentar por que motivo a apreensão objetiva da própria significação enquanto tal não é dada por uma reflexão que é apenas, como nos termos de Weigelt, “semântica”, mas, também, nas palavras de Husserl, “lógica”, sendo, em verdade, “um componente normal do pensar lógico” (“*ein normales Bestandteil des logischen Denkens*”)²⁰². Com efeito, nos termos do exemplo dado pelo próprio autor²⁰³, quando nos propomos a examinar a validade de um julgamento qualquer da forma “S é P”, não interessa aí o ato de julgar, nem qualquer de seus componentes reais, tanto no sentido dado pelo termo “*Real*” quanto naquele dado pelo termo “*Reell*”, mas tão somente a unidade semântica ideal “S é P”. Olhando apenas para ela, então, nos perguntamos, como dito, acerca de sua validade, com o que não queremos nos referir a mais que ao seu possível preenchimento por um ato intuitivo, bem do tipo que acima explicitamos, correspondente. Se, com isso, digamos, raciocinamos que, para uma tal proposição poder ser preenchida, portanto, para que possa ser verdadeira, então também teria de sê-la uma outra do tipo “S’ é P’”, a qual, porém, já sabemos não ser válida, resta-nos, pois, apenas concluir, logicamente, que aquela outra também não pode sê-lo. Note-se bem que o parâmetro de validade de uma proposição é

¹⁹⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 34, p. 108.

¹⁹⁸ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 63.

¹⁹⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 34, p. 109.

²⁰⁰ *Idem*. 1ª Investigação, § 34, p. 109.

²⁰¹ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 64. “*A main idea of the Logical Investigations is that the lived enactment of signifying makes up the unthematic display of the expression as an objective semantic unit, which however may be grasped as such only through a semantic reflection that presupposes the straightforward enactment of signifying.*”

²⁰² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 34, p. 109.

²⁰³ *Idem*. 1ª Investigação, § 34, p. 109.

precisamente a possibilidade de um seu preenchimento adequado²⁰⁴, podendo-se, a partir disto, falar das relações entre significação e conhecimento.

Consoante vimos acima, podemos visar um objeto de modo que haja para ele algum tipo de direcionamento da consciência, seja por uma via meramente imaginativa, seja, “em carne e osso”, por uma via perceptiva, ou, ainda, de maneira vazia²⁰⁵, apenas simbólica, isto é, significativamente. No primeiro caso, se olho para o lado e intuo algo que poderia ser expresso pelo juízo “esta folha é branca”, então é também possível a intuição, ainda que não a efetue, que poderia ser expressa pelo juízo “existe ao menos uma folha que é branca”. Tenha-se em mente que, nesta hipótese, por mais que a intuição, enquanto ato, possa não ocorrer, sendo, como se disse, apenas possível, o estado-de-coisas apreendido por ela não somente é possível, como, em verdade, é real, pelo simples fato de que também o é que esta folha é branca. Já não se trata mais de saber se é possível um preenchimento para uma proposição, mas de, com base naquilo que é, sabermos o que pode, por também ser, preencher um eventual juízo ou ser visado por um ato intuitivo. À intuição, portanto, daquilo que é, tal como é, e à dedução do que também é a partir do que se apreendeu como sendo, Husserl dá o nome de “pensamento ‘propriamente dito’” (“*eigentlichen*’ *Denkens*”)²⁰⁶. Já, por outro lado, no caso da reflexão lógica acima descrita, em que temos apenas a visada significativa de um certo estado-de-coisas expresso por “S é P” e no qual o raciocínio diz respeito apenas à possibilidade de preenchimento desta expressão, o que, justamente por isso, pode nunca se dar, temos o que se chama de “pensamento em sentido impróprio” (“*uneigentlichen* *Denkens*”)²⁰⁷.

O que, entretanto, todas estas considerações podem nos ensinar? Em primeiro lugar, que o pensamento enquanto tal concerne à apreensão daquilo que é precisamente como é, e que, por conseguinte, ao contrário do que talvez se possa num primeiro momento achar, o exercício do intelecto não se dá numa zona pura de materialidade e realidade, mas, ao contrário, em sua captação, tanto a nível meramente sensível, como a nível categorial, isto é, tanto ao nível de uma apreensão isolada de seus componentes, como ao nível da apreensão de suas relações externas e internas e de suas essências. Mais uma vez, portanto, ressalto ao leitor que, muito embora pareça que estamos ainda distantes da discussão acerca dos objetos universais, sua compreensão demanda o exame cuidadoso de tudo quanto aqui se coloca,

²⁰⁴ Para discussões mais pormenorizadas a este respeito, recomendo a leitura do §63 da Sexta Investigação.

²⁰⁵ Não vou discutir aqui, por questões de simplificação, os atos e raciocínios mistos, integrados por aquelas duas formas de visada.

²⁰⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 6ª Investigação, § 62, p. 716.

²⁰⁷ *Idem*. 6ª Investigação, § 63, p. 720.

neste caso, em especial, do fato de que, como se pretende esclarecer melhor no capítulo seguinte, a essência remete, em última instância, ao ente real cuja intuição tornou possível sua abstração. Assim:

A ideia de “intelecto puro” [“*reinen Intellekts*”], interpretado como uma “faculdade” do puro pensar (aqui: de um ato categorial) e completamente separada de toda “faculdade da sensibilidade” [“*Vermögen der Sinnlichkeit*”], apenas poderia ser concebida antes de uma análise elementar do conhecimento consoante seus elementos evidentemente irreduzíveis [“*unaufhebbaren*”].²⁰⁸

Em segundo lugar, ademais, o que se extrai da discussão acima é precisamente a natureza da relação entre atos intuitivos e atos significativos. Com efeito, vimos que podemos, com base nas leis do pensamento impróprio, determinar se uma significação pode ou não ser preenchida, isto é, podemos, p. ex., concluir que se se julga que “um todo T possui uma propriedade t”, então, para que isto possa ser preenchido, é necessário que também se tome como válido o juízo “a propriedade t está contida no todo T”, o que pode, naturalmente, ser feito com os casos mais complexos das cadeias de fundamentação. Entretanto, o fundamento, por excelência, de possibilidade do preenchimento é, em última análise, a própria intuição que o faz, isto é, que o preenche²⁰⁹, o ser é o parâmetro de validade daquilo - o ato - que se relaciona simbolicamente com ele, que a ele se dirige, que significativamente o representa²¹⁰. Outrossim, quando consideramos que Husserl chama a relação entre significar e intuir, normalmente tomada como uma relação de “correspondência”, de relação de “preenchimento”, nosso ponto fica ainda mais claro. De fato, o que o termo “*Erfüllung*”, normalmente traduzido como “preenchimento”, teria como sua tradução primordial é a palavra “satisfação”, pertencendo, como anota Husserl, nesse seu sentido mais radical à esfera do desejo, de maneira que seu uso para falar da adequação de um ato a outro seria apenas metafórico²¹¹. Qual seria, porém, o fundamento de legitimidade deste uso não literal? Ora, o fato de que, como estamos buscando explicitar aqui, o ato significativo “busca” a plenitude do objeto que visa, “busca” que sua referência seja “realizada” (“*realisiert*”)²¹². Quando, então,

²⁰⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 6ª Investigação, § 60, p. 712. No original: “*Die Idee eines ‘reinen Intellekts’, interpretiert als ein ‘Vermögen’ reinen Denkens (hier: kategorialer Aktion) und völlig abgelöst von jedem ‘Vermögen der Sinnlichkeit’, konnte nur konzipiert werden vor einer Elementaranalyse der Erkenntnis nach ihrem evident unaufhebbaren Bestande.*”.

²⁰⁹ *Idem*. 1ª Investigação, § 18, pp. 69-70.

²¹⁰ Explico ao leitor não familiarizado com o alemão que o termo “representar”, utilizado diversas vezes por Husserl para se referir aos atos em geral, mas, em especial, aos atos significativos, é, dado, no original, como “*vorstellen*”, o qual, por sua vez, poderia ser literalmente traduzido como “colocar diante de”, de maneira que tratar o ato simbólico como um caso de representação é como afirmar que, por meio dele, a consciência coloca o objeto significativamente diante de si.

²¹¹ *Ibidem*. 6ª Investigação, § 13, p. 583.

²¹² *Ibidem*. 1ª Investigação, § 9º, p. 44.

atualiza-se a relação entre ato e objeto com base no preenchimento ou, se se preferir, na “satisfação” do ato, há uma fusão entre ato doador de sentido e ato intuitivo na “unidade de conhecimento ou de preenchimento” (“*Erkenntnis- oder Erfüllungseinheit*”)²¹³. Assim, o que eu gostaria de deixar claro aqui, em primeiro lugar, quanto à função cognitiva da intenção simbólica, é que esta “relação logicamente essencial” (“*logisch fundamentalen Bedeutung*”)²¹⁴ existente entre o ato significativo e o ato intuitivo não é meramente fortuita, mas decorre precisamente da natureza intencional de ambos, e que, em função desta mesma natureza intencional, o ato de sentido “busca” o ente ao qual se direciona.

Por outro lado, é interessante notar quanto a esta função cognitiva do ato e, de modo mais geral, quanto ao sentido de conhecimento na fenomenologia de Husserl, que, a despeito do pensamento em sentido próprio estar dado na consumação de atos intuitivos, a unidade de conhecimento se constitui, como apresentado acima, pela fusão entre ato significativo e intuitivo²¹⁵. De fato, como bem aponta Weigelt, o conhecimento, para Husserl, é “um fenômeno essencialmente linguístico” (“*an essentially linguistic phenomenon*”)²¹⁶ e, portanto:

De acordo com esta concepção, a mera auto-presença de objetos estados-de-coisa na experiência perceptual, muito embora estes sejam, num certo sentido, intencionalmente dados *como* tais e tais numa unidade de sentido continuamente em evolução, não equivale à cognição, à sua apreensão cognitiva, conceitual [*“cognitive, conceptual grasp”*]²¹⁷.

É claro que, de certa maneira, é realmente plausível que a percepção, p. ex., ou até mesmo a imaginação, por si só, possam ser, também, consideradas como conhecimento²¹⁸, ainda que, por outro lado, haja fundamentos para uma concepção mais estrita para tal termo. Em primeiro lugar, porque o uso prático da lógica, dirigindo-se, na maioria esmagadora das vezes, para o desenvolvimento das ciências empíricas, faz com que tenhamos, no exame de sua fundamentação e legitimidade, de lidar aprofundadamente com o tipo de conhecimento caracterizado pelas relações de preenchimento, pois que muitos dos pressupostos teóricos de tais ciências existem apenas a nível hipotético, sem, portanto, qualquer ato intuitivo a eles

²¹³ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 9º, p. 44.

²¹⁴ *Idem*. 1ª Investigação, § 9º, p. 44.

²¹⁵ O início do já mencionado §63 da Sexta Investigação também corrobora este ponto.

²¹⁶ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 71.

²¹⁷ *Idem*. p. 71. No original: “*According to this conception, the mere self-presence of objects and situations in perceptual experience, although these in a certain sense intentionally are given as such and such in a continually evolving unity of sense, does not amount to cognition, to a cognitive, conceptual grasp of them.*”. Quanto a tal trecho, gostaria de observar que, naturalmente, isto que Weigelt chama de “apreensão conceitual” não se refere, exatamente, à classificação dos entes de acordo com suas características essenciais, mas, de um modo muito geral, à sua captação simbólica, expressiva, ao tomá-los em palavras.

²¹⁸ *Ibidem*. p. 71.

correspondente, constituindo a sua busca, ou seja, das percepções preenchedoras, umas das partes mais importantes do trabalho científico. Em segundo lugar, porém, a razão para lidarmos com uma noção mais estrita de conhecimento está em que se, por um lado, é plausível que eu intua, sem qualquer auxílio linguístico, isto é, de atos significativas, um estado-de-coisas que poderia ser expresso pelo juízo “este papel é branco”, não o é que eu o faça quanto a vastos complexos de objetividades, de maneira que, como nota já o próprio Husserl, os atos intelectuais superiores não são realizáveis “sem expressão linguística” (“*ohne sprachlichen Ausdruck*”)²¹⁹. Que, portanto, a tradição filosófica tenha se debruçado, tantas vezes, acerca do problema da verdade “por correspondência” não é nada fortuito, sendo, ao contrário, o efeito de que nosso contato e visada do mundo se dá por meio do discurso, por meio do *logos*, o qual, inclusive, possibilita, ainda, que comuniquemos, como mostrado acima, nossos pensamentos uns aos outros.

É justamente, então, porque a linguagem, em sua dimensão semântica, contém um direcionamento ao ser, significando-o, podendo como que conformar-se a ele, que, como escreve Husserl, já ao início da Introdução às suas *Investigações Lógicas*, a Lógica deve começar pela análise da linguagem²²⁰, o que, por sua vez, apenas corrobora o percurso que fizemos acima, sobretudo no primeiro tópico deste capítulo, quanto a outros aspectos desta, visto que isto foi feito no intuito de isolar o que, na linguagem, é efetivamente relevante para a Lógica, a saber, o fenômeno do sentido. Além disto, é justamente porque a expressão significativa tem, como visto, o sentido como um seu componente essencial e, acima de tudo, porque ela dirige-se a uma objetividade numa relação que pode ser eventualmente realizada que, em última análise, não é totalmente correto dizer que a expressão expressa seu significado, já que, em verdade, ela expressaria o ato que a preenche²²¹, que, como vimos, a “satisfaz”.

Acontece, porém, que quando analisamos o discurso comum, percebemos que são diversas as objetividades às quais se faz referência e, mais do que isso, diversas as suas naturezas, não havendo um discurso apenas acerca do que seriam os objetos individuais, como, p. ex., o tantas vezes mencionado telefone ao meu lado, mas, ainda, acerca de objetos gerais, de conceitos, como, e. g., o conceito intencionado pelo termo “o conceito de telefone”. Examinar a legitimidade deste tipo de discurso, isto é, se há objetos que o preenchem, é o objetivo final desta dissertação. Entretanto, para que possamos passar ao problema dos

²¹⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. Introdução à Segunda Parte, p. 8.

²²⁰ *Idem*. Introdução à Segunda Parte, p. 5.

²²¹ *Ibidem*. 1ª Investigação, § 9º, p. 45.

objetos universais, ainda são necessárias algumas colocações acerca das relações entre estes e as significações, sem o que podem se dar confusões posteriores, de maneira que permanecemos, por mais um instante ainda, no estudo da fenomenologia do sentido.

II.2.2. Sentido e Objetos Universais

Se temos como propósito, como se afirmou acima, a discussão acerca da validade objetiva do discurso sobre objetos universais, a primeira e mais elementar distinção que precisamos ter em mente, seguindo a diferenciação entre sentido e objeto visado, é aquela existente entre significação e objeto específico²²². Por mais que seja fácil perceber que há uma diferença clara entre o sentido da expressão “este papel branco” e o próprio papel branco, a mesma luminosidade não ocorre no caso da visada a espécie, e justamente por conta, de um lado, de seu caráter não-sensível, e, do outro, por conta da dimensão ideal da própria significação. Independente da interpretação que se dê a esta idealidade, isto é, independente de se tomá-la como se o sentido fosse uma idealidade constituindo o ato em sua consumação ou, alternativamente, como se ele fosse uma espécie exemplificada nos atos que o realizassem, tal como o objeto vermelho individua a espécie expressa pela expressão “o vermelho enquanto tal”, continua a valer a distinção entre conteúdo e objeto do ato. Isto fica particularmente claro se anotamos, acompanhando Husserl²²³, que, da mesma maneira que posso me referir ao meu telefone por meio de expressões como “meu novo celular” ou “meu aparelho azul”, posso intencionar espécies, como, e. g., o vermelho como tal, tanto pela expressão acima como, outrossim, por uma expressão do tipo “o vermelho - a cor mais quente”, de maneira que fica bastante clara a possibilidade de sentidos diferentes tendo como referência o mesmo objeto universal.

Aqui, naturalmente, tenho de lembrar ao leitor que se, sobretudo no primeiro capítulo, falamos dos conceitos relativos ao domínio da significação, às categorias que o constituem, isto é, aos conceitos de proposição, sujeito, predicado, enlace, dentre outros, não se pode confundir o conceito de significação ou, ainda, os conceitos relativos à região ontológica do sentido, com a significação de conceitos, inclusive desses. Assim como todo objeto ou propriedade do mundo material pertence a um determinado gênero, também toda significação enquanto tal, assim como seus componentes, também, por óbvio, significativos, pertencem a certos gêneros, de maneira que, p. ex., no sentido da expressão “meu telefone é azul”, o sentido da parte “meu telefone” é uma exemplificação do conceito de sujeito e assim por diante. Nisto não há nada para se espantar, visto que não há qualquer problema na

²²² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 33, p. 108.

²²³ *Idem*. 1ª Investigação, § 33, p. 108.

possibilidade de, por meio de significações, podermos visar os conceitos os quais estas significações mesmas exemplificam.

Com base, então, nesta distinção e, naquilo que vem implícito nela, a saber, a possibilidade de, significativamente, se referir a objetos universais, é que Husserl apresenta, quanto à divisão dos juízos em juízos singulares e juízos universais, mais uma subdivisão quanto a cada um deles, qual seja, aquela, no que concerne aos juízos singulares, relativa aos juízos singulares individuais e os juízos singulares específicos, e, no que concerne aos juízos universais, aquela relativa aos juízos universais individuais e aos juízos universais específicos²²⁴. No caso, portanto, dos juízos singulares, há tanto a possibilidade de proposições dadas por expressões como “este papel é branco”, como, por outro lado, por aquelas do tipo “a cor em geral é uma propriedade sensível”. Já, por outro lado, no caso dos juízos universais, são viáveis significados expressos por termos como “todas as estrelas produzem luz própria”, assim como, além disso, por outros do tipo “todas as espécies de atributos são especializações do conceito de momento abstrato”. O que se tira daí, portanto, é que o domínio da significação possui divisões que dizem respeito à natureza ontológica do objeto visado, o que apenas aumenta a necessidade do exame acerca dos objetos universais, com o que se poderia, ao mesmo tempo, saber se tal cisão é um espelhamento de estruturas ontológicas ou se, ao contrário, é meramente artificioso e decorrente de nossa maneira de falar.

Esta é a questão, em verdade, presente no problema das significações universais, sobre o qual nos debruçaremos detalhadamente no terceiro capítulo e que, por ora, meramente apresentamos ao leitor, por ser pertinente relativamente a mais uma consideração que precisamos fazer. Com efeito, basicamente todos os exemplos dados até agora, por questões de simplicidade, eram de predicados ou nomes individuais, ou seja, que tinham como referência um único e mesmo objeto. Acontece, porém, que há determinadas significações que, ao menos por si mesmos, isto é, sem compor nomes individuais, como, p. ex., “é um carro”, se aplicam não a um, mas, em verdade, a todo um infindável conjunto de objetos individuais²²⁵, aplicabilidade que, como se pode facilmente notar, possui relação com a questão dos objetos universais e cujo exame, portanto, tem de ser realizado conjuntamente com a discussão acerca do estatuto ontológico destes objetos. Que isto fique claro ao meu leitor é essencial para que ele compreenda a escolha do modo de abordagem da questão das espécies em Husserl e, de uma certa forma, a necessidade de que assim seja feito.

²²⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 2º, p. 116.

²²⁵ A este respeito, o §3º da Segunda Investigação possui uma discussão.

Com efeito, dadas as considerações acerca de que a tarefa científica se realiza por meio da linguagem e de que não temos por objetivo apenas apresentar a intuição isolada de uma espécie, mas, em verdade, justificar as reflexões e deduções realizadas sobre e com base nelas, sua discussão conjuntamente com a discussão acerca do modo como se a significa se faz totalmente necessária. Outrossim, me parece mesmo que o problema de como particularmente um objeto universal é intuído só pode ser levantado ao final da análise a que nos propomos, ou seja, da legitimidade do discurso acerca deles e das hipóteses alternativas de concepção. Não faria qualquer sentido tentar apresentar a intuição de um ente sobre cuja existência paira toda uma série de dúvidas para cujo discurso há toda uma série de outras explicações.

Por fim, gostaria apenas de observar, com o fito de evitar possíveis mal-entendidos, que não se deve confundir a universalidade das significações universais com a generalidade das significações individuais²²⁶. De fato, é óbvio que o nome “meu telefone” se aplica ao meu telefone em suas variadas perspectivas e modos de apresentação, isto é, se aplica a este objeto em todo seu fluxo fenomenal, assim como acontece, obviamente, para qualquer outro nome individual, o qual, referindo-se sempre a um mesmo objeto, se aplica a eles em todas as maneiras pelas quais é para mim²²⁷. Por outro lado, porém, quando pensamos no caso do predicado “é um carro”, nota-se, de plano, que sua aplicabilidade não se restringe a um único objeto, que a possibilidade de sua reiteração não se fundamenta na manutenção de um mesmo ente no sequência de sua apresentação, mas, ao contrário, na sua possibilidade de valer para diversos entes distintos²²⁸. Que fique claro, portanto, que não é esta performance dos nomes individuais que nos interessa aqui, mas apenas a universalidade dos nomes individuais; esta é uma pesquisa, como já muitas vezes se repetiu, acerca da legitimidade do discurso sobre objetos universais, e não acerca do preenchimento dos nomes individuais por seus correlatos objetivos.

II.3. Recapitulação e condução à fenomenologia das essências

Pode-se dizer que este capítulo, assim como o primeiro, esteve dividido em dois momentos: um primeiro, no qual tentamos nos dirigir e examinar a fonte de doação da evidência do sentido, isto é, o signo, o que nos levou a discutir questões de semiótica, bem como de fenômenos comunicacionais, tudo, conforme já explicitado, com o objetivo de

²²⁶ O estudo pormenorizado do tema em Husserl se encontra no §7º da Sexta Investigação.

²²⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 6ª Investigação, § 7º, p. 565.

²²⁸ *Idem*. 6ª Investigação, § 7º, p. 565.

isolarmos o sentido para, no segundo momento do capítulo, podermos tomá-lo em sua dimensão intencional. Aí, então, nesta segunda parte, tivemos de analisar não apenas a referência do sentido a objetividades, mas da consciência em geral, sem o que aquela - a relação objetual por meio da significação - poderia ser mal compreendida, como se fosse uma propriedade de um ente existente por si numa dimensão metafísica, por exemplo. Quando, no entanto, nos deparamos com essas formas significativas de referência, notamos que elas, ao menos em tese, porque é isso que será examinado, se dirigem a entes de estatuto ontológico distinto, possuindo, em decorrência disto, propriedades distintas, como a universalidade das significações universais e a generalidade das significações individuais.

No próximo capítulo, como já havia sido adiantado, lidaremos não apenas com o problema das significações universais, mas, de uma forma geral, com as disputas concernentes ao problema dos objetos universais, o que, naturalmente, envolve uma disputa ontológica ainda hoje forte, a saber, a disputa com a concepção de ser oferecida pelo naturalismo científico, o que se faz, aqui, por meio da apresentação da doutrina fenomenológica de Husserl conforme apresentada em suas *Investigações Lógicas*. Assim, reforço mais uma vez, tal como ao fim do primeiro capítulo, que a discussão acerca das espécies e do discurso sobre espécies, não é apenas uma ninharia, um detalhe, mas, em verdade, está no centro de problemas filosóficos fundamentais, neste caso, particularmente, a natureza dos entes dos quais podemos ter intuição e, por conseguinte, a abrangência da própria intuição. Além disso, como já coloquei atrás e repito aqui, o fundamento de validade objetiva do pensamento dedutivo, ou ao menos o modo como se o concebe, depende da resposta que se dê ao problema dos objetos universais.

Acredito que muitos leitores, quando se deparam com a Fenomenologia, e, sobretudo, com os problemas tratados nas *Investigações Lógicas*, têm uma certa tendência a acreditar que se trata de detalhes e, assim, não vendo o encaixe maior da discussão, tendem a abandoná-la. Assim, faço questão de, nesta dissertação, a qual ele teria ainda mais motivos para deixar de lado, de colocar a todo momento o escopo dos problemas abordados, até, em verdade, por acreditar que a compreensão deles demanda essa visão panorâmica de sua localização. Feitas, enfim, tais observações, podemos passar ao terceiro capítulo.

CAPÍTULO III

O ESTATUTO ONTOLÓGICO DOS OBJETOS UNIVERSAIS

III.1. Imbróglio em torno das significações universais e o ponto de partida realista

III.1.1. Significações universais e objetos universais

Ao final do capítulo anterior, pudemos ver que determinadas construções significativas, como, nos exemplos dados, “é um carro” e “a cor em geral é uma propriedade sensível” não se relacionam com os objetos individuais da mesma maneira que, digamos, um nome próprio, por meio do qual aqueles são visados diretamente na sua individualidade. Com efeito, por mais que, em “é um carro”, tenhamos o que seria uma significação dependente, isto é, que depende, para existir enquanto sentido e não mera palavra física, de outras estruturas, neste caso, em especial, de um sujeito, de modo que poderíamos, e. g., compor a sentença com significado completo “o Chevet é um carro”, mesmo aí, como dizíamos, há uma semelhança com o caso dado em “a cor é uma propriedade sensível”, uma vez que, em ambas as situações, constitui-se referência a uma generalidade. Em uma, falamos de um ente real e o subsumimos a uma generalidade ou, a depender da posição que se adote, o inserimos num dado conjunto de objetos e, no segundo, falamos da própria cor enquanto tal e lhe predicamos algo, sem que se esteja a referir individualmente a uma dada cor em sua efetividade particular, mas, ao mesmo, com aquela predicação, abrangendo toda e qualquer cor.

Além disso, vimos, também no segundo capítulo, que a significação possui um caráter referencial, ou seja, por meio de sua consumação visamos a algum objeto, de maneira que se digo “este copo sujo ao meu lado”, então intenciono, do modo dado pelo sentido da expressão, o copo enquanto ente real. Agora, e quanto aos exemplos acima mencionados, o que é visado? Quando dizemos “a cor enquanto tal é uma propriedade sensível”, que objeto é este que é visado pelo sujeito “a cor” e que faz com que digamos que a se trata de uma significação “universal”? Quando, por outro lado, afirmo que “o Chevet é um carro”, o que tenho em vista, no predicado “é um carro”, para que possa performar a classificação daquele objeto individual? Quando, então, da perspectiva lógica, falamos de conceitos generalíssimos, como, “objeto”, “ser”, “verdade”, etc., o que se está a intencionar?

Dado o exposto acima, a primeira coisa que temos de notar quanto ao “imbróglio em tornos das significações universais” é que, no fundo, ele não é uma querela atinente à significação propriamente dita, mas, em verdade, ao seu objeto, o qual, como podemos ver, determina o caráter dela, ou seja, se é individual ou universal (específica) – é dizer, o problema das significações universais concerne, em última análise, ao problema do sentido da

universalidade que se atribui ao objeto universal. A segunda, por sua vez, é que há formas significativas diferentes de se ter em mente tais objetos (isto é, os objetos universais)²²⁹, de modo que, se formalizamos os exemplos dados, teremos algo como “é um B” e “O B em geral é C”, podendo-se, ainda, numa ampliação, pensarmos na forma “todo o B”²³⁰, sendo, porém, apenas necessário observarmos que aqui já não tratamos apenas do fato, exposto no segundo capítulo, de que podemos nos referir ao mesmo objeto com sentidos diferentes, quando se foca em seu conteúdo particular, de maneira que poderia me referir ao vermelho enquanto tal com as proposições “a cor mais quente” ou “a cor mais bonita”, mas, em verdade, de que há diferentes formas categoriais significativas por meio das quais se tem em mente a generalidade, o que não será elaborado agora, mas que o leitor não pode perder de vista, pois que a problematização da concepção empirista, realizada no último momento deste capítulo, depende disto. Por fim, em terceiro lugar, fica claro, a partir do exposto, que o problema das significações universais ou do sentido de universalidade, dado que, como vimos, aquelas só são uma questão por conta desta, não é apenas relevante, como expusemos até agora, para a elucidação da legitimidade objetiva do raciocínio lógico-dedutivo, mas, também, para a elucidação do sentido da classificação dos entes individuais e da possibilidade de uma ciência dos elementos constitutivos enquanto tais dessas individualidades²³¹.

Cada uma destas três observações, por sua vez, tem um desdobramento próprio quanto ao tema em torno do qual trabalhamos. Em primeiro lugar, tratar o problema da significação universal como sendo o problema do sentido da universalidade do objeto universal torna claro para nós que não estamos mais, como no capítulo anterior, no campo da fenomenologia do sentido, mas, sim, mais propriamente, no campo da ontologia. De fato, o exame que tentamos levar a cabo se resume, basicamente, à análise de um atributo – a universalidade – constitutivo de um determinado tipo de objeto enquanto tal, e, na medida em que falamos de objetos individuais e objetos universais, de saber até que ponto este atributo poderia justificar uma tal separação, até que ponto se poderia falar, com base nele, que “no interior da unidade conceitual do ente [*Seienden*] (ou, o que é o mesmo, do objeto em geral) exista uma diferença categorial fundamental” (*“innerhalb der begrifflichen Einheit des Seienden (oder*

²²⁹ Repare o leitor que, neste momento, em que apenas apresento a controvérsia, não estou falando em objetos universais já assumindo um seu caráter ideal, mas apenas os visto enquanto os objetos aos quais se referem as significações ditas universais, sem qualquer tomada de posição quanto à sua natureza ontológica, tanto que, ao menos por agora, evito me referir a eles como objetos “específicos”, pois a compreensão de tal atributo demandaria a compreensão do conceito de “espécie”, cuja elucidação final apenas pode ser dada ao final deste capítulo.

²³⁰ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 16.

²³¹ Refiro-me, aqui, como certamente percebeu o leitor mais familiarizado com a Fenomenologia de Husserl, às ciências eidéticas relativas aos domínios ontológicos particulares, cuja configuração é exposta na §16 de *Ideias I* e esboçada nos §§ 10 e 11 da Terceira Investigação.

was dasselbe: des Gegenstandes überhaupt) ein fundamentaler kategorialer Unterschied bestehe”)²³².

Em segundo lugar, quanto às formas significativas em cuja efetuação se consoma a visada ao objeto universal, temos de notar que, com base nelas, podemos falar de uma cisão categorial no âmbito das significações²³³. Com efeito, se nos atentarmos às formas acima colocadas, perceberemos que nenhuma delas pode ser usada, ao menos na maneira como usualmente o são, fora da unidade com a consciência de universalidade, isto é, com a visada da universalidade. Assim, por exemplo, toda predicção, por mais que seja de um objeto individual, justamente por conta de seu sentido, como já colocamos, classificatório, demandará sempre a intelecção de um objeto universal, de modo que mesmo que trocássemos, e. g., em “é um B”, “B” por um nome próprio, digamos, “Sócrates”, e o predicássemos a um outro autor, então este já estaria desnaturado de seu sentido habitual, tanto que, nesta situação, o próprio uso da língua modifica o elemento físico da palavra, não se dizendo “tal autor é um Sócrates”, mas, alternativamente, “tal autor é socrático”. Com isso, tocamos, mais uma vez, em algo que já fora mencionado, a saber, o fato de que a constituição categorial do domínio das significações possui uma íntima relação com a constituição categorial do domínio do ser enquanto tal, daí que eventuais diferenças nesta se espelhem em diferenças naquela, o que, aliás, reforça os motivos pelos quais entramos na discussão acerca dos objetos universais pela via da significação e não da intuição, é dizer, naquela as formas categoriais próprias aos universais saltam muito mais à vista, dado que a visada categorial puramente intuitiva é, como vimos no capítulo anterior, bastante limitada, estando as intenções categoriais mais complexas dependentes do uso da linguagem. Sem as significações, portanto, não conseguiríamos discutir os modos de consciência próprios àqueles objetos, é justamente o domínio proposicional que nos permite um tal exame, e, por isso, se lidamos, aqui, de um lado, com uma investigação ontológica, só podemos realizá-la, por outro, com base nos dados que nos são desvelados pela fenomenologia dos sentido, o que, porém, como se espera poder esclarecer mais à frente, não se trata de mero acaso, havendo já aqui um esclarecimento preliminar, justamente pela menção a estas formas categoriais particulares, do apontamento acerca de diferentes maneiras de se significar os objetos universais no discurso científico, com o que, como agora é mais evidente, não se referia a conteúdos semânticos materialmente distintos voltados para o mesmo objetos, mas às diferenças categoriais – de natureza, frise-se, formal – no seio das quais eles são intencionados.

²³² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 8º, p. 130.

²³³ *Idem*. 2ª Investigação, Introdução, p. 112.

Em terceiro lugar, por fim, é possível notarmos que, como a elucidação da classificação de entes individuais demanda a elucidação do sentido da universalidade dos objetos universais, então, em última instância, é a própria faculdade do juízo, se a tomamos como a faculdade de subsunção dos casos individuais a um dado conceito, que a exige. Por outro lado, na medida em que podemos falar, como no caso acima apresentado, de “cor em geral”, então, a depender da natureza do objeto ao qual se refere tal expressão, poderíamos pensar no desenvolvimento do que seja “a extensão em geral”, “a sensação em geral” e etc., de maneira que, e. g., haveria uma ciência toda dedicada aos componentes dos objetos da natureza em geral e que, não sendo dirigida a qualquer efetividade, poderia ser realizada de modo completamente apriorístico. Assim, conseguimos visualizar mais claramente que a solução à qual se chega para o problema aqui em pauta dá não apenas os contornos de uma ciência em sua dimensão formal, mas, também, os contornos dos modos particulares em que cada uma se poderia constituir, dado que, como vimos, poderia haver uma ciência *a priori* dos componentes da natureza em geral, dos componentes da consciência em geral e assim por diante, posto que valeria essa possibilidade, obviamente, para qualquer domínio objetivo próprio, e, como consequência, a dimensão propriamente empírica de uma dada ciência seria precedida por este conhecimento puro acerca da constituição de sua região. Ademais, na medida em que se elucida nela o que tomamos como a faculdade julgar, pode-se afirmar que se clarifica, ali, a validade objetiva das proposições de caráter subsuntivo, sempre muitas nas ciências, com base no que, me parece, se poderia argumentar que há uma clarificação da validade objetiva de todo conteúdo descritivo das ciências.

Feitas, pois, tais considerações, pode-se afirmar que temos esclarecidos a natureza do problema – trata-se de um problema ontológico – o domínio no qual ele se abre a nós – ele emerge a nós a partir da consumação das significações universais – bem como as implicações da resposta que a ele se dê – ele repercute na constituição tanto formal quanto descritiva-material das ciências. Resta-nos, ainda, saber por que motivo a caracterização ontológica dos objetos universais é, para além de um dos pontos nevrálgicos de toda Teoria do Conhecimento e Filosofia da Lógica, um problema, ou seja, por que motivo há uma querela em torno dela. Se seguirmos Husserl, veremos que ele aponta três tentativas, bastante diversas entre si, de se tentar realizá-la.

A primeira delas, apresentada por ele apenas muito brevemente, é a empreendida na teoria platônica das formas²³⁴. Ali, os objetos aos quais se referem as significações universais

²³⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 7º, p. 127.

teriam uma existência real fora da mente²³⁵, constituindo um plano ontológico metafísico à parte, de cujo acesso estaria encarregado o pensamento²³⁶. Estando, então, para além da consciência e, ao mesmo tempo, do mundo das coisas sensíveis, tais objetos seriam eternos e, com base na intelecção deles, poderíamos consumir todos aqueles atos significativos dos quais falamos logo acima. Como já havíamos adiantado acima, porém, o seu caráter eterno não se confunde com a atemporalidade que se atribuiu às significações, e justamente porque a eternidade se resume à imutabilidade de um objeto que está ainda no tempo e que subsiste em sua transcendência a despeito de ser apreendido ou não pela consciência, aspecto sob o qual, inclusive, se assemelha aos entes coisais, os quais seriam, de tais ideias platônicas, meras ilustrações corrompidas, no que se pode ver que aquelas são definidas a partir de uma contraposição aos caracteres constitutivos destas - se a coisa é fugaz e sensível, a forma platônica é eterna e acessível apenas pelo pensamento. A “atemporalidade”, a seu turno, seria, na concepção fenomenológica, o atributo de objetos que não participam de modo algum da realidade, não tendo, neste sentido, qualquer transcendência, nem constituindo qualquer plano ontológico metafísico do tipo de um além-mundo, os quais seriam, portanto, meramente ideais²³⁷, possuindo, assim, um modo muito particular de existência.

Consoante Husserl, a teoria platônica constituiria, em sua essência, uma “hipostasia metafísica do universal” (“*metaphysische Hypostasierung des Allgemeinen*”)²³⁸, e, na contraface dela, haveria a concepção de uma realismo psicológico dos objetos universais, o que é desenvolvido mormente por Locke²³⁹. Aí, tais entes já não mais constituiriam um plano ontológico apartado da consciência, mas, em verdade, estariam dados nela, na forma de “ideias abstratas” (“*abstrakten Ideen*”)²⁴⁰, sendo, como se pretende tornar mais claro logo abaixo, um fenômeno da psique humana. Se, então, o platonismo seria uma hipostasia metafísica, a teoria de Locke é uma “hipostasia psicológica do universal” (“*psychologische Hypostasierung des Allgemeinen*”)²⁴¹, tendo em vista que, em ambos os casos, a universalidade tem um aspecto real.

Como, porém, isto é possível? Quero dizer, que conceito é este de realidade que abrange tanto os fugazes e confusos fenômenos psíquicos, imanentes à consciência, quanto um plano transcendente de objetos eternos e imutáveis em sua constituição? Se, num primeiro

²³⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 7º, p. 127.

²³⁶ WEIGELT, Karl. **The Signified World**. p. 99.

²³⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 8º, p. 129.

²³⁸ *Idem*. 2ª Investigação, § 7º, p. 127.

²³⁹ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 7º, p. 127.

²⁴⁰ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 7º, p. 127.

²⁴¹ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 7º, p. 127.

momento, quando falamos do platonismo, o sentido de realidade pareceu estar ligado ao de transcendência, isto agora já não parece valer mais, dado que o utilizamos também quanto aos dados da consciência, os quais, no entanto, não estão para-além, não precisam ser acessados, mas, ao contrário, compõem aquilo por meio de que se acessa isso que está fora deles²⁴². Assim, se observamos bem, fica claro que se está a atribuir realidade tanto ao que seria um suposto plano metafísico de ideias, quanto aos dados da consciência e ao mundo transcendente das coisas, mencionado acima quando falamos da concepção platônica. Por mais, entretanto, que estes três “reinos”, na linguagem de Frege²⁴³, possuam suas diferenças constitutivas, na medida em que o reino platônico é, como vimos, concebido especularmente ao reino coisal e a vida psíquica, que seria o reino subjetivo, é determinada, tal como este, por um fluxo temporal, então é fácil entendermos por que motivo Husserl define a “realidade diretamente por meio da temporalidade” (“*Realität geradezu durch Zeitlichkeit*”)²⁴⁴ – o tempo é o elemento comum a tais reinos e, se pensamos no caso do reino das formas, logo vemos que sua transcendência lhe dá uma grande proximidade com o dos entes coisais, como se fossem também uma coisa, mas, desta vez, não para os sentidos, e, sim, para o pensamento. É importante que tenhamos conosco esses elementos de proximidade, pois que a compreensão, mais à frente, do sentido da idealidade dos objetos universais e do caráter ontologicamente disruptivo deste achado fenomenológico depende de termos em mente os fundamentos da concepção ontológica tradicional.

Assim, duas das três formas tradicionais de se tentar solucionar o problema dos objetos universais são o realismo metafísico e o realismo psicológico. Acontece, porém, que, na discussão que visamos travar, a primeira delas não será abordada, pois, de um lado, a abordagem da ontologia naturalista, presente tanto no realismo de Locke, quanto no nominalismo que lhe sucede, ainda a ser abordado por nós, seria suficiente, por conta da unidade do conceito de realidade, para lidar com a concepção platônica. Do outro, por sua vez, como bem nos apresenta Husserl, as peculiaridades atinentes à elaboração do platonismo já não possuem mais tanta influência assim, ao passo que o realismo psicológico e o nominalismo que emerge em resposta são ainda paradigmas dominantes no que diz respeito à compreensão do problema dos objetos universais²⁴⁵.

²⁴² Como imanente à consciência pode-se compreender tudo que constitui seu fluxo, enquanto, como transcendente, pode-se tomar tudo aquilo que, não obstante possa ser visado por um ato dessa corrente, não a compõe, é *essencialmente* distinta dela.

²⁴³ FREGE, Gottlob. **Der Gedanke: Eine logische Untersuchung**. p. 9.

²⁴⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 8º, p. 129.

²⁴⁵ *Idem*. 2ª Investigação, § 7º, p. 128.

Desta maneira, no percurso que se segue, a tematização dos objetos universais se dá, inicialmente, com base num detalhamento da concepção lockeana deles, para que, então, possamos compreender a terceira abordagem, a nominalista, e, com isso, termos uma noção mais completa do tratamento empirista dado à questão, o qual, como se espera poder deixar claro, parte de determinados pressupostos ontológicos também a ser elucidados. Justamente por conta da influência destas premissas sobre a Crítica do Conhecimento, e, sobretudo, porque o ponto de vista fenomenológico, derivado da atitude fenomenológica, só pode ser compreendido com base no entendimento prévio do empirismo, calcado na atitude que é anterior àquela, qual seja, a natural²⁴⁶, é que a discussão acerca do sentido de universalidade, se assim podemos chamá-la, deve ser feita nesta polemização, que tem como propósito, como já colocamos nesta dissertação, esclarecer que a solução fenomenológica não é apenas uma razoável possibilidade dentre outras igualmente aceitáveis, mas, ao contrário, é a única possível. Nosso interesse, portanto, com esta polemização, não é um delineamento preciso das doutrinas dos empiristas que trouxermos ao texto, mas, em verdade, a configuração de um determinado modo de filosofar – o naturalista – no formato que Husserl entende que deve ser combatido, de modo que as apresentações de pontos determinados das teorias de Locke, Berkeley e Hume feitas na sequência são realizadas a partir das *Investigações Lógicas*, o que, por sua vez, tornará claro o que está em jogo com o problema dos objetos universais. Não se trata, portanto, de sabermos se as leituras que ele faz de tais autores são as mais precisas, ou se são consistentes com a totalidade de suas obras, mas, apenas, de delimitar o que, dessas leituras, não poderia ser considerado com válido, sob pena de sairmos do campo da evidência.

III.1.2. O realismo psicológico de Locke

Para compreendermos a concepção dos objetos universais proposta por Locke, temos, antes, de nos havermos com os dois sentidos que se pode dar à palavra “abstração”, um deles relacionado à doutrina dos todos e das partes e, o outro, à elucidação da intuição dos objetos universais, a qual, como se pretende explicar mais adiante, pode ser tomada como parte de uma psicologia genética, tal qual fará Hume. No que concerne ao primeiro, é de se lembrar, em primeiro lugar, que se funda analiticamente no conceito de objeto a noção de simplicidade e de composição, pois que deriva dele, também analiticamente, a noção de todos e partes, de modo que um objeto simples seria aquele sem partes e um composto aquele com partes²⁴⁷.

²⁴⁶ HUSSERL, Edmund. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. § 1º, p. 10.

²⁴⁷ HUSSERL, Edmund. *Logische Untersuchungen*. 3ª Investigação, § 1º, p. 229.

Acontece, porém, que é ambíguo o discurso acerca de partes e todos, tendo em vista que se pode conceber como simples tanto o objeto que não possui em absoluto qualquer parte, possuindo, sem qualquer composição, uma única propriedade constitutiva - como, p. ex., uma mônada leibniziana - quanto o objeto, ou parte dele, que, apesar de possuir mais de uma propriedade, não se deixa separar em “partes disjuntas” (“*disjunkte Teile*”)²⁴⁸ - tal como a cor marrom da mesa diante da qual me sento não se separa de sua extensão. Este segundo caso de simplicidade pode ser considerado como uma hipótese de simplicidade em sentido amplo, ao passo que, o primeiro, como uma hipótese de simplicidade em sentido estrito, sendo bastante claro que a natureza sensível não nos apresenta qualquer caso dela, uma vez que seus entes estão no espaço e no tempo e, sob tal aspecto, poderiam ser tomados em partes, sendo, ademais, também notório que não há, quanto a tais tipos de objeto, qualquer um que não seja uma composição de propriedades²⁴⁹.

Em que sentido, porém, se fala de uma separação ou não separação? Digo, um objeto como Marte, p. ex., está dado no espaço e no tempo e, no entanto, não é possível, pelo menos no atual estado da ciência, separá-lo em quaisquer pedaços, o mesmo valendo para diversos outros objetos reais, talvez a maioria deles, de modo que se poderia querer considerar que eles também poderiam ser classificados como simples em sentido amplo. Uma tal inclinação, a seu turno, só aumenta se entendemos que a impossibilidade de separação de uma cor qualquer de sua extensão é da mesma natureza que a impossibilidade descrita acima, isto é, que é uma impossibilidade, que tal separação só não é possível, porque, e.g., neste caso da cor, não conseguimos imaginá-la ou desenhá-la sem sua extensão.

Tal modo de considerar as coisas, porém, como penso que meu leitor já tenha percebido, não é válido, pois que falamos aqui de possibilidades lógicas, e não de possibilidades reais. É claro que, realmente, não é concebível que, digamos, se parta Marte em metades, como poderia fazer com as frutas em minha cozinha, mas, em contrapartida, se pensamos somente em termos lógicos, logo vemos que não há nesta partição nenhum problema, nenhuma contradição, e que, em verdade, se não podemos fazê-lo em efetividade, podemos, ao menos, imaginá-lo, o que, por si só, já nos é suficiente. Por outro lado, quando tornamos ao caso da cor, notamos que sua inseparabilidade real de sua extensão ou mesmo a nossa incapacidade de realizá-lo imaginativamente apontam não para limitações contingentes de nossas capacidades e faculdades, mas, em verdade, para o fato de que essa, consoante sua

²⁴⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 3ª Investigação, § 1º, p. 229.

²⁴⁹ HUSSERL, Edmund. **Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie**. § 41, p. 86.

essência, demanda, para existir, da extensão, consistindo o conceito de dependência precisamente nesta ligação essencial²⁵⁰. Ou, nos termos de Husserl:

Pode ser assim, faticamente, que com o ser-aí [“*Dasein*”] desse conteúdo [o conteúdo independente] outros conteúdos, de acordo com regras empíricas, sejam dados; mas, em sua essência idealmente captável, é o conteúdo independente, essa essência exige por meio de si mesma [“*durch sich selbst*”], portanto, *a priori*, nenhuma outra essência com ela entrelaçada.

E, correspondentemente a ele, reside o sentido da não-independência [“*Unselbständigkeit*”] no pensamento positivo da dependência [“*Abhängigkeit*”]. O conteúdo está, de acordo com sua essência, ligado a outros conteúdos, ele não pode ser, se não forem com ele, simultaneamente, outros conteúdos.²⁵¹

Não entraremos, neste momento, na discussão acerca de essências e de idealidades, pois, agora, nosso único objetivo é fixarmos que determinados conteúdos, como as cores, por conta de serem o que são, não podem existir sem determinados outros, neste caso, sem uma extensão e que, portanto, a simplicidade em sentido amplo diz respeito a este tipo de conteúdo em particular, e que, da perspectiva da simplicidade em sentido estrito, se trata de uma “simplicidade com partes”.

Se, de outro modo, precisamente por conta das diferenças de conteúdo nos casos de simplicidade em sentido amplo, considerarmos como simples apenas os objetos estritamente simples, então chegamos à existência de dois tipos de composição, os quais, como já adiantamos acima, coexistem em todos os objetos espaço-temporais. De um lado, temos a composição relativa aos conteúdos que constituem um determinado ente, mas que, por serem dependentes, não podem ser dele separados, ainda que sejam nele distinguidos, e, do outro, temos os conteúdos que, sendo independentes, poderiam existir sem aquele ente, de modo que são não apenas distinguíveis, como, também, separáveis. Aos primeiros, dá-se o nome de “conteúdos ‘abstratos’” (“*abstrakte Inhalte*”)²⁵², aos segundos, a seu turno, o de “conteúdos ‘concretos’” (“*konkrete Inhalte*”)²⁵³.

O que, então, neste contexto, poderia se compreender por “abstração”? Como é possível perceber de nossa exposição, por mais que os conteúdos abstratos (ou dependentes), em sua efetividade, não sejam separáveis dos seus todos, eles podem visados por si mesmos,

²⁵⁰ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 3ª Investigação, § 5º, p. 239.

²⁵¹ *Idem*. 3ª Investigação, § 5º, p. 239. No original: “*Es mag faktisch so sein, dass mit dem Dasein dieses Inhalts andere Inhalte, und nach empirischen Regeln, gegeben sind; aber in seinem ideal fassbaren Wesen ist der Inhalt unabhängig, dieses Wesen fordert durch sich selbst, also a priori, kein mitverflochtenes anderes Wesen./Und dementsprechend liegt der Sinn der Unselbständigkeit in dem positiven Gedanken der Abhängigkeit. Der Inhalt ist seinem Wesen nach an andere Inhalte gebunden, er kann nicht sein, wenn nicht mit ihm zugleich andere Inhalte sind.*”

²⁵² *Ibidem*. 2ª Investigação, § 41, p. 220.

²⁵³ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 41, p. 220.

de modo que, com base no exemplo que dei acima, se não posso separar o marrom da mesa de sua extensão e, assim, da própria mesa enquanto um todo, posso, em contrapartida, intencionar (ou, se se preferir, representar) por si só esta cor²⁵⁴, quando faço, aliás, quando escrevo “o marrom da mesa”. É claro que, no caso de uma visada intuitiva, o conteúdo dependente estaria dado, por mais que a atenção se dirigisse a ele, em conjunto com os demais²⁵⁵, mas, no caso de uma visada meramente significativa, o conteúdo seria tomado por si só, sem que, para ser simbolicamente intencionado enquanto tal, qualquer outro conteúdo, mesmo aqueles dos quais depende, necessitem ser concomitantemente significados²⁵⁶. Note-se que, em ambos os casos, porém, a intenção está dirigida apenas ao conteúdo abstrato, por mais que, no primeiro, ele apareça no todo do qual faz parte e isto, então, quero dizer, esta visada ao conteúdo abstrato “por si só”, é que constitui o primeiro sentido possível para “abstração”.

O segundo sentido dado à palavra concerne mais particularmente, por sua vez, ao problema dos objetos universais, uma vez que, aí, “abstração” se refere ao preenchimento intuitivo das significações universais. Neste caso, então, abstrair já não seria intencionar por si só, simbólica ou intuitivamente, um determinado conteúdo dependente, mas, distintamente, seria intencionar intuitivamente um dado objeto universal, seria visualizá-lo em sua doação originária²⁵⁷. Com isso, uma teoria da abstração enquanto elucidação de tais atos seria o momento capital de qualquer doutrina dos objetos universais, porque é justamente neles que os objetos das significações universais emergem à consciência, de maneira que, poderíamos dizer, esta pesquisa se encontra num instante preparatório para a sua construção, sendo uma análise dos modos de consciência semânticos por meio dos quais se visa tais objetos, sem, ainda, adentrarmos em sua observação direta.

Por que, entretanto, tais considerações acerca do sentido de “abstração” são necessárias para que compreendamos a concepção de Locke acerca dos objetos universais? Por que, ao invés de examinarmos a teoria da abstração do autor em seu desenvolvimento efetivo, nos demoramos em análises e minúcias acerca do que seria uma teoria da abstração ou um ato de abstração? Isto, no caso de tal filósofo, se faz necessário pelo fato de que, de certa maneira, nele se juntam os dois sentidos dados àquela palavra, de maneira que os objetos universais são as partes dependentes dos objetos.

²⁵⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 3ª Investigação, § 6º, pp. 240-241.

²⁵⁵ *Idem*. 3ª Investigação, § 6º, p. 242.

²⁵⁶ *Ibidem*. 3ª Investigação, § 6º, p. 241.

²⁵⁷ *Ibidem*. 2ª investigação, § 19, p. 157.

De fato, como vimos acima, os objetos que constituem o mundo natural são compostos não apenas de partes independentes, mas, também, de partes dependentes, que são suas propriedades constitutivas, enquanto aquelas seriam seus pedaços constitutivos. Tais propriedades, se pensamos bem, são justamente as notas que caracterizam um objeto enquanto tal, de modo que os pedaços só o fazem na medida em que sua disjunção desnatura aquelas notas, como quando, p. ex., um objeto que tem em sua definição a forma triangular é desmembrado e, por isso, já não a tem mais. Em Locke, tais propriedades ou partes dependentes têm o nome de “ideia simples”²⁵⁸, das quais, como vimos, são formadas as coisas enquanto complexos delas²⁵⁹, e, dado que não há infinitos tipos de tais partes e, ao mesmo tempo, que há objetos considerados total ou parcialmente semelhantes, pode-se dizer que, sob certo sentido, tais ideias simples “se repetem”, ou, num discurso mais preciso, que diferentes complexos possuem notas iguais, ainda que, naturalmente, mantenham sua diferença numérica um em relação ao outro²⁶⁰.

Outrossim, é também de se mencionar que, via de regra, a nomeação destes objetos complexos não se dá por meio de nomes próprios, mas, ao contrário, por meio de nomes comuns, isto é, por via de nomes que designam inúmeros outros objetos, podendo-se, pois, afirmar que possuem uma significação universal²⁶¹. De acordo com Locke, o que garante a um dado nome esta aplicabilidade a diversos entes seria o fato de lhe estar subjacente uma ou algumas ideias comuns a todos os objetos aos quais se pode referir²⁶², de maneira que se, para Platão, o universal seria o “um *sobre* muitos”, para o britânico, ao contrário, ele seria o “um *em* muitos”. Acontece, porém, que, como acabamos de mencionar, este autor não ignora que, a despeito da semelhança e pertencimento a um mesmo tipo de determinadas ideias simples, elas estão, em cada objeto que constituem, efetivamente individuadas, de maneira que se se podem tomar como iguais ou semelhantes, não poderiam ser tomadas como identicamente as mesmas. Como, então, poderia ser que funcionassem os nomes comuns por via de certas ideias que estariam em todos os objetos aos quais tais nomes se referem?

Segundo o autor, isto se daria pela nossa capacidade de abstrair de cada uma das propriedades constitutivas (ou ideias simples) aquilo que há de comum em todas elas²⁶³, como se, e. g., de todos os vermelhos efetivamente existentes, eu pudesse extrair algo comum a todos eles, de maneira que, ao me referir a todas essas variações cromáticas por um mesmo

²⁵⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 9º, p. 131.

²⁵⁹ *Idem*. 2ª Investigação, § 9º, p. 131.

²⁶⁰ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 9º, p. 131.

²⁶¹ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 9º, p. 131.

²⁶² *Ibidem*. 2ª Investigação, § 9º, p. 131.

²⁶³ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 9º, p. 132.

nome, neste caso, “vermelho”, o estaria fazendo por ter em vista esse elemento comum. Note-se, entretanto, que, na concepção de Locke, justamente porque, na realidade objetal, tais elementos comuns não existiriam, aquela capacidade de abstração é considerada por ele como sendo, na verdade, uma capacidade artificiosa do espírito²⁶⁴ de construir uma tal ideia comum (ou universal) a todos os entes que poderiam ser nomeados pela palavra que a ela se associa²⁶⁵ e que, além disso, essas ideias comuns não teriam qualquer individuação, não estariam, então, numericamente caracterizadas. Assim, nos seus próprios termos:

Não exige, p. ex., um certo empenho ou destreza construir a ideia universal de um triângulo (que ainda não pertence às mais abrangentes ou difíceis); pois ele [o triângulo universal] não deve ser nem oblíquo ou retângulo, nem equilátero, isósceles ou escaleno, mas tudo e nada disto de uma só vez. De fato, ela [a ideia universal] é algo imperfeito, que não pode existir [*“das nicht existieren kann”*], à qual são ligadas partes de múltiplas, diversas e incompatíveis ideias.²⁶⁶

Desta maneira, com base no exposto, pode-se afirmar que a abstração, no sentido do ato por meio do qual se visualiza o objeto universal, é, em Locke, um ato que se realiza sobre a abstração naquele primeiro sentido, atinente à visada das partes dependentes de um objeto, daí que se tenha dito que, para tal filósofo, há uma junção entre os dois significados de “abstrair”. Em verdade, poder-se-ia até mesmo dizer, em função do que vimos, que, em sua doutrina, não há propriamente uma visualização do universal, mas, no fundo, uma sua construção a partir da intenção das partes abstratas, pois que, como pudemos observar, a ideia universal sequer é considerada como existente, ao que o leitor deve prestar atenção, pois, como se pretende esclarecer mais adiante, isto significa que Locke não atribui realidade aos construtos da psique.

Neste momento, porém, nosso foco se torna sobre o fato de que para este autor não há diferença entre significação e imagem²⁶⁷, é dizer, não há o tripé apresentado no capítulo anterior constituído por palavra enquanto elemento físico, sentido e objeto referido, uma vez que, em sua doutrina, a própria ideia universal engendrada pelo espírito seria já a significação; ela não é apenas simbolicamente visada, como propõe Twardowski²⁶⁸, sem qualquer presença

²⁶⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 24, p. 171.

²⁶⁵ *Idem*. 2ª investigação, § 24, p. 171.

²⁶⁶ LOCKE, John. **An Essay Concerning Human Understanding**. 2ª ed. Cap. 7, p. 9. *Apud* HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 9ª, p. 132. No original: “*Erfordert es z. B. nicht eine gewisse Bemühung und Geschicklichkeit, die allgemeine Idee eines Dreiecks zu bilden (die noch nicht zu den umfassendsten und schwierigsten gehört); denn es muss weder schiefwinklig noch rechtwinklig, weder gleichseitig, gleichschenkelig noch ungleichseitig sein, sondern alles das und keines davon auf einmal. In der Tat ist sie Unvollkommenes, das nicht existieren kann, eine Idee, worin gewisse Teile mehrerer verschiedener und unvereinbarer Ideen zusammengefügt sind.*”

²⁶⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 10, p. 134.

²⁶⁸ *Idem*. 2ª Investigação, § 11, pp. 140-141.

direta, mas é, em verdade, uma imagem maquinada pelo intelecto. Assim, quando ele fala, ilustrativamente, de um triângulo universal, está, em última análise, a se referir à imagem mental de um triângulo sem qualquer diferenciação qualitativa ou quantitativa, a qual, por sua vez, seria o sentido da palavra “triângulo”, vindo à vista sempre que de sua enunciação.

Este colapso, porém, entre significação e imagem tem muito mais consequências do que simplesmente atentar contra as evidências apontadas no segundo capítulo relativas a não se poder confundir o sentido de uma expressão com uma imagem qualquer que porventura a preencha por meio da apresentação de seu objeto, pois, aqui, há desdobramentos diretos quanto ao modo como Locke concebe a experiência que se tem dos objetos. Com efeito, como aponta o próprio Husserl, uma das marcas da teoria deste filósofo é uma confusão entre “o aparecimento” (“*die Erscheinung*”)²⁶⁹ com o “aparecente” (“*Erscheinenden*”)²⁷⁰, de maneira que cada propriedade de um objeto que intenciono seja tomada como o “núcleo sensível” (“*sinnlichen Kern*”)²⁷¹ por meio do qual ele se dá a mim. No modo como Locke descreve nosso trato com os objetos, as propriedades que a eles atribuímos, como cor, extensão, etc., não passariam das sensações que constituem o fluxo da nossa consciência, uma vez que, verdadeiramente falando, haveria apenas as qualidades primárias²⁷², que estariam num plano transcendente que nos é inacessível²⁷³, enquanto, por outro lado, as qualidades secundárias, que seriam justamente aquelas propriedades que mencionamos, estariam “reelmente” dadas na consciência²⁷⁴. Não há, aí, portanto, qualquer consideração quanto ao fato de que tais elementos seriam as unidades intencionais em função das quais os dados sensíveis seriam sinteticamente entrelaçados como sendo as diferentes formas de aparição de uma mesma propriedade visada, de maneira que, por mais que, de fato, a qualidade secundária fosse subjetiva, ela não seria, apenas por isso, tomada como “*reell*”²⁷⁵, isto é, como imanente à consciência.

Neste esteio, não surpreende que o objeto universal, enquanto aquele que dá unidade a um determinado âmbito de objetos individuais, que os define enquanto pertencentes a um determinado tipo, seja, neste corpo teórico, uma imagem, indiferenciada quantitativa e qualitativamente, como já dissemos, das próprias sensações, cuja complexão, por sua vez,

²⁶⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 10, p. 133.

²⁷⁰ *Idem*. 2ª Investigação, § 10, p. 133.

²⁷¹ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 10, p. 133.

²⁷² O termo “qualidade” é usado como sinônimo de “atributo” ou “propriedade”, de maneira que, quando se fala, p. ex., em “qualidade primária”, se está a referir a um determinado atributo objetal o qual, enquanto tal, isto é, “em si mesmo”, não aparece para nós, justamente por sua incompatibilidade com o próprio ser da consciência.

²⁷³ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 10, p. 134.

²⁷⁴ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 10, p. 135.

²⁷⁵ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 10, p. 135.

seria tomada como o próprio objeto, o qual, experimentado nos termos em que o damos, estaria *na* consciência. E, na contraface disto, digo, de um exame que parece partir do pressuposto de que tudo de que podemos ter evidência são os dados sensoriais, também não é qualquer surpresa que o sentido enquanto tal, assim como a concepção de um objeto meramente intencionado não tenham qualquer atenção, já que, naturalmente, não cabem naquilo que está previamente delimitado como passível de existência.

Assim, na medida em que o único modo de existência que se apresenta à consciência é aquele constitutivo do modo de existir das sensações, é bastante coerente da parte de Locke que considere as ideias universais, enquanto artificios da mente, justamente como voltadas para facilitar o conhecimento das composições sensoriais sobre os quais estaria construído nosso mundo²⁷⁶, tornando mais dinâmica, portanto, a economia de um pensar tão perceptivamente limitado como o nosso²⁷⁷, com o que, aliás, começamos a reconstruir as raízes das considerações evolucionistas acerca da lógica sobre as quais se falou no primeiro capítulo. Com efeito, sob seu paradigma, o objeto universal teria, retomando as considerações ao início deste capítulo, uma natureza ficcional e, quanto à faculdade do juízo, sua elucidação estaria calcada em que, toda vez que subsumo um determinado objeto individual a um nome geral, o faço com base na percepção de que a ideia ou as ideias subjacentes a este estão presentes naquele. Quanto, a seu turno, àquelas ciências dos elementos fundamentais dos diferentes domínios ontológicos e ônticos, não há qualquer consideração a seu respeito, pois os objetos universais teriam como única função permitir a apreensão perceptiva de diversos objetos pertencentes a um dado grupo ao mesmo tempo²⁷⁸, sem qualquer reflexão acerca de quais seriam suas condições de possibilidade, estando-se ainda muito imerso em formas meramente *a posteriori* de pensamento. Relativamente, por outro lado, àquelas formas categoriais por meio das quais se visam objetos universais, não discutiremos agora as consequência quanto a elas do paradigma de Locke, mas apenas ao fim deste capítulo, e precisamente porque valem contra ele as mesmas objeções que valem contra os demais autores que apresentaremos na sequência, dirigindo-se, em última instância, ao cerne do empirismo. E, finalmente, justamente porque o conhecimento tem como objeto aquilo que a cada momento se apresenta, porque tudo isto que se apresenta são sensações, é que compreendemos que, para ele, no que, aliás, talvez esteja acompanhado da opinião mais habitual, o saber absoluto é a sensibilidade absoluta²⁷⁹, é o tudo perceber e reter. Como,

²⁷⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 24, p. 171.

²⁷⁷ *Idem*. 2ª Investigação, § 24, p. 171.

²⁷⁸ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 24, p. 171.

²⁷⁹ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 24, pp. 172-173.

porém, nós, humanos, de intelecto limitado, não temos como fazê-lo, então nos utilizamos destas criações que são as ideias universais para nos referir a mais de um objeto por vez e as associamos a nomes para podermos comunicar isto que pensamos acerca de tais objetos, sendo elas, portanto, instrumentos psicológicos do espírito, que se tornariam obsoletas no caso, digamos, de uma sensibilidade mais ampla, quase como se fossem produto de uma benevolência da natureza para conosco, como que para compensar outras deficiências.

Agora, foi colocado, no primeiro subtópico deste capítulo, que a teoria dos objetos universais de Locke se configurava como um realismo psicológico e, no entanto, o autor mesmo afirma que as suas ideias universais, ainda que maquinadas pelo espírito, não teriam existência, de maneira que emerge certa surpresa, de um lado, quanto ao motivo pelo qual se chamaria uma tal doutrina de realista e, do outro, quanto a que tipo de produto da mente poderia ser este que não é real mas que, apesar disso, é tomado imagetivamente como o sentido de um nome e que, mais do que isso, é uma imagem completamente indiferenciada, sendo comum a muitos entes ao mesmo tempo em que todos estão representados por ela, de modo que, numa extensão da fórmula que usamos há pouco para caracterizar a doutrina dos universais de Locke, poderíamos afirmar que o objeto universal é, para ele, não apenas o um em todos, mas, também, o todos em um. É deste último estranhamento, então, que surge a terceira abordagem à questão das significações universais – o nominalismo empirista – segundo a qual o estatuto dado por Locke às suas ideias abstratas é simplesmente absurdo, de maneira que ou elas são ideias diferenciadas quantitativa e qualitativamente, isto é, reais e tais como qualquer outra - e daí que se falaria numa realismo dos objetos universais performado por ele - não cumprindo, portanto, ao menos não da maneira descrita pelo autor, a função que este lhes atribui, ou, distintamente, não seriam absolutamente nada, no que, de um modo ou de outro, sua abordagem seria inconsistente. Examinemos, pois, mais profundamente, estas críticas e o corpo doutrinário que daí emerge.

III.2. A crítica e a crítica da crítica

III.2.1. A abordagem nominalista

Vimos, até agora, duas maneiras de abordar o problema dos objetos universais, a maneira platônica, com sua hipostasia metafísica dos universais, e a maneira de Locke, a qual, ainda que esse autor não considere como um realismo, sem dúvida o é. Com efeito, como vimos acima, o autor tenta fugir de uma hipostasia dos universais argumentando no sentido de que, em sendo frutos da capacidade abstrativa da mente, teriam um caráter ficcional o qual os diferenciaria dos objetos individuais dos quais são extraídos, como se o estatuto psíquico da

ideia universal, que, não percamos de vista, é uma imagem, pudesse fazer com que esta não fosse real²⁸⁰. De plano, então, pode-se objetar a isto, se lembramos do exposto logo ao início do capítulo, com base em que também o fluxo psíquico, com tudo que o constitui imanentemente, inclusive as sensações, é, como tal, um domínio do ser que tem o atributo da realidade, uma vez que, justamente por ser fluxo, é temporal, devendo possuir, assim, a diferenciação quantitativa e qualitativa que tudo quanto também o é possui, das percíveis coisas externas, às eternas formas platônicas, ainda que estas não sejam sensíveis.

Se, no entanto, focarmos no fato de que, para Locke, a experiência de objetos²⁸¹ se resume à sua dimensão sensível e que, em geral, em sua ontologia, para além das “qualidades primárias”, que seriam as coisas em si²⁸², ele conta unicamente com o tipo de ser das sensações, que constituiriam até mesmo as ideias abstratas, então fica ainda mais evidente que estas não podem ser, apenas por terem sua origem no espírito, indistintas à maneira como propôs seu autor. De fato, se vale aí o pressuposto de Hume relativo a que todo nosso fluxo de vivências é composto apenas por impressões e ideias²⁸³, e de que entre essas não há diferença de natureza, mas tão somente quanto a seus graus de “força e vivacidade” (“*force and liveliness*”)²⁸⁴, então não se pode escapar à conclusão à qual este chega quando inicia a exposição de sua teoria da abstração, a saber, que “é totalmente impossível conceber qualquer quantidade ou qualidade sem formar uma noção precisa de seus graus” (“*tis utterly impossible to conceive any quantity or quality, without forming a precise notion of its degrees*”)²⁸⁵, com o que, portanto, fica claro que trazer uma ideia à mente, se tal termo possui o sentido dado por Locke, não pode ocorrer, na medida em que tal ideia é diferenciada qualitativa e quantitativamente, sem uma gradação, pois que, como vemos, esta gradação é constitutiva da própria noção de diferenciação. Entende-se, pois, o motivo pelo qual, como se adiantou acima, o nominalismo objeta que, ou as ideias abstratas de Locke nada são, ou são, em verdade, ideias individuais que não poderiam estar em todos os objetos cujo âmbito unitário ela constituiria, de modo que ele teria atribuído a elementos da realidade psíquica um traço - o da universalidade - que simplesmente não lhes é próprio, falando-se, justamente por este motivo, num realismo psicológico de sua doutrina dos objetos universais.

²⁸⁰ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, p. 139.

²⁸¹ Aqui e no restante do capítulo, quando falamos em “experiência de objetos”, estamos a nos referir às experiências tanto dos objetos chamados de “externos” quanto das nossas vivências psíquicas, chamadas, usualmente, de internas.

²⁸² *Idem*. 2ª Investigação, § 10, p. 134.

²⁸³ HUME, David. **A Treatise of Human Nature**. p. 49. Naturalmente, Hume não usa a expressão “fluxo de vivências”, representando essa uma transposição para termos fenomenológicos do que ele chama, na passagem citada, de “*perceptions of the human mind*”.

²⁸⁴ *Idem*. p. 49.

²⁸⁵ *Ibidem*. p. 65.

Dado, desta maneira, o contrassenso no qual cai tal autor, surge uma terceira abordagem do problema dos objetos universais, a qual pode ser concebida, nos termos de Husserl, como um “novo nominalismo” (“*neuen Nominalismus*”)²⁸⁶, no seio do qual, como vimos, aponta-se precisamente para as mencionadas incoerências e, em função delas, entende-se que nenhum discurso acerca de objetos universais propriamente ditos poderia ser legítimo²⁸⁷. Neste sentido, então, é que se pode começar a compreender o motivo pelo qual o fenomenólogo considera as doutrinas que se poderiam enquadrar sob aquele título como uma “reação exagerada” (“*überspannte Reaktion*”)²⁸⁸ à teoria dos universais de Locke, de modo que, por outro lado, indaga-se qual seria, então, a solução dada, em não havendo em absoluto objetos universais, neste novo tratamento do problema, à questão das significações universais. Quero dizer, por mais que, no fundo, as ideias abstratas de Locke sejam evidentemente inconcebíveis, o filósofo tem razão quando aponta para o fato de que há nomes comuns e de que, via de regra, quando falamos sobre as coisas nos utilizamos destes nomes, e não dos nomes próprios, de modo que, se sua resposta não colhe, nem por isso a questão que a originou deixa de subsistir. A ela, porém, o nominalismo não foge, sendo, ao contrário, como já se colocou, um determinado modo de respondê-la, o qual consiste, em termos gerais, pode-se dizer, numa atribuição de “novas funções psicológicas” (“*neuer psychologischer Funktionen*”)²⁸⁹ a ideias individuais, é dizer, como que num uso distinto delas.

Com efeito, se seguirmos a exposição que Husserl faz em sua Segunda Investigação, notaremos que se pode destacar ao menos duas soluções que o nominalismo dá ao problema das significações universais, a primeira delas baseada numa teoria da atenção, defendida por John Stuart Mill, e a segunda numa teoria do uso representativo das ideias individuais, que é proposta por Berkeley e continuada por David Hume. De um lado, a doutrina de Mill sustenta-se na concepção de que, não obstante não possam as propriedades constitutivas de um objeto ser dele separadas, elas poderiam, no entanto, ser alvo de ato atencional voltado exclusivamente para elas, de maneira que, se não podem ser literalmente isoladas do todo, podem, ao menos, ser consideradas intuitivamente por si mesmas²⁹⁰, sendo possível até mesmo, segundo o autor que, a depender do grau de concentração com o qual se atente à propriedade, não apenas se negligencie o todo no qual está, mas, ainda, que este se torne

²⁸⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 15, p. 147.

²⁸⁷ *Idem*. 2ª Investigação, § 15, p. 147.

²⁸⁸ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 15, p. 147.

²⁸⁹ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 15, p. 148.

²⁹⁰ *Ibidem*. 2ª investigação, § 13, p. 142.

temporariamente “inconsciente” (“*unconscious*”)²⁹¹, como se tivéssemos, então, diante de nós apenas o atributo. Assim, haveria, segundo o autor, a admissão de apenas um sentido de abstração²⁹², concernente precisamente à possibilidade de visualizar exclusivamente a nota característica (se se preferir, o atributo, a propriedade constitutiva), sem, com isso, que se aceite a possibilidade de uma abstração como o despedaçar de tais atributos de seus todos e, como em Locke, como um despedaçamento em que se tome tais notas características supostamente separadas como indiferenciadas e, desta forma, presentes em todos os objetos de um determinado âmbito, não havendo, em consequência, consoante Mill, quaisquer objetos gerais num sentido próprio, mas, apenas, “ideias complexas de objetos no concreto” (“*complex ideas of objects in the concrete*”)²⁹³.

Como, no entanto, numa teoria que toma como base que existem apenas ideias individuais e objetos individuais, se poderia falar em nomes que podem ser usados para nomear vários deles como se compusessem um grupo? Ou, o que dá no mesmo, como numa tal teoria se explica a unidade do âmbito de aplicação de um mesmo nome comum? De acordo com Mill, o fato de que podemos nos atentar exclusivamente a uma determinada nota característica ou a um determinado conjunto delas e lhes dar um nome criaria uma tal relação de associação entre este e aquela que, em outras ocasiões em que atributos semelhantes fossem objeto de um ato atencional a eles voltado, o mesmo nome seria reevocado, e, inversamente, que quando o nome fosse falado ou escrito, emergiria à consciência, associado a ele, notas características semelhantes àquelas às quais ele é habitualmente ligado²⁹⁴. Assim:

Como o nome foi diretamente associado apenas com aqueles atributos, é tão provável, em si mesmo, que os evoque em uma qualquer combinação concreta quanto em qualquer outra. Que combinação ele irá evocar num caso particular, depende da experiência recente, acidentes de memória, ou a influência de outros pensamentos que estiveram passando, ou que estão ainda passando, pela mente: de acordo com isto, a combinação está longe de ser sempre a mesma, e raramente torna-se fortemente associada com o nome que a sugere; enquanto a associação do nome com os atributos que formam sua significação convencional está constantemente ficando mais forte.²⁹⁵

²⁹¹ MILL, John Stuart. **An Examinaton of Sir William Hamilton’s Philosophy**. p. 393. *Apud* HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 13, p. 143.

²⁹² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 13, p. 142.

²⁹³ MILL, John Stuart. **An Examinaton of Sir William Hamilton’s Philosophy**. p. 393. *Apud* HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 13, p. 143.

²⁹⁴ *Idem*. p. 394. *Apud idem*. 2ª Investigação, § 13, pp. 143-144.

²⁹⁵ *Ibidem*. p. 394. *Apud ibidem*. 2ª Investigação, § 13, p. 144. No original: “*As the name has been directly associated only with those attributes, it is as likely, in itself, to recall them in any one concrete combination as in any other. What combination it shall recall in the particular case, depends on recency of experience, accidents of memory, or the influences of other thoughts which have been passing, or are even then passing, through the mind: accordingly, the combination is far from being always the same, and seldom gets itself strongly associated with the name which suggests it: while the association of the name with the attributes that form its conventional signification, is constantly becoming stronger.*”.

Note-se que, para o filósofo, a significação do nome comum, numa semelhança com a doutrina de Locke, está no próprio atributo sensivelmente concebido, de maneira que também para Mill o sentido é reduzido a um conteúdo imagético, estando em sua concepção dele, porém, implícito – e isto é o mais importante aqui para nós – que as relações de igualdade convergem para uma identificação de um atributo com o outro²⁹⁶, não exatamente como se eles se tornassem uma única coisa, mas como se, em função de sua extrema semelhança, já não pudéssemos, em uma consideração isolada, diferenciá-los, mas tão somente se levássemos em conta as combinações concretas das quais fazem parte, ou seja, sua “articulação individualizadora” (“*individualisierende Verknüpfung*”)²⁹⁷. Com isso, o que se nota, em primeiro lugar, é que a possibilidade de significações universais é dada pela presença de objetos que teriam atributos tão parecidos que as únicas diferenças estariam não neles, mas no restante daquilo que compõem, de modo que, em segundo lugar, a capacidade psicológica de total atenção a eles poderia criar uma relação associativa de um nome com esses atributos em particular, os quais, em função de sua, digamos, “quase identidade” com determinados outros atributos, abririam a possibilidade de que os signos a eles ligados pudessem ser validamente aplicados a estas outras notas características, de tal maneira que qualquer proposição acerca de uma determinada propriedade constitutiva considerada isoladamente teria validade para todas as outras que, quando atendidas por si, tenham esta relação de extrema semelhança com ela, com o que, então, estaria justificada a legitimidade de proposições gerais acerca de objetos, sem a consideração particular de cada um deles. Assim, compreende-se que, de fato, não há objetos gerais, mas apenas a consideração exclusiva de suas propriedades e a possibilidade de aplicação de tudo quanto aí se conclua a seus iguais, sendo lícito, portanto, que tudo que concerne a nomes universais é, na teoria de Mill, completamente contingente, sendo possibilitado apenas pela particular constituição da natureza que a nós se apresenta e pela particular constituição de nosso aparelho psíquico.

Do outro lado, ademais, há uma segunda maneira de responder o problema dos nomes universais que Husserl também coloca sob o título de nominalismo, a qual, como fora acima adiantado, possui como pilar uma certa função representativa que as ideias individuais desempenhariam quando acompanhadas por esses nomes, tendo sido formulada mais claramente por Berkeley e continuada por Hume. De fato, consoante o primeiro, quando nos dirigimos a um objeto individual, podemos falar dele não apenas coisas que o definem em sua individualidade, mas, também, coisas que o definem enquanto parte de um determinado

²⁹⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 3º, p. 117.

²⁹⁷ *Idem*. 2ª Investigação, § 18, p. 155.

grupo, de maneira que, no exemplo do próprio autor, quando observo esta linha desenhada em meu caderno, posso não somente falar de sua constituição particular, porém, igualmente, disso que ela apresenta singularmente mas que apresentariam, também, todas as outras linhas, tornando-se possível afirmar que ela as representaria²⁹⁸, tal como um governante representa os cidadãos. Deste modo, quando um geômetra traça uma linha:

esta linha, que em si e por si mesma é uma linha singular, não deixa, por isso, de ser, em relação a isso que por ela é indicado, universal, pois ela, tal como aqui é usada, representa [“repräsentiert”²⁹⁹] todas as linhas singulares, como quer que elas sejam concebidas, de forma que o que dela é demonstrado, o é de todas as linhas ou, com outras palavras, o é de uma linha em geral [“von einer Linie im allgemeinen”].³⁰⁰

Sob tal paradigma, então, um determinado nome adquire universalidade quando é associado não aos aspectos das ideias e objetos individuais que não os constituem em sua peculiaridade, mas, ao contrário, aos aspectos que os constituem enquanto pertencentes de um determinado âmbito, ao qual este nome, portanto, teria aplicação geral, os designando indiferentemente (“*unterschieslos*”)³⁰¹, o que, todavia, e isto deve ficar muito claro, não significa que tais características “não peculiares” do objeto, digamos, não pertençam a ele de modo sensível.

Agora, em que se funda a relação de representação, o que significa, na doutrina de Berkeley, falar de traços que constituem ideias e objetos como membros de um âmbito, de traços, notas características, “não peculiares”, mas, ao mesmo tempo, sensíveis, isto é, efetivas numa concretude, ou, nos termos de Berkeley, “singulares”? Em Mill, vimos que uma determinada classe é constituída por atributos que são tão parecidos entre si que, em verdade, sua única diferença consistiria em que fazem parte de todos distintos, de maneira que, como expusemos acima, pode-se falar como que numa “quase identidade”. No caso em tela, por sua vez, a resposta ao problema, não muito diferente da de Mill, está em que um determinado conteúdo “aponta” (“*weist auf*”)³⁰², por conta de certas notas características suas, ou, ainda, por conta de certos elementos nestas notas, para determinado outro, com o qual, portanto, em

²⁹⁸ BERKELEY, George. **Principles of Human Knowledge**. p. 9. *Apud* HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 28, p. 180.

²⁹⁹ Perceba o leitor que, ao falarmos na função *representativa* das ideias individuais, já não temos, com tal palavra, uma tradução para o termo alemão *Vorstellung*, relacionado à intencionalidade, mas, em verdade, a tradução para *Repräsentation* e seus cognatos, sendo tal expressão, como exposto acima, ligada à representação política e jurídica.

³⁰⁰ *Idem*. p. 9. *Apud idem*. 2ª Investigação, § 28, p. 180. Na versão consultada por Husserl: “*diese Linie, die an und für sich eine einzelne Linie ist, ist nichtsdestoweniger mit Rücksicht auf das, was durch sie bezeichnet wird, allgemein, da sie, wie sie hier gebraucht wird, alle einzelnen Linien, wir auch immer dieselben beschaffen seien, repräsentiert, so dass, was von ihr bewiesen ist, von allen Linien oder, mit anderen Worten, von einer Linie im allgemeinen bewiesen ist.*”.

³⁰¹ *Ibidem*. p. 9. *apud Ibidem*. 2ª Investigação, § 28, p. 181.

³⁰² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 29, p. 183.

decorrência desta relação de apontamento, compõe uma classe, à qual se integra qualquer outro conteúdo com o qual se estabeleça essa mesma relação, a qual, deve-se mencionar, se dá sempre em função de um dado traço, o qual, então, seria o fundamento da distinção dos apontamentos sobre os quais se erguem as diferentes classes e, como consequência, o fundamento de distinção das classes mesmas, de maneira que poderíamos, portanto, explicar, e. g., como um objeto vermelho e retangular faz parte dos âmbitos designados por “vermelho” e “retangular”.

Em Berkeley, porém, ao contrário do que ocorre com Mill e, como veremos, com Hume, a função representativa dos objetos e ideias individuais não está condicionada à associação de seus traços genéricos, chamemos assim, a nomes³⁰³, nem a universalidade destes seria dependente da presença simultânea à consciência daqueles traços³⁰⁴, de modo que sua doutrina da significação e, no que nos interessa, sua doutrina da significação dos nomes universais possui certa peculiaridade relativamente àqueles dois autores. Isto, no entanto, não quer dizer que com eles não comungue no essencial, pois que o sentido de tais nomes teria sua origem na ligação deles às notas que apontam para outras, ainda que em seu uso estas não precisassem tornar a aparecer, e, além disso, pelo fato de que, para ele, a universalidade seria decorrente, tal como expusemos quanto a Mill, de um certo uso psíquico que se faz de individualidades, apresentando-se como o fruto de uma combinação bem afortunada entre modo como as coisas são para nós e as nossas faculdades mentais, por meio das quais fazemos uso das relações de semelhança entre objetos para nos referir a mais de um deles por vez, ou seja, para efetuar proposições gerais.

Esta última observação vale, por sua vez, também para Hume. Muito embora, como acima mencionamos, haja diferenças entre sua doutrina dos nomes universais e a de Berkeley, existe, entre elas, uma linha de continuidade, o que, aliás, é confirmado pelo próprio Hume, quando afirma que a concepção de Berkeley teria sido uma das maiores descobertas filosóficas de seu tempo³⁰⁵ e, mais do que isso, que busca, com sua apresentação do problema ora em análise, confirmá-la e colocá-la “além de toda dúvida e controvérsia” (“*beyond all doubt and controversy*”)³⁰⁶, parecendo-me, em consequência, válida a leitura de Husserl quanto a haver uma “dependência” (“*Abhängigkeit*”)³⁰⁷ daquele relativamente a este, ainda que, como filósofo original que é, não tenha sido meramente reprodutivo. Com efeito, na

³⁰³ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 32, p. 190.

³⁰⁴ *Idem*. 2ª Investigação, § 32, p. 190.

³⁰⁵ HUME, David. **A Treatise of Human Nature**. p. 64. Husserl também faz menção a essa passagem na 2ª Investigação, § 32, p. 189.

³⁰⁶ *Idem*. p. 65.

³⁰⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 32, p. 189.

interpretação do fenomenólogo, Hume teria promovido um aprofundamento psicológico das ideias de seu antecessor³⁰⁸, e isto na tentativa de responder a duas questões centrais da teoria da função representativa das ideias individuais, a saber:

1. Como vem a ideia individual [*“Einzelidee”*] à sua função representativa [*“repräsentativen Funktion”*]; como surge para ela psicologicamente a capacidade de funcionar como substituta [*“Stellvertreterin”*]³⁰⁹ de outras ideias semelhantes e, finalmente, de todas as ideias possíveis da mesma classe?

2. A mesma ideia individual se integra a muitos círculos de semelhança [*“Ähnlichkeitskreisen”*], enquanto ela, em cada complexão *determinada* de pensamento, representa [*“repräsentiert”*] apenas ideias de *um* tal círculo. Onde repousa, então, que justamente este círculo esteja distinguido [*“ausgezeichnet”*] nesta complexão, o que limita desta maneira a função substitutiva [*“stellvertretende Funktion”*] da ideia individual torna, assim, a unidade do sentido [*“Einheit des Sinnes”*] possível?³¹⁰

À primeira dessas perguntas, o autor responde que uma dada ideia individual atua como substituta de outras na medida em que lhe seja dado um determinado nome que já foi também dado a essas outras ideias que ela representa, de maneira que, quando tal nome é evocado na associação com ela, uma certa disposição à recordação das outras ideias às quais já se ligou é despertada no espírito, e, se tais ideias não vêm todas à mente, é como se elas estivessem na iminência de vir³¹¹, e, por conseguinte, nessa associação entre um nome já usado para muitos objetos e uma dada ideia individual, a atenção já não está mais nela, mas, sim, no grupo evocado ou, ainda, potencialmente evocável, pela enunciação daquele nome. É claro, porém, que este conjunto não é arbitrariamente constituído, como se um mesmo nome fosse aplicado a diferentes objetos sem qualquer critério, acontecendo, em verdade, que ele o é em decorrência de uma “semelhança” (*“resemblance”*)³¹² entre eles, podendo-se, pois, afirmar que quando, em função do uso consolidado ou habitual de um nome para um determinado grupo de objetos, se o profere e se desperta aquela inclinação para a rememoração deste conjunto, o que se tem em vista não são os objetos deste em sua

³⁰⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 32, p. 190.

³⁰⁹ Apesar de seguir aqui a tradução dada ao termo na edição em português que consulto, noto ao leitor que tal termo poderia ser ainda vertido por “deputado” ou “representante”, seguindo aquilo que dissemos quanto à natureza da expressão *“Repräsentation”*.

³¹⁰ *Idem*. 2ª Investigação, § 34, p. 193. No original: “1. Wie kommt die Einzelidee zu ihrer repräsentativen Funktion; wie wächst ihr psychologisch die Fähigkeit zu, als Stellvertreterin anderer ähnlichen Ideen und schliesslich aller möglichen Ideen derselben Klasse zu fungieren?/ 2. Dieselbe Einzelidee ordnet sich vielen Ähnlichkeitskreisen ein, während sie in jedem bestimmten Gedankenzusammenhang nur Ideen eines solchen Kreises repräsentiert. Woran liegt es also, dass gerade dieser Kreis der Repräsentation in diesem Zusammenhange ausgezeichnet ist, was schränkt die stellvertretende Funktion der Einzelidee in dieser Weise ein und macht so erst Einheit des Sinnes möglich?”.

³¹¹ HUME, David. **A Treatise of Human Nature**. p. 328 e segs. *Apud* HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 35, pp. 195-196.

³¹² HUME, David. **A Treatise of Human Nature**. p. 67.

individualidade, mas, ao contrário, em sua semelhança uns com os outros³¹³. Assim, podemos ver que, de fato, ao menos quanto a esta primeira resposta, a doutrina de Hume é no essencial a mesma que a apresentada por Berkeley, ainda que, nas elaborações psicogenéticas daquele, o uso do nome seja, como podemos ver, constitutivo da função representativa das ideias individuais; aí, essas, por si mesmas, não apontam para além de si, e mesmo o nome, quando é enunciado sem que se tenha em vista ou na imaginação qualquer objeto ou ideia à qual ele habitualmente se aplique, não deixa de ser acompanhado por um exemplar do grupo, o qual é evocado já nesta função ilustrativa³¹⁴, chamemos assim, e que são, portanto, “particulares na sua natureza, mas gerais em sua representação”³¹⁵.

Agora, e esta é uma questão que toca igualmente Berkeley e Hume, na medida em que, como vimos acima, as propriedades constitutivas dos objetos, com base nas quais se traçam as relações de semelhança que os colocam na mesma classe, apesar de poderem ser visadas por si, não podem, porém, ser sensivelmente visualizadas de maneira isolada, vindo sempre acompanhadas de seus todos, compreende-se que, de fato, a segunda questão que norteia a investigação talvez seja a viga mestra de toda sua doutrina da função representativa dos objetos individuais. Quero dizer, quando analisamos a teoria de Mill, notamos que o nome estaria associado não exatamente a um grupo de objetos, mas, em verdade, a um determinado atributo que, quase que completamente destacado pela atenção exclusiva, estaria presente de modo praticamente idêntico em diversos entes, o qual, portanto, teríamos solitariamente à vista quando da enunciação do nome. No caso, porém, de Berkeley e de Hume, o nome não está ligado a uma nota característica considerada apenas por si, mas, ao contrário, liga-se à nota em sua dispersão nos objetos dos quais faz parte, daí que em Hume se fale explicitamente de uma disposição à evocação de outros participantes da classe que a ideia individual atual representa e, em Berkeley, em seu exemplo da linha, que esta aponta para outros objetos pertencentes ao mesmo grupo, sem qualquer consideração acerca de uma atenção exclusiva a determinados momentos constitutivos daquela.

Com efeito, como apresentado brevemente acima, para Hume o fluxo de consciência é composto apenas de impressões e ideias, diferenciando-se estas daquelas principalmente por um aspecto quantitativo, compartilhando elas, em geral, da mesma natureza, a saber, a natureza sensível. Quanto às distinções de ideias e impressões entre si, por sua vez, a partir do que se poderia falar nos vários tipo de objetos, o autor aponta que ela envolveria

³¹³ HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. p. 68.

³¹⁴ *Idem*. p. 68.

³¹⁵ *Ibidem*. p. 69.

necessariamente uma separabilidade, sendo considerados distintos entre si apenas os objetos que fossem separáveis entre si³¹⁶, de maneira que as duas metades de um objeto esférico são consideradas distintas entre si, porque admitem, ao menos imaginariamente, sua separação. O que acontece, entretanto, quanto às distinções que poderíamos fazer, num tal objeto, quanto à sua forma esférica e, digamos, sua cor azul, pois que, como já vimos, tais atributos não podem ser separados? Não seriam eles considerados como distintos por Hume? Como, porém, diante da diferenciação que já se projeta nos próprios nomes “forma esférica” e “cor azul”? De acordo com ele, estaríamos diante do problema da “distinção de razão” (“*distinction of reason*”)³¹⁷, quando falamos, relativamente a um mesmo objeto, de sua cor e depois de sua forma, não temos diante de nós distintas partes suas em consideração, mas, ao contrário, distintas relações de semelhança que se sobressaem quando ele é posto ao lado de outros objetos e que são evocadas pelos nomes com os quais o predicamos³¹⁸, uma vez que, como vimos, eles nos inclinam a rememorar os entes aos quais lhes damos habitualmente. Com isso, o que dá a unidade de sentido a um determinado nome é o fato de que a ele está associado não apenas um determinado grupo de objetos, mas, antes, um determinado grupo de objetos que, reunidos, fazem ressaltar um determinado aspecto comum a eles e que apenas pode sobressair nesta comparação, sendo o significado dado, portanto, pela própria relação de semelhança que se estabelece e constitui um determinado grupo enquanto tal, e que, no entanto, não poderia ser reduzida a traços de um objeto considerado isoladamente. Desta maneira:

É certo que a mente nunca teria sonhado em distinguir uma figura do corpo figurado, não sendo eles, em realidade, nem distinguíveis, nem diferentes, nem separáveis; se ela não tivesse observado que mesmo nessa simplicidade [*simplicity*] podem estar contidas muitas semelhanças [*resemblances*] e relações [*relations*] diferentes.³¹⁹

Feitas, portanto, tais exposições, é de se notar que uma característica comum ao nominalismo é a supressão ou, ao menos, a modificação radical, daquele segundo sentido de abstração apresentado, uma vez que, como vimos, nas três teorias apresentadas, não há, em momento algum, a constituição de um objeto universal propriamente dito, mas, apenas, como havia sido adiantado, um uso psicológico distinto das individualidades presentes à consciência. Este uso, porém, consiste precisamente, se pensamos bem, não num manejo direto das ideias e objetos individuais, mas, em verdade, numa mudança do sentido

³¹⁶ HUME, David. *A Treatise of Human Nature*. p. 65.

³¹⁷ *Idem*. pp. 72-73. Husserl comenta a solução de Hume ao problema nos §§ 36 e 37 de sua 2ª Investigação.

³¹⁸ *Ibidem*. p. 72.

³¹⁹ *Ibidem*. p. 72. No original: “‘Tis certain that the mind wou’d never have dream’d of distinguishing a figure from a body figur’d, as being in reality neither distinguishable, nor different, nor separable; did it not observe, that even in this simplicity there might be contain’d many different resemblances and relations.”.

psicológico da abstração naquele primeiro sentido sobre eles performada, é dizer, tanto na teoria de Mill quanto na de Berkeley e Hume o que está em jogo quando falamos de nomes universais são as partes abstratas, independente do modo como vem à consciência, isto é, se sob a atenção exclusiva, ou a comparação interobjetiva, que constituiriam seu sentido e que permitiriam, assim, que um dado ente concreto fosse validade colocado como pertencente a um conjunto. Isto, por sua vez, faz com que, de uma certa maneira, não estejamos tão longe assim da doutrina de Locke, pois se, ali, os objetos universais eram manufaturas do espírito realizadas sobre as abstrações das partes dependentes, aqui, continua a haver uma apropriação psicológica dos atributos, ou, a depender da teoria, das relações de semelhança que podem ser sobre ele estabelecidas, dos objetos individuais, de maneira que, não sendo a universalidade nada mais que um produto artificioso do intelecto, é possível afirmar que mesmo diante da ruptura proposta pelo nominalismo, ele está ainda, essencialmente, sob o mesmo paradigma proposto por Locke. Neste sentido, se retomamos os três eixos sobre os quais analisamos a questão dos objetos universais, quais sejam, sua natureza ontológica, os diferentes modos categoriais nos quais são visados e a possibilidade de uma ciência pautada na intelecção dos componentes fundamentais dos objetos constitutivos de um dado domínio, temos, forçosamente, de concluir que não há, rigorosamente falando, sob o nominalismo, uma natureza própria aos objetos universais, os quais, em verdade, não existem e que, tal como em Locke, toda reflexão acerca dos entes que se nos apresentam está dada apenas no campo do *a posteriori*, como se o que houvesse para descobrir acerca deles estivesse meramente no campo da experiência. Quanto, por fim, ao segundo eixo, deixamos para analisar o modo de sua articulação sob o nominalismo mais à frente, pois está aí o pilar central da crítica a esta corrente, de maneira que precisamos examiná-la com maior cuidado.

Agora, entre as duas linhas teóricas apresentadas há uma disputa quando se fala de abstração naquele primeiro sentido. Com efeito, como acentuamos no parágrafo anterior e como talvez já tenha ficado claro ao leitor ao longo da exposição, se, sob certo aspecto, as doutrinas apresentadas cheguem ao mesmo lugar, sua noção de abstração enquanto captação das partes não separáveis de um objeto é bastante diferente. Qual é, no entanto, a relevância desta disparidade? Não seria este apenas um ponto secundário dentro de um corpo teórico que, quanto ao fundamental, já teria chegado a uma resposta? Em verdade, este conflito, se o examinamos com cuidado, revela a profunda dificuldade que há em se tentar colocar como fundamento da unidade de um âmbito de objetos um componente ou uma relação individual deles, que, como vimos, é o que os três autores tentam fazer. Passemos, portanto, a um seu exame mais detido.

III.2.2. A crítica de Husserl

Quando se fala da divergência entre Mill e Berkeley e Hume, a indagação fundamental a ser realizada diz respeito ao motivo pelo qual tais autores, se debruçando sobre um mesmo tema, a saber, sobre aquilo que, nos objetos e ideias individuais, dá o significado dos nomes universais, chegam a fundamentos distintos. Ora, a evidência não é distinta relativamente a si mesma, ela nos dá um único caminho, de maneira que qualquer dispersão em sua descrição apenas pode querer dizer que não se chegou ainda a seu âmago ou que há algum engano de alguma das partes, ou de ambas. Se nos voltamos a uma teoria da abstração naquele primeiro sentido com vistas a entender o que, nas individualidades elas mesmas, poderia assegurar a unidade das classes nas quais ela se divide, então o problema central é conciliar o fato de que seus elementos são, tal como os objetos que constituem, também individuais, isto é, completamente diferenciados e irrepetíveis, com algo que poderia subsistir de comum entre eles, e que, em última análise, garantiria o sentido do nome geral.

Diante disto, então, analisemos, novamente, qual o foco de Mill em sua doutrina. Ele, como vimos, se concentra na possibilidade de atenção às partes que não podem ser separadas, e parte daí para chegar à compreensão do uso geral de determinados nomes, entendendo que tais elementos atendidos exclusivamente poderiam como que ser considerados o “um em muitos”, diferenciado apenas pelas conexões individualizadoras, mas não por si mesmo, evidenciando-se que, dadas aquelas duas dimensões, ele dirige seus esforços para tentar apanhar o que é isto que poderia haver de comum a tais individualidades, estando seu foco em encontrar o geral no diferente. Por outro lado, o que vemos no caso de Berkeley e Hume? Aí percebe-se que, não obstante haja um grande esmero no sentido de evidenciar as relações e mecanismos de apontamento de um objeto a outro, o fato de o elemento comum apenas sobressair no apanhamento conjunto do grupo de objetos nos mostra que há uma preocupação em, neste comum, manter evidenciado o que é distinto, de maneira que, alternativamente a Mill, pode-se afirmar que o foco deles é deixar sempre em vista o diferente no geral, talvez até, pode-se dizer, para que sua doutrina não incorra nos mesmos equívocos nos quais caiu Locke, o qual tentam contrapor diretamente com suas colocações.

Quanto, aliás, a esta atenção à individualidade dos fundamentos de unidade do âmbito objetual, é possível afirmar que Hume talvez a tenha levado a seu ponto mais radical, visto que há como interpretarmos sua doutrina acerca das partes dependentes do objeto como se, em última instância, ele estivesse a afirmar que elas sequer existem³²⁰. Com efeito, se lembramos que, conforme já discutido, a distinguibilidade de um objeto, para tal autor, depende de sua

³²⁰ Para uma análise completa dessa possibilidade interpretativa, conferir os §§ 36 e 37 da 2ª Investigação.

separabilidade, então não se poderia falar em partes dependentes enquanto tais, enquanto ideias ou objetos próprios, na medida em que, por definição, não podem ser despedaçadas de seus todos. Com isso:

Notas características, as propriedades internas, não são nada aos objetos [*“nichts den Gegenständen”*] que as “têm”, no verdadeiro sentido de inerentes a. Ou, psicologicamente rotacionado: os diversos e inseparáveis uns dos outros lados ou momentos de um conteúdo intuitivo, como as cores, formas, e assim por diante, que, porém, supomos captar nele como algo presente, não são nele, em verdade, nada.³²¹

Sob tal entendimento, portanto, é de se notar que, realmente, a semelhança que dá unidade ao grupo de objetos somente poderia sobressair na análise de uma relação entre eles, pois que não haveria nada a considerar tomando-se apenas um dos membros do conjunto.

Entretanto, sob a doutrina de Hume interpretada segundo essa possibilidade se esconde uma contradição. Com efeito, se não há, em sentido próprio, notas características, mas apenas partes independentes, isto é, que poderiam ser separadas e, mais do que isso, sempre individuais, únicas, e, contudo, o significado do nome universal, ou, como se preferir, o fundamento da unidade de um conjunto objetual, é determinado pelas relações de semelhança entre os objetos desse grupo, isto é, entre elementos seus, então há um problema, porque, se tais elementos não existem, então estamos diante de uma relação sem parâmetro. Como consequência, o que teríamos seria um regresso ao infinito, pois, no momento em que achássemos ter chegado àquele parâmetro, nos perceberíamos de novo diante de pedaços individuais diferentes entre si³²², e assim sucessivamente, sem jamais chegar a atributos comuns, com base nos quais poderíamos afirmar que tais e quais objetos pertencem a tal ou qual classe.

É claro, por outro lado, que tal interpretação da doutrina de Hume, considerada por Husserl como “radical” (*“radikalen”*)³²³ não é compulsória, é dizer, pode-se compreender o que o autor quis dizer sob uma outra ótica, a saber, sob a ótica de que ele tinha como objetivo, ao falar de que só poderiam ser tomados como objetos por si mesmos aquelas ideias ou impressões que pudessem ser separadas, interditar a concepção lockeana acerca dos objetos universais, na qual as partes dependentes não apenas são consideradas como existentes, mas,

³²¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 36, p. 198. No original: *“Merkmale, innere Beschaffenheiten, sind nichts den Gegenständen, die sie ‘haben’, im wahren Sinne Einwohnendes. Oder psychologisch gewendet: Die verschiedenen, voneinander unabtrennbaren Seiten oder Momente eines anschaulichen Inhalts, wie die Färbung, Form usw., die wir doch als etwas in ihm Vorhandenes zu erfassen vermeinen, sind in Wahrheit gar nichts in ihm.”*.

³²² *Idem*. 2ª Investigação, § 37, p. 200.

³²³ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 36, p. 196.

ainda, como base de uma segunda abstração, na qual elas seriam, em função de um artifício mental, consideradas de modo sensível e, ainda assim, sem qualquer diferenciação qualitativa ou quantitativa³²⁴. Aí, a doutrina de Hume já não estaria a colocar que não há partes dependentes, mas apenas que elas não podem passar por nenhuma, digamos, “abstração desindividualizadora”, que, em última instância, elas estariam sempre anexas a seus todos, de modo que se poderia, num sentido próprio, que os objetos possuem notas características comuns, de modo que o parâmetro para as relações de semelhança constitutivas do âmbito seria justamente elas. Vemos, então, que, sob a interpretação considerada “moderada” (“*gemässigten*”)³²⁵, mantém com a de Mill, assim como a de Berkeley também o faz, uma estreita proximidade, ainda que com ela não se identifique, o que, porém, nos faz retornar à questão do início deste subtópico, a saber, acerca dos motivos pelos quais não há tal identificação.

É possível que o leitor, quando da consideração da doutrina milliana dos nomes universais, tenha experimentado um certo estranhamento quanto ao que diz aquele autor acerca da atenção exclusiva aos atributos. Em primeiro lugar, é controverso que se coloque que a observação concentrada de uma dada nota característica realmente possa deixar os demais atributos constitutivos do todo ao qual ela pertence inconscientes, como se tivéssemos apenas ela diante de nós, tendo em vista que, tomando isto literalmente, incorreríamos numa contradição relativamente ao sentido de uma parte dependente, o que nos obriga a tomar esta parte dos comentários de Mill num sentido mais atenuado e, com isso, a entender que a atenção exclusiva à propriedade não, em última análise, tão exclusiva assim, não havendo, em termos sensíveis, qualquer supressão das ligações individualizadoras das partes dependentes, podendo-se afirmar que ela apenas “salienta” (“*bevorzugt*”)³²⁶ os traços constitutivos, mas, de modo algum, os isola. Isto, por sua vez, nos leva, em segundo lugar, ao principal problema da doutrina do britânico, qual seja, o atributo não perde, apenas por ser atentamente considerado, sua individualidade, ele continua, tal como o objeto de que faz parte, um “singular individual” (“*individuell Einzelnes*”)³²⁷, não havendo, no fundo, aquela “quase identidade” que quer o autor e nem, muito menos, o “um em muitos” no sentido de um atributo que está presente em vários objetos e é distinto em cada um deles apenas em decorrência do restante do todo em que está inserido, podendo-se, então, resumir o problema em que, como coloca Husserl, para Mill, “a abstração, como interesse excludente, produz *eo ipso* a universalização” (“*Die*

³²⁴ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 36, p. 199.

³²⁵ *Idem*. 2ª Investigação, § 36, p. 196.

³²⁶ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 19, p. 158.

³²⁷ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 19, p. 158.

Abstraktion als ausschliessendes Interesse bewirkt eo ipso Verallgemeinerung”)³²⁸, isto é, chega a um determinado elemento que concilia em si os atributos da individualidade, ao ser um ente concreto e efetivo, diferenciado qualitativa e quantitativamente, e da universalidade, ao existir identicamente, quando considerado por si só, em entes distintos, o que, não é difícil ver, é uma contradição, posto que a definição de um objeto com individual exclui de plano qualquer generalidade, qualquer retorno a uma indiferenciação, que, por sua vez, também não nos salvaria, visto que apenas retornaríamos aos absurdos das ideias abstratas de Locke.

Naturalmente, porém, que não se poderia afirmar que Mill incorre neste contrassenso, uma vez que ele expressamente reconhece as diferenças entre os atributos de cada objeto, o que, no entanto, a seu turno, apenas o leva de volta ao ponto de partida, na medida em que voltamos a não ter resposta para a questão dos objetos universais, já que aquele atributo, que constituía sensivelmente sua significação, e que se entendia como presente num diverso, provou-se como uma singularidade compositiva de apenas um objeto, mas nunca de vários. Se, por outro lado, o autor apela, no intuito de resolver esse imbróglio, para o fato de que a comparação entre os objetos de um mesmo grupo revela a existência de elementos em comum, então ficamos diante de outro regresso ao infinito. Com efeito, uma vez que já se admitiu a individualidade de cada atributo, ou, se se preferir, sua diferença numérica e peculiaridade qualitativa, nenhum deles pode ser, no sentido rigoroso do termo, efetivamente *comum* a dois ou mais objetos distintos e, por conseguinte, qualquer daquelas comparações teria, sempre que se tivesse pensado ter encontrado o geral a muitos, voltar a procurá-lo, justamente porque a própria multiplicidade dos objetos constitutivos da relação de semelhança tornaria sempre a deixar visível que a igualdade das notas características não se confunde com uma identidade delas, pois, sendo a igualdade uma relação, pressupõe a diferença de seus termos³²⁹.

Agora, se observarmos bem, notaremos que a solução apontada, qual seja, a de argumentar que o comum é visível apenas na relação, é precisamente a adotada por Berkeley e por Hume, de maneira que, no caso desse último autor, mesmo que não caiamos no regresso ao infinito decorrente da adoção de uma interpretação radical de sua doutrina, gerado pelo contrassenso de se tentar efetuar relações comparativas entre partes que não existem, cairíamos no regresso ao infinito acima apontado, decorrente de uma perigosa confusão entre identidade e igualdade. Desta maneira, ainda que Berkeley e Hume não tenham doutrinas idênticas a de Mill por haver uma maior consideração ao fato de que nenhum movimento da psique diante

³²⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 18, p. 155.

³²⁹ *Idem*. 2ª Investigação, § 3º, pp. 117-118.

dos atributos poderia promover uma sua “universalização” (“*Verallgemeinerung*”)³³⁰, esforçando-se por argumentar que o sentido do nome universal só se faz ver na classe, não deixam, apenas por isso, de estar situados nos problemas daí derivados e, com isso, de incorrer em contrassensos à sua própria maneira.

Aqui, então, é legítimo perguntar se não estaríamos diante de uma verdadeira aporia, se há, no fundo, alguma resposta para a questão dos objetos universais, uma vez que ambos os modos de análise chegam a contrassensos. Antes, porém, de declararmos a impossibilidade de solução, repensemos os termos em que o problema é formulado no nominalismo: negando as ideias abstratas de Locke, busca-se uma maneira de explicar como ideias e objetos individuais poderiam fundar o sentido dos nomes comuns e, com isso, funcionar de maneira universal, apresentando-se aí, portanto, como ponto fundamental, compreender como falar de uma comunidade relativamente àquilo que não se pode repetir e, com isso, é legítimo asseverar que tanto Mill quanto Berkeley e Hume estão, tal qual Locke, em busca do “um em muitos”, é dizer, o problema dos objetos universais está formulado, nesses quatro autores, como o problema relativo a que ente poderia ser um só e, ao mesmo tempo, estar disperso numa diversidade. De fato, Husserl chega mesmo a argumentar que a função representativa que Berkeley atribui às ideias e objetos individuais é a mesma que Locke atribuía às suas ideias abstratas³³¹, ao fazê-las valer por todos os objetos de um dado grupo cuja unidade fundamentaria, de maneira que poderíamos entender a rejeição a essas últimas não como uma rejeição ao paradigma sob o qual seu pensador responde à questão, mas apenas a determinadas particularidades da solução, tentando-se transferir a função de um ente obviamente impossível para as ideias e objetos individuais, cuja evidência é cristalina, performando a mesma tentativa Hume e até mesmo, em verdade, Mill. Não se pode negar, quanto a ele, que há uma estreita parecença o uso que ele dá aos atributos aos quais se atenta exclusivamente e o uso que Locke dá a suas ideias abstratas, o que, aliás, faz com que ambos terminem por cair no mesmo contrassenso, visto que essas últimas não são impossíveis por mera deficiência da nossa imaginação, mas, em última análise, por ser impossível tornar aquilo que é individual em algo geral, e vice-versa, nem mesmo por um artificioso processo abstrativo. Assim, o que fica cristalino é que a resposta ao problema dada tanto por Locke quanto pelos nominalistas contém uma contradição, porque, em primeiro lugar, o próprio modo como o problema é formulado já contém uma contradição, é dizer, o problema em si já é um absurdo, sendo logicamente impossível o “um *em* muitos”.

³³⁰ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 18, p. 155.

³³¹ *Idem*. 2ª Investigação, § 28, p. 180.

Quando, então, já a estruturação da indagação que dá início a uma investigação está eivada pelo contrassenso, não nos resta outra opção senão a do retorno radical ao solo do qual ela brota, isto é, ao dado da evidência que se busca elucidar - qual seria, porém, ele? Se examinarmos o “domínio dos nomes” (“*Gebiete der Namen*”)³³², restará claro que, p. ex., quanto aos “nomes diretos” (“*direkte Namen*”)³³³, ou, se se preferir, nomes próprios numa acepção mais abrangente³³⁴, há alguns que nomeiam objetos individuais, como os nomes de pessoas, e outro que, distintamente, não nomeiam qualquer individualidade, mas, ao contrário, elementos de gêneros de objetos, como, nas ilustrações dadas pelo próprio Husserl, o nome “vermelho” ou, ainda, o que deixará as observações a seguir mais palpáveis, o nome “quatro”³³⁵. Caso, em seguida, peguemos esse último e, ainda no exemplo do filósofo, asseveremos que “quatro é um número primo relativamente a sete”³³⁶, teremos uma proposição que, alternativamente a uma outra que se utilizasse de um nome direto individual, digamos, “Lucas escreve sua dissertação”, não se refere, tal qual o nome que lhe dá seu sujeito, a qualquer individualidade. Tais afirmações, por sua vez, atinentes a qual tipo de objeto se refere uma dada asserção não dependem de nada a não ser de um exame do seu sentido, sendo muito claro que quando enuncia a proposição matemática acima não se está, de modo algum, a falar alguma coisa acerca de quaisquer conjuntos de quatro objetos ou de atributos seus³³⁷, ou, ainda, de processos psicológicos de adição, como defendem alguns acerca da natureza dos entes matemáticos³³⁸, mas, apenas, do número quatro enquanto tal, o qual, ao menos no modo como é dado pelo significado da proposição, não se confunde com entes sensíveis ou com o próprio dado da sensibilidade. Se, então, neste retorno à evidência, lembrarmos ainda daquelas formas categoriais por meio das quais fizemos a apresentação inicial do problema dos objetos universais logo ao começo do capítulo, não poderemos concluir nada diferente do que foi colocado acima, quero dizer, se pegamos, e. g., a forma “todo o B” e nos mantemos adstritos a seu sentido, não há como negar que estamos diante da representação (“*Vorstellung*”) de um determinado âmbito de objetos³³⁹ e que esta, por sua vez, não se confunde com as “representações dos membros do âmbito” (“*Vorstellungen der Glieder des Umfangs*”)³⁴⁰, visto que, ainda que se conseguisse fazer emergir à consciência

³³² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 14, p. 144.

³³³ *Idem*. 2ª Investigação, § 14, p. 144.

³³⁴ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 14, p. 144.

³³⁵ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 14, p. 144.

³³⁶ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 14, p. 145.

³³⁷ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 14, p. 145.

³³⁸ FREGE, Gottlob. **The Foundations of Arithmetic**. p. III. Conferir, acerca de tal posição, sobretudo os §§ 26 e 27 da obra.

³³⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 16, p. 153.

³⁴⁰ *Idem*. 2ª Investigação, § 16, p. 153.

todos os infinitos objetos reais e possíveis de um determinado grupo, digamos, todos os objetos vermelhos, ainda assim não estaríamos diante de nada que correspondesse ao sentido daquela forma, pois não se trata, nela, de uma mera complexão de objetos, mas, sim, de sua consideração enquanto elementos de uma totalidade que é visada enquanto tal, e da qual fazem parte todos os objetos dos quais se puder dizer que são “um B”, cuja possibilidade infinita de aplicação³⁴¹ relaciona-se à infinitude circunscrita por aquela totalidade.

A partir, portanto, de uma tal recondução ao início, é de se concluir, em primeiro lugar, que tanto Locke quanto os nominalistas não se empenham, como coloca Husserl, por, antes de tudo, estabelecer precisamente, com base no que é “dado descritivamente” (“*deskriptiv Gegebene*”)³⁴², o que a investigação tem de esclarecer³⁴³, como fica muito visível pelo fato de que, ao longo do exame das doutrinas daqueles autores, em nenhum momento haver menção àquelas formas significativas que, no entanto, tão importante papel desempenham na estrutura formal do conhecimento. Em segundo lugar, outrossim, e este é o principal problema, o que sobressalta do exposto acima é precisamente que as explicações dos quatro autores são quando cotejadas com o dado, uma desnaturação de seu sentido evidente, uma vez que há uma incessante tentativa de reconduzir ao sensivelmente palpável aquilo que o significado dos nomes, formas e proposições universais referencia como não sendo nada deste tipo³⁴⁴, tornando como algo sensorial mesmo o próprio sentido, o qual é, nas doutrinas apresentadas, concebido em termos de ideias e objetos individuais, mesmo no caso de Locke, em que a maquinação psicológica sobre esses tem como produto uma imagem, colapsando-se a dimensão semântica da expressão com o objeto visado em sua efetuação e, além disso, no que tange as formas categoriais, colocando-se como seu sentido aquilo que sequer poderia preenchê-las. Desta maneira, quando consideramos, agora, os corpos teóricos de tais autores sob a perspectiva daquele segundo eixo de articulação do problema dos objetos universais, a saber, o atinente aos diferentes modos significativos nos quais se os visa, é de se anotar, de um lado, que não há um elencamento, como visto acima, do que se está a elucidar e, do outro, que quando, nesta ausência de sistematicidade, se o tenta, busca-se, a todo momento, delinear uma explicação acerca de como individualidades poderiam desempenhar um papel que, dado o

³⁴¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 16, p. 152.

³⁴² *Idem*. 2ª Investigação, § 14, p. 144.

³⁴³ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 14, p. 144.

³⁴⁴ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 31, p. 186.

sentido daqueles modos, não lhes cabe. Assim é que Husserl argumenta que tais autores³⁴⁵, na “análise fenomenológica” (“*phänomenologischen Analyse*”)³⁴⁶ se detêm:

quase exclusivamente no intuitivamente singular [“*anschaulich Einzelne*”], digamos, no tangível [“*Greifbare*”] da vivência de pensamento nos nomes e intuições exemplificadoras, enquanto eles, com os caracteres de ato [“*Aktcharakteren*”], precisamente porque não são nada de tangível, nada sabem começar. Permanentemente procuram, por isso, por quaisquer outras singularidades sensíveis [“*sinnlichen Einzelheiten*”] e quaisquer manuseios sensivelmente representáveis nelas, para dar ao pensar o modo da realidade [“*die Art der Realität*”], para a qual elas estão enviesadas e a qual ele [o pensar] no fenômeno efetivo não quer mostrar³⁴⁷.

Com isso, pode-se, pois, entender que as obras de Locke e seus sucessores, no que diz respeito aos objetos universais, se equivoca não apenas em decorrência das contradições em que cai, mas, também – principalmente – em decorrência de não se atentar à evidência ou, melhor, de se aproximar dela sob o efeito de pré-conceitos ontológicos que os obrigam a distorcer seu sentido para enquadrar sua configuração neles, o que acarreta, como pudemos observar, em doutrinas que estão equivocadas desde as indagações que as propulsionam, podendo essas ser tomadas já como uma primeira deformação do dado, precisamente na medida em que a busca pelo “um em muitos” não passa de uma tentativa de reconduzi-lo a termos meramente sensíveis.

Agora, se está posto que o sentido dos nomes universais não pode ser uma imagem e, sobretudo, que os objetos universais aos quais eles se referem não podem ser individualidades, esses últimos não estão ainda caracterizados positivamente, é dizer, por mais que ao longo do texto se tenha adiantado sua intemporalidade e, por conseguinte, sua irrealidade, ainda há o que clarificar quanto ao sentido de tais termos e, principalmente, quanto à possibilidade de um objeto de tais características, já que a inadmissão do tratamento dado por Locke e os nominalistas ao problema não nos força, por si só, a aceitá-lo. Além disso, quanto à consideração das evidências dadas na enunciação de proposições e atos significativos em geral, é ainda necessário estabelecer seu valor ontológico, isto é, estabelecer o motivo pelo qual o seu sentido e a configuração do objeto em sua efetuação intencionado devem ser tomados tais como dados imediatamente, sem que possam ser legítimas as explicações que

³⁴⁵ No trecho em questão, ele se refere especificamente a Locke e Berkeley, mas, como ficará evidente por ele, seu conteúdo pode ser estendido a Hume e Mill sem embaraços.

³⁴⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 31, p. 186.

³⁴⁷ *Idem*. 2ª Investigação, § 31, p. 186. No original: “*fast ausschliesslich an das anschaulich Einzelne, sozusagen an das Greifbare des Denkerlebnisses halten, an die Namen und die exemplifizierenden Anschauungen, während sie mit Aktcharakteren, eben weil sie nichts Greifbares sind, nichts anzufangen wissen. Immerfort suchen sie daher nach irgendwelchen weiteren sinnlichen Einzelheiten und irgendwelchen sinnlich vorstellbaren Hantierungen an denselben, um dem Denken die Art der Realität zu geben, für die sie voreingenommen sind und die es im wirklichen Phänomen nun einmal nicht zeigen will.*”.

intendem, tal como as dos britânicos examinados, redesenhá-los, como que numa tentativa de desvelar algo por trás deles, como se aquilo que eles colocam nessa imediatez não se pudesse aceitar, tratando-se aqui, portanto, de compreender por que razões aquilo que chamamos acima de uma desnaturação ou deformação não poderia ser considerado, ao contrário, como uma revelação. Investiguemos, portanto, esses dois problemas.

III.3. Ontologia fenomenológica e caracterização positiva dos objetos universais

III.3.1. Valor ontológico do descritivamente dado

Para compreendermos o valor ontológico do dado, temos, antes de tudo, de compreender a ontologia que subjaz às apresentações de Locke e dos nominalistas, a qual, de um modo geral, podemos, com Levinas, considerar como uma ontologia naturalista³⁴⁸, e que, em verdade, está muito bem exemplificada no modo como Locke concebe a experiência que temos dos objetos. Com efeito, como já exposto, para o autor não há uma diferenciação entre os objetos que constituem o mundo circundante e os dados sensíveis que a nós se apresentam, de maneira que, p. ex., esta caneta ao meu lado não passa desta complexão de sensações de cor, forma, dureza, dentre outros, o que, entretanto, não deve ser lido como se estivéssemos a dizer que o filósofo atribui aos dados desse tipo o caráter da transcendência, como se eles fossem algum tipo de externalidade que se faz presente de modo imediato a nós, acontecendo, em verdade, precisamente o oposto. Como apontam Husserl³⁴⁹ e Brentano³⁵⁰, as notas características como cor, som, gosto e as demais teriam, para ele, um caráter meramente “fenomênico”³⁵¹, e justamente no sentido de que possuiriam um estatuto meramente subjetivo, o que, por sua vez, não deve ser entendido como se, para Locke, não houvesse mundo transcendente, como se houvesse apenas o mundo dado numa “internalidade” subjetiva, ocorrendo apenas que as sensações por meio das quais os objetos são *para nós* não poderiam ser tomadas como coisas “em si”, cuja constituição estaria para além de nossa cognição. Para dar conta, então, da configuração em si do objeto em contraste à sua configuração subjetiva, fala-se em, quanto à primeira, em qualidades primárias, e, quanto à segunda, em qualidades secundárias, que, a seu turno, não passam do substrato sensível³⁵².

Uma concepção bastante similar encontra-se, interessantemente, em Hume, sobretudo, como nos mostra Gurwitsch³⁵³, na maneira como ele concebe o “problema da identidade”. De

³⁴⁸ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 3.

³⁴⁹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 10, p. 133.

³⁵⁰ BRENTANO, Franz. **Psychologie vom empirischen Standpunkt**. p. 13.

³⁵¹ *Idem*. p. 13.

³⁵² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 10, pp. 134-135.

³⁵³ GURWITSCH, Aron. **The Collected Works of Aron Gurwitsch**. Vol. 2, Cap. 7, § 1º.

acordo com ele, nossas “ideias de corpos” (“*ideas of bodies*”)³⁵⁴, isto é, nosso pensamento acerca dos objetos, corresponderia a um agregado de sensações³⁵⁵, às quais, tal como em Locke, se atribui um caráter subjetivo, ou seja, o caráter de “elementos existindo dentro da [“*within*”] consciência” (“*elements existing within consciousness*”)³⁵⁶ e que, entretanto, também como nele, se confundem com o próprio objeto constitutivo de nosso mundo circundante, que, como vimos, está na “internalidade” da consciência³⁵⁷. Assim:

Aqueles sensações mesmas, que entram pelo olho ou ouvido, são ... os verdadeiros objetos [“*the true objects*”] ... há apenas uma única existência [“*a single existence*”], a qual chamo, indiferentemente, de objeto ou percepção ... entendendo por qualquer um deles o que qualquer homem comum visa como um chapéu, ou sapato, ou pedra, ou qualquer outra impressão que lhe venha pelos sentidos.³⁵⁸

Agora, no seio dessa “única existência”, isto é, no seio dessa existência que se dá em nós mesmo e da qual não podemos jamais sair, sendo todo para-além simplesmente inconcebível³⁵⁹, emerge precisamente a questão de como se poderia falar na duração de uma mesma coisa, é dizer, emerge precisamente o problema da identidade dos objetos na internalidade da vida subjetiva.

De fato, se, no exemplo dado acima, a caneta que se encontra ao meu lado é apenas um conjunto de dados sensíveis, então é necessário explicar como a caneta que olho agora é a mesma que olhei quando a mencionei anteriormente, uma vez que, obviamente, as complexões sensoriais daquele momento e de agora não são as mesmas, valendo o mesmo para qualquer outro objeto que me seja presente³⁶⁰. Como, porém, há, entre os dados sensíveis dos distintos pontos temporais de observação do ente, uma profunda semelhança, Hume argumenta que, quando no momento atual de visualização, a imaginação liga ao seu complexo sensorial os complexos anteriores, os quais, em decorrência daquela similaridade, soam como idênticos, de modo que “a mente confunde similaridade por identidade”³⁶¹, o que daria a esta, portanto, um aspecto ilusório. Mais do que isso, porém, a solução dada pelo autor contém em si uma contradição. Com efeito, se visualizamos o modo como ele compreende o problema da

³⁵⁴ GURWITSCH, Aron. **The Collected Works of Aron Gurwitsch**. Vol. 2, p. 140.

³⁵⁵ *Idem*. p. 141.

³⁵⁶ *Ibidem*. p. 141.

³⁵⁷ *Ibidem*. p. 141.

³⁵⁸ HUME, David. **A Treatise of Human Nature**. ed. T. H. Green and T. H. Grose. p. 491. *Apud* GURWITSCH, Aron. **The Collected Works of Aron Gurwitsch**. Vol. 2, p. 141. No original: “*Those very sensations, which enter by the eye or ear, are ... the true objects ... there is only a single existence, which I shall call indifferently object or perception ... understanding by both of them what any common man means by a hat, or shoe, or stone, or any impression conveyed to him by his senses.*”.

³⁵⁹ HUME, David. **A Treatise of Human Nature**. p. 116.

³⁶⁰ GURWITSCH, Aron. **The Collected Works of Aron Gurwitsch**. Vol. 2, p. 141.

³⁶¹ *Idem*. p. 142.

identidade, a saber, como o problema de como poderíamos estar diante de um mesmo objeto na sucessão temporal se os conjuntos sensoriais que o constituem, na observação descontínua³⁶², são diferentes, então o suposto efeito gerado pela imaginação, qual seja, o de fazer parecer que não há interrupção nem distinção, contraria o próprio sentido dado ao que seria a identidade de um objeto³⁶³ e, ainda, as próprias condições que provocam o trabalho daquela, digo, da imaginação, que evoca os complexos dos momentos anteriores justamente diante da observação de sua diferença entre si e relativamente à complexão que estaria atualmente presente³⁶⁴.

Por que motivo, porém, abordamos esta questão? Quero dizer, por que, talvez esteja a se indagar meu leitor, numa discussão acerca das concepções ontológicas do naturalismo, passa-se a tratar de uma questão aparentemente tão particular da doutrina de Hume? A isto, então, respondo que abordamos este tópico de sua teoria, porque, em última instância, consideramos que ele é o ponto alto das contradições geradas pela confusão que lhe subjaz, a saber, aquela atinente a confundir objeto e sensação ou, nos termos de Husserl, a “representação” (“*Vorstellung*”) e o “representado” (“*Vorgestelltes*”)³⁶⁵ e, assim, de se conceber a consciência como “uma esfera unidimensional de ser [*“a unidimensional sphere of being*], cuja estrutura fundamental consiste apenas e exclusivamente na temporalidade” (“*a unidimensional sphere of being, whose fundamental structure consists only and exclusively in temporality*”)³⁶⁶, caracterizando este ser da consciência nada além de sensações. Com efeito, é apenas na medida em que se considera que, apenas porque as qualidades que constituem os objetos tal como os concebemos são subjetivas, a experiência deles se resume à vivência do fluxo sensorial, sem se levar em consideração o caráter de ato que lhes é constituinte, que a elucidação da identidade objetual se torna uma dificuldade. Note-se que não se está a afirmar aqui, quando se apela aos caracteres de ato, que as ditas “qualidades secundárias” não seriam subjetivas, que elementos como cores e formas, e. g., não sejam dependentes do modo como nossos sentidos elaboram o estímulos externos, que, em suma, as entidades deste mundo mundo externo, como átomos, ondas e outras partículas tenham quaisquer dessas propriedades que constituem os objetos para nós³⁶⁷, estando-se apenas a colocar que não se pode, apenas

³⁶² Gurwitsch discute também os problemas relativos à observação contínua, os quais, porém, não mencionarei aqui, visto que seria um alongamento desnecessário dadas as finalidades da apresentação do problema da identidade em Hume nesta dissertação.

³⁶³ GURWITSCH, Aron. *The Collected Works of Aron Gurwitsch*. Vol. 2, p. 144.

³⁶⁴ *Idem*. pp. 142-143.

³⁶⁵ HUSSERL, Edmund. *Logische Untersuchungen*. 2ª Investigação, § 10, p. 133.

³⁶⁶ GURWITSCH, Aron. *The Collected Works of Aron Gurwitsch*. Vol. 2, p. 145.

³⁶⁷ HUSSERL, Edmund. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. § 40, pp. 82-83. LEVINAS, Emmanuel. *The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology*. p. 8.

por isso, afirmar que tais atributos subjetivos estejam dados na imanência da consciência ou, como colocamos concisamente quando falamos da doutrina de Locke, que eles estejam dados “reellmente” nela, sendo eles vividos também sob a forma da transcendência, de maneira que:

Quando chamamos os aspectos e perspectivas, a luz, etc., sob os quais um objeto aparece “subjetivo”, isso não significa que eles sejam conteúdos da consciência ou que são, de alguma maneira, componentes da consciência. Nós os chamamos “subjetivos” para os opor ao ideal de objetividade estável e imutável [*“stable and immutable”*], um ideal de objetividade que seria indiferente à própria existência da subjetividade.³⁶⁸

O que pode significar, porém, viver transcendentemente uma propriedade que é, por natureza, subjetiva? A resposta a essa questão pode ser visualizada facilmente se acompanhamos o “sentido interno da experiência de uma coisa material”³⁶⁹. De fato, se pensamos na percepção de um objeto qualquer, digamos, este livro à minha frente, notamos que ele, agora, me está dado sob uma certa perspectiva, de maneira que consigo ver apenas algumas partes suas e que mesmo suas propriedades, como sua cor e sua forma, me aparecem sob um certo modo peculiar, é dizer, já sob o efeito da iluminação noturna e que, por isso, em outro momento do dia, talvez com mais luzes ligadas no cômodo, tais atributos me apareceriam já em outro modo, talvez com maior brilho, maior definição. Mais do que isso, eu posso pegar o livro em minhas mãos e rotacioná-lo, fazendo emergir a mim partes suas antes ocultas, as quais, tais como as que estavam antes presentes, também me estão dadas de maneira peculiar, sempre em função de suas condições de observação e, contudo independentemente de tais variações, o livro com o qual lido é sempre o mesmo, o verde de sua capa, seja capturado pela luz da alvorada ou do crepúsculo, é também o mesmo, assim como suas formas e demais notas características, apresentando-se a mim o objeto e suas propriedades num fluxo, justamente o fluxo das sensações, por meio das quais eles se doam a mim sempre de novas maneiras³⁷⁰. O que se dá aí, portanto, é que a percepção do objeto não se resume à mera passividade sensorial, mas, ao contrário, está animada por um ato intencional - daí que, como vimos no segundo capítulo, se fale em atos intuitivos - o qual, possuindo uma determinada referência, unifica em torno dela o complexo de sensações, ou

³⁶⁸ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl’s Phenomenology**. pp. 5-6. Na versão por consultada: “*When we call the aspects and perspectives, the light, etc., under which an object appears ‘subjective’, it does not mean that these are subjective contents of consciousness or that they are in some way the components of consciousness. We call them ‘subjective’ to oppose them to a stable and immutable ideal of objectivity, an objectivity that would be indifferent to the very existence of a subjectivity.*”

³⁶⁹ *Idem.* p. 6.

³⁷⁰ Para uma discussão mais pormenorizada do fluxo de autoapresentação do objeto, conferir *Ideias I*, § 41, e as *Investigações Lógicas*, 6ª Investigação, §§ 10 e 29.

seja, a unidade intencional, enquanto unidade do objeto visado como sendo sempre o mesmo, p. ex., a unidade dada pela visada da capa verde do livro, faz com que os diferentes modos de sua doação estejam sinteticamente ligados, e justamente enquanto modos de doação daquela unidade idêntica³⁷¹, ao que já no segundo capítulo nos referimos como sendo a interpretação das sensações, com o que, aliás, se chega à resposta também ao problema da identidade acima proposto - trata-se de um mesmo objeto não porque as sensações, com as quais ele não se confunde, semelhantes são tomadas como idênticas, mas, ao contrário, porque, reconhecendo-se sua diferença, une-se-as em torno de um mesmo ponto de referência intencional, cuja aparição é constituída por todas elas.

A transcendência, ademais, dos objetos tais como experimentados na atitude pré-científica – já que, na atitude científica, busca-se apenas utilizá-los como meio para determinar o mundo das qualidades primárias³⁷² – não concerne apenas a uma não confusão deles com as sensações, mas, sobretudo, à contínua possibilidade de retorno aos que já não mais se encontram em nosso campo perceptivo³⁷³, com base no que se aduz que eles estão sempre aí, precisamente como subjetivamente os concebo, e, no entanto, independentemente de eu fazê-lo. Com isso, se, de um lado, a concepção de Locke, compartilhada pelos nominalistas³⁷⁴, acerca da vivência dos objetos, está correta quando assinala que as notas características que tomamos como constituintes deles não podem ser consideradas como pertencentes às coisas a despeito de sua relação com uma subjetividade à qual elas se dão, há, do outro, uma desnaturação de seu sentido quando se pensa que esta subjetividade dos atributos significa sua imanência, e que ocorre, porque, tal como no caso das intenções de objetos universais, não se dá atenção ao caráter de ato nos quais tais propriedades constitutivas são visadas, atendo-se, mais uma vez, apenas ao “tangível” (“*Greifbare*”)³⁷⁵ nele, com o que, por fim, se elucida o que se disse tantas vezes ao longo dessa dissertação quanto ao fato do empirismo tomar como evidente apenas aquilo que está configurado sensivelmente, o que, por óbvio, não é o caso do sentido, nem, muito menos, do objeto intencionado em sua efetuação, o qual, como posto já no segundo capítulo, é apenas visado, não sendo, “*reell*” ou realmente, nada.

Qual é, todavia, repetimos agora a questão que fizemos anteriormente, o valor ontológico da observação destes dados, se podemos chamá-los assim, “não-sensíveis”? Tal

³⁷¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 6ª Investigação, § 29, p. 629.

³⁷² LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 8.

³⁷³ *Idem*. p. 20.

³⁷⁴ GURWITSCH, Aron. **The Collected Works of Aron Gurwitsch**. Vol. 2, p. 146.

³⁷⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 31, p. 186.

como no caso das intenções de objetos universais, por que motivo não é legítima sua redução à sensibilidade? Estamos já perto da resposta para tais indagações, bastando que continuemos no exame de nossa experiência objetual. Assim, suponhamos, agora, que eu, um indivíduo com alguns incômodos graus de miopia, estou andando pela rua e, por um breve instante, tiro meus óculos e, durante esse tempo, olho à frente e vejo um pequeno cachorro sentado ao meio fio, passo algum tempo a contemplá-lo, quando, os recolocando logo em seguida, percebo que não se tratava de um cachorro, mas, em verdade, de um hidrante, tendo sido eu, digamos, “enganado por meus sentidos” – o que, todavia, tal situação nos revela? Em primeiro lugar, que as vivências de coisas não são totalmente seguras, isto é, que muitas vezes, mesmo quando não temos qualquer “defeito” em nossa sensibilidade, como no caso narrado, nos damos conta, no fluxo de autodoação da coisa, que não se trata do ente que inicialmente achamos que estava dado, mas, ao contrário de um outro, o que Levinas caracteriza como sendo a contingência do modo de ser coisal³⁷⁶. Em segundo lugar, sobretudo, o que se revela é que a despeito da incerteza quanto ao objeto que se apresenta, não se pode negar a experiência que se tem dele, é dizer, ali no início do exemplo, quando falava da percepção de um cachorro, por mais que tal objeto não me estivesse dado, não se pode, com base nisso, negar a vivência que dele tive, incluindo-se aí as sensações que foram interpretadas como apresentantes dele - o objeto enquanto tal é duvidoso, a experiência intencional, simbólica ou intuitiva, que se tem dele, não, de modo que se atribui a ela, ou, se se preferir, à consciência, posto que, como estabelecido no segundo capítulo, sua característica essencial é a intencionalidade, um ser necessário³⁷⁷ ao qual, por sua vez, como talvez o leitor já tenha reparado, corresponde a indubitabilidade que Descartes atribui ao *cogito*³⁷⁸.

É claro que, se o objeto pré-científico, o chamemos assim, é confundido com a sensação, então não há, relativamente a ele, nenhuma transcendência, pois que, como vimos pela modo como Hume concebe, sob tal paradigma, o problema da identidade, não haveria, propriamente falando, momentos diferentes de visualização de um ente ou, nos termos acima utilizados, nenhum fluxo de autodoação, não havendo, por conta disso, nada a que retornar, o que, por si só, já seria um bom motivo para repelir a colapso de objeto e sensibilidade, vez que representaria isso a dissolução completa de todos os traços delineadores do sentido das nossas vivências objetuais. Há ainda, porém, um fundamento último para afastá-la, que se assenta no motivo pelo qual ela se dá. Com efeito, se, por um instante, aceitarmos tal

³⁷⁶ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 23.

³⁷⁷ *Idem*. p. 24.

³⁷⁸ *Ibidem*. p. 28.

confusão, entendendo as qualidades secundárias como imanentes à consciência, ainda assim subsistiria a distinção acima colocada entre ser contingente e ser necessário, a qual, sob tais pressupostos, seria superposta à distinção entre qualidades primárias e secundárias, as primeiras contingentes e as segundas necessárias. Como mencionamos já de maneira bastante sutil, o objetivo da ciência é precisamente desvelar daquelas características não subjetivas, as quais, no entanto, como está dado em sua definição mesma, não nos aparecem de modo algum, a não ser de maneira indireta pelas qualidades secundárias³⁷⁹, que servirão, portanto, ao sujeito em atitude científica, de base para suas inferências acerca do mundo “em si”, o que, então, nos leva à relatividade de seu ser, porque a interpretação dele dependerá do modo como ele aparece para nós na dimensão das qualidades secundárias e, acima de tudo, porque a sua presença meramente mediata sempre será fonte de dúvida acerca de sua existência em geral, ao passo que, quanto às qualidades secundárias, não haveria tal espaço, tendo em vista que as sensações compõem o fluxo imanente da consciência. Por que, porém, insiste-se em apontar que não há como escapar às diferenças entre um tipo de ser que é necessário e outro que é contingente?

Tal reiteração, respondo ao meu leitor, se dá na medida em que é apenas com atenção a que há tipos de ser, ou, nos termos de Levinas, tipos de “existência”³⁸⁰, é que conseguimos compreender que nem tudo que existe existe “à maneira das coisas” (“*in the manner of thing*”)³⁸¹. Percebendo que os objetos tais como os experimentamos são subjetivos, Locke e os nominalistas não buscam se aprofundar na configuração da subjetividade, não se atentam reflexivamente ao seu dado, mas, antes, o “coisificam”, isto é, trazem os atributos “para dentro” da consciência e a resumem a eles; não se dão conta de que seu existir de um modo distinto denuncia que se trata de uma esfera ontológica com traços próprios. Eles partem, em suas análises, do ponto de vista do homem completamente ingênuo, que acaba de perceber que, de fato, tudo que toma como pertencendo ao mundo circundante não lhe poderia ser se não fosse por sua subjetividade para, daí, concluir que se tais objetos como os concebemos não são, digamos, uma “externalidade em sentido próprio”, então apenas podem ser “internos”, havendo um espelhamento, na imanência, da atitude primordial do indivíduo, que pensa estar sempre cercado de coisas em si. Com isso, é de se anotar que a ideia dos quatro autores que examinamos de a única fonte da evidência seria a sensibilidade decorre, em primeiro lugar, de dar a seus dado o papel de coisa e, em segundo, de, ainda estarem presos à

³⁷⁹ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 9.

³⁸⁰ *Idem*. p. 5.

³⁸¹ *Ibidem*. p. 32.

atitude ingênua diante do mundo, acreditando que haveria apenas coisas e nada mais, razão pela qual, portanto, não há como aceitar suas tentativas de reconduzir os caracteres de ato, tanto das intenções individuais quanto das universais, à sensibilidade. Assim, uma das características dessa ingenuidade é que:

ela depende, essencialmente, da ignorância em que se encontra, na atitude natural, relativamente ao mecanismo da vida [da consciência] que dá significado aos objetos da atitude natural, sejam esses objetos aqueles da percepção, sejam aqueles da atividade científica. Quando nossa visão está direcionada para objetos, não podemos, sem rotacioná-la, lançar luz sobre a estrutura mesma do conhecimento [*“the structure of knowledge itself”*].³⁸²

De todo modo, pode-se afirmar que, não obstante as análises que fizemos acima com o propósito de esclarecer os motivos pelos quais se tenta reconduzir o dado da consciência uma feição sensível, já a necessidade de seu ser garantiria a ilegitimidade dessa tentativa. O que, no entanto, significa tal necessidade? Quero dizer, vimos que o modo de existir da coisa é marcado pela possibilidade do engano e, por isso, o chamamos de “contingente”, ao passo que, no caso do existir da consciência, dada a impossibilidade desse engano, o chamamos de “necessário” - qual, porém, o fundamento desses diferentes modos?

A resposta a tais indagações se inicia por colocar que tais termos, como já se pode ver pelas elucidações preliminares, não concernem ao seu uso na prova ontológica da existência de Deus³⁸³, ou seja, a contingência da existência causal não se refere a que sua essência não demanda, por si, sua existência, não se refere, portanto, à sua possibilidade de não existir, ao passo que, inversamente, quando se atribui necessidade ao ser da consciência, não se quer dizer que ela deva, por essência, existir, como se a possibilidade inversa não valesse, de maneira que, sob a perspectiva da possibilidade de ser ou não ser, tanto a consciência quanto a coisa são “contingentes”. Além disso, é também de se colocar que, quando falamos de tipos de existência, o fazemos com base no modo como experienciamos o ser-para-nós dos objetos, sejam eles coisas ou não e, assim³⁸⁴, se discutimos, p. ex., a maneira de existência das coisas, o fazemos com base nas vivências que delas temos, as quais, por sua vez, são, como já exposto, constituídas pela possibilidade de serem infirmadas pela apresentação vindoura do que se apresenta.

³⁸² LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 122. Na versão consultada: *“it depends essentially on the ignorance in which one finds oneself, in the natural attitude, concerning the mechanism of life which gives meaning to the objects of the natural attitude, whether these objects are those of perception or of scientific activity. When our sight is directed toward objects we cannot, without shifting it, throw light on the structure of knowledge itself.”*

³⁸³ *Idem.* pp. 23-24.

³⁸⁴ *Ibidem.* p. 5.

Se, todavia, prosseguimos mais um pouco na análise desse modo peculiar de existir, notamos que a contraface da possibilidade do engano é dada no fato de que a apresentação da coisa para nós jamais termina, que, como vimos mais acima no exemplo do livro, sempre que a tomamos novamente, ela e seus atributos emergem a nós sob uma nova luz, numa nuance distinta, sempre subjetiva, de forma, então, que, dadas a subjetividade e a incompletude do ser-para-mim da coisa, Levinas fala que ele é marcado por um dupla relatividade³⁸⁵. Por outro lado, se nos voltamos ao modo de existir da consciência, percebemos que as vivências que lhe são constitutivas não se apresentam, ao contrário das coisas que eventualmente intencionam, num fluxo nunca completo³⁸⁶ e que, se são fundantes da esfera da subjetividade, não são subjetivas relativamente a, tal como as coisas, aparecerem por meio de um adumbramento que, configurando sua presença “em carne e osso”, único para cada consciência, com elas, no entanto, não se confunde, não havendo, assim, uma “dualidade entre o que é revelado e o que é apenas insinuado [“*intimated*”]” (“*duality between what is revealed and what is only intimated*”) ³⁸⁷, o que, então, faz com que se possa chamar o modo de existir da consciência de “absoluto”³⁸⁸.

Aqui, porém, talvez seja objetado que, assim como a sensação é um produto da apresentação da coisa à consciência, também os atos que a constituem são uma consequência da atividade de um cérebro que lhe subjaz. De fato, querer negar isto que poderia ser considerado uma base material para eles, ou seja, que faz com que eles possam ser considerados como engendramentos de um corpo orgânico no mundo, como pensa o homem na atitude ingênua³⁸⁹, não poderia significar outra coisa que não um escancarado ceticismo ou, ainda, uma negação direta do mundo³⁹⁰, o que, porém, não é nossa intenção aqui. Em verdade, quando se comenta, neste momento, acerca da natureza absoluta do ser da consciência em contraste à natureza relativa do ser da coisa, tem-se em vista apenas a configuração da experiência que a consciência tem de si mesma em contrapartida à configuração da experiência que ela tem das coisas, o que independe, repare-se, de qualquer tese acerca de qual seria o fundamento material dela, ou mesmo acerca de se haveria ou não algum fundamento desta natureza, e justamente porque nossas investigações se dão somente no âmbito de sua imanência, de acordo com os dados que se apresentam nele. Assim, quando se

³⁸⁵ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 22.

³⁸⁶ *Idem*. p. 27.

³⁸⁷ *Ibidem*. p. 26.

³⁸⁸ *Ibidem*. p. 25.

³⁸⁹ HUSSERL, Edmund. **Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie**. § 39, p. 80.

³⁹⁰ *Idem*. § 32, p. 65.

fala naquela existência absoluta, refere-se só a que numa situação, digamos, em que reflexivamente me dou conta de que percebo o livro ao meu lado³⁹¹, tomando como objeto intencional, portanto, o próprio ato perceptivo, o tenho imediatamente em sua inteireza, não há nada mais dele a se apresentar, não há, com base no sentido da própria vivência, nada que esteja em constante doação e que seja, no fundo, tomado como fundamento desta doação, e, alternativamente, quando se fala na existência relativa, não se tem em vista nada diferente de que, se eu simplesmente vivo não reflexivamente na presença do livro, esse nunca cessa de se doar, e de se doar sempre de maneiras diferentes, de se oferecer, como já elaboramos, em sempre novas perspectivas, as quais, além de tudo, constituem apenas seu modo ser-para-*mim*, apresentando de modo distinto à outra consciência, não se confundindo, aliás, como esse seu modo de autodoação, como tantas vezes já falamos. Com isso, nota-se que o fundamento para o ser necessário da consciência, tomando-se-o meramente como o ser indubitável de seu dado, é seu ser absoluto, que torna tal dado necessário precisamente na medida em que não há incompletude em seu modo de apresentação, nem uma dualidade inerente a esta, que faz com que o que se dá não se possa confundir com seu modo de doação. E, ao contrário, que o fundamento para o ser contingente da coisa, tomando-se-o como o sentido potencialmente equívoco de seu ser, é seu ser relativo, o qual, dadas as suas características, sempre dá um espaço, uma brecha, pela qual, aliás, o cético sempre entra, para a dúvida, não apenas quanto à qual coisa em particular se me apresenta, mas, também, inclusive, quanto à própria existência da transcendência à qual me dirijo.

Feitas tais colocações, portanto, pode-se compreender por que afirmamos acima que já o ser necessário da consciência seria suficiente para fundamentar a impossibilidade de se tentar reconduzir seu dado à esfera da pura sensibilidade, que, se o constitui em parte, não o exaure, como já ficou evidente pelos sentidos das visadas tanto de coisas ou, se se preferir, objetos individuais, quanto de objetos universais. A intenção enquanto tal, exista seu objeto ou não, se mantém intacta, esse, como já vimos, não está *nela*, mas emerge à consciência apenas enquanto ente visado, e aquela, sendo absoluta, não esconde nada por trás de si, não guarda nada ainda por apresentar, é o que é, de maneira que, quanto ao seu, vale o oposto da

³⁹¹ O ato de percepção interna não se confunde, como Husserl expõe em detalhes no apêndice às suas *Investigações Lógicas*, com o que nesta obra ele chama de percepção adequada, que, no vocabulário de *Ideias I*, seria a percepção imanente. De fato, quando se enuncia, na atitude ingênua, p. ex., algo como “eu percebo que você está aí”, não há como negar que a intenção efetuada no visar, digamos, do “eu”, tem como objeto o sujeito psicofísico no mundo. Isso, porém, não obsta nossas observações, vez que me refiro nelas, para não ter que entrar em detalhes quanto a tipos de percepção diferentes, nem quanto à redução fenomenológica, uma vez que tais discussões nos levariam muito para longe de nossos objetivos, apenas ao intencionar, ao, no caso apresentado, perceber enquanto tal, o qual é abrangido mesmo pelo sentido da visada ingênua, ainda que, como colocamos, esta o remeta, num acréscimo decorrente da assunção da tese do mundo, ao aparelho orgânico naturalmente situado.

crença popular quanto às aparências, uma vez que, aí, elas não enganam. Assim, por mais que a intenção de objetos universais possa ir no contrafluxo da atitude ingênua, a qual apenas conhece coisas, ela tem de ser tomada enquanto tal, devendo seu exame captar com precisão o que se tem em vista, ao invés de tentar conformar seu sentido a pré-concepções ontológicas.

Tudo isso posto, chegamos não apenas às contradições dos paradigmas utilizados por Locke e pelos nominalistas, um modelo, como dissemos, essencialmente naturalista, como, também, à ilegitimidade das suas tentativas de compreender o sentido da intenção dos objetos universais como usos psiquicamente distintos de ideias e objetos individuais. Se, no entanto, expusemos tudo que não se pode entender como sendo tal sentido, como sendo os objetos visados em sua efetuação, não realizamos ainda sua caracterização positiva, não adentramos no significado de tais intenções, ao que, portanto, passamos agora.

III.3.2. O que são, afinal, objetos universais?

Se queremos, agora, visualizar a configuração ontológica dos objetos universais, não há outro modo de fazê-lo senão, como fica claro por tudo que fora já colocado, pelo exame do sentido intrínseco do sentido de sua visada. Assim, meditemos acerca da forma significativa, tantas vezes usada ao longo do texto, “o B enquanto tal” - qual é seu significado? Não se visa, em sua enunciação, um dado objeto numa circunstância acidental, nem uma eventual relação que ele porventura tenha com algum outro outro, mas, apenas, o próprio objeto e, na medida em que, aí, “B” apenas pode ser substituído por um nome comum, pode-se afirmar que o objeto visado não é visado em sua individualidade, naquilo que o torna absolutamente único diante dos demais, porém, ao contrário, naquilo que o torna pertencente a um âmbito, de modo que um equivalente para aquela forma significativa poderia ser expresso em “o B enquanto B” ou, p. ex., “o carro enquanto carro”, “a cor enquanto cor”. Com isso, pode-se dizer que, inerentemente à intenção, visualiza-se simbolicamente aquilo que faz de um objeto um objeto de tal tipo e não de outro, aquilo que, portanto, ele tem de possuir para ser de um grupo e não de outro, para ele ser o que é, e que, como consequência, terão de possuir quaisquer integrantes da sua classe, o que, por sua vez, faz com que outra forma de visar o que está intencionado em “o B enquanto tal” seja a dada em “o B em geral”³⁹².

Agora, qual o sentido de tais condições? Quero dizer, como coloca Levinas, um observador, após se deparar com vários cisnes brancos, poderia, numa generalização indutiva, afirmar que todos os cisnes são brancos³⁹³, de maneira que, com base nisso, a classe designada pelo nome comum “cisne” ficasse caracterizada pela branquitude de seus componentes.

³⁹² HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 16, p. 151.

³⁹³ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 108.

Acontece, porém, que, como é evidente, não há qualquer necessidade em que todos os cisnes sejam brancos, havendo, sabidamente, cisnes de outras cores, como, p. ex., os cisnes negros, o que, então, faz com que este tipo de caracterização geral do âmbito esteja sempre sujeito a exceções e mesmo, inclusive, a mudanças. Aquelas condições, no entanto, não são indutivas, é dizer, elas não decorrem de inferências realizadas com base numa amostra, não constituem asserções cuja finalidade é apontar para como os entes efetivos de um determinado grupo são, mas, em verdade, são, precisamente como *condições*, aquilo que qualquer elemento do conjunto por elas fundado não pode deixar de ter, sendo, pois:

sua estrutura necessária [*“its necessary structure”*]: o que o faz o que é, o que torna quaisquer de suas caracterizações empíricas *a priori* possíveis e compreensíveis, ou, brevemente, seu princípio.

Por exemplo, para ter uma determinada intensidade, um determinado tom e um determinado passo, um som precisa ter tom, intensidade e passo em geral. Eles são um conjunto de características mútua e necessariamente relacionadas que constituem a estrutura necessária dos sons.³⁹⁴

Desta maneira, fica claro que a própria intelecção do fato de que um determinado cisne negro é excessão à generalização indutiva proposta depende do anterior conhecimento acerca do que constitui um cisne enquanto tal e, mais do que isso, que tal conhecimento, ao contrário das proposições indutivas, não se referem a nada que existe ou que deva vir a existir, sendo completamente legítimo falarmos, p. ex., da estrutura necessária de seres fictícios como elfos ou dragões.

Dadas, então, tais elucidações, os sentidos de formas como “todo o B” e “um B” são agora facilmente compreensíveis. Com efeito, quanto à primeira, pode-se afirmar que visa a totalidade enquanto tal de um âmbito objetual do qual podem fazer parte apenas aqueles objetos que sejam estruturados conforme as condições visadas na forma “o B enquanto tal”, as quais, por, como dissemos, não implicarem em qualquer posição de existência quanto aos entes que eventualmente as possuam, abrangendo o ser meramente possível, fazem com que aquele âmbito seja infinito. Quanto à segunda, a seu turno, entende-se que se trata de um predicado que possui um escopo também infinito de aplicação, uma vez que pode ser dado a

³⁹⁴ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl’s Phenomenology**. p. 109. Na versão consultada: *“its necessary structure: what makes it what it is, what makes any of its empirical characterizations a priori possible and comprehensible, or, in short, its principle./For instance, in order to have a determinate intensity, tone and pitch, a sound must have a tone, intensity and pitch in general. They are a set of mutually and necessarily related characteristics which constitute the necessary structure of sounds.”*.

qualquer objeto individual que se apresente e que o faça sob as condições visadas na forma primeiramente analisada, isto é, que seja o que é na medida em que as possui.

Aqui, porém, temos de esclarecer o sentido que damos a “possuir” quando falamos, como acima, que um objeto *possui* determinadas condições para que seja o que é. De fato, se não vale o paradigma adotado por Locke e pelos nominalistas, segundo o qual o universal está *na* coisa ou num uso psicológico dela e de suas ideias, então é claro que tal palavra não pode ser compreendida de maneira literal, vez que um objeto individual apenas pode possuir uma individualidade, de maneira que seu uso, por mais, digamos, “instintivo” que possa ser, tem de ser realizado com cuidado, pois pode mascarar a verdadeira relação entre o ente e suas condições constitutivas, que consiste, a saber, em que aquele *exemplifica* essas, em que ele as ilustra de maneira determinada.

Além disso, frisamos mais uma vez, não se pode perder de nosso foco que elas não podem, apenas porque são visadas, sendo tal visar, naturalmente, um ato psicológico, ser tomadas como constituintes da consciência, como um dado nela³⁹⁵, dado que, como podemos ver claramente agora, em sendo apenas condições de existência de um objeto enquanto tal, elas não são mesmo, como já se havia adiantado, nada de real. O fluxo de vivências, mesmo considerado apenas em sua imanência, é real, tal como é real o mundo das coisas que se lhe apresentam, todos marcados pelo fluxo do tempo. Platão bem percebe que tais condições, às quais dá o nome de formas, não poderiam ser sensíveis, não poderiam ser confundir com as coisas, mas, ao lhes dar um domínio metafísico, desnatura também o sentido de sua visada, o fazendo por ainda estar preso ao modo de ser destas, ou seja, ao modo de ser da transcendência, tratando como tal aquelas condições, ainda que retire delas, em sua reificação, a perecibilidade, motivo pelo qual, então, se toma sua doutrina como um realismo, o que agora podemos compreender melhor. Justamente porque não se atenta, tal como os empiristas britânicos, ao caráter absoluto do ser da consciência, tenta-se reconduzir o objeto universal visado a outros termos, quando, na verdade, o que percebemos com evidência é que tal ente intencionado no seio da consciência não é qualquer transcendência ou mesmo, como se poderia imaginar, qualquer imanência - condições não são coisas naturais ou metafísicas, ou atos ou sensações, não possuem qualquer diferenciação qualitativa ou quantitativa, são apenas o que um ente deve exemplificar determinadamente para ser o que é, para pertencer ao grupo que integram, sendo elas, em verdade, as constituintes da unidade de cada conjunto, com o que, aliás, se pode entender, que sejam também chamadas de *essências*³⁹⁶ ou, ainda, de

³⁹⁵ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 8º, p. 129.

³⁹⁶ *Idem*. 6ª Investigação, § 31, p. 637.

*conceitos*³⁹⁷. Por outro lado, a despeito de, em decorrência daquelas características, não participarem do domínio da realidade, sendo, pois, intemporais (“*unzeitlichen*”)³⁹⁸, atributo cujo sentido podemos agora compreender em profundidade, na medida em que tais condições podem ser tomadas significativamente e, com isso, proposicionalmente³⁹⁹, sendo, assim, *objetos* de tais atos, é que são também chamadas por Husserl, como ao longo desta dissertação, de objetos universais, cuja objetualidade, portanto, está dada por sua possibilidade de serem sujeitos de afirmações e, especialmente, de afirmações verdadeiras⁴⁰⁰, ainda que coisal, metafísica ou psicologicamente nada sejam.

Se, agora, retornamos ao primeiro capítulo e nos debruçamos novamente sobre as categorias lógicas primitivas, se, como ali colocamos, percebemos que elas concernem à constituição do ser em geral enquanto tal, então se compreende por que motivos elas são consideradas também como conceitos, como essências, com o que, outrossim, fica também elucidada sua natureza, é dizer, seu estatuto ontológico, bem como a impossibilidade de sua interpretação realista, pois que essa é impossível quanto às essências em geral. E, como tais conceitos giram ao redor da “ideia vazia [*leere Idee*] do algo ou do objeto em geral” (“*leere Idee des Etwas oder Gegenstands überhaupt*”)⁴⁰¹, também se pode entender por que as leis lógicas, derivadas da intelecção de seu sentido, são “incondicionalmente universais” (“*unbedingt allgemeine*”)⁴⁰², é dizer, justamente porque são as condições de existência da objetividade enquanto tal, fora das quais um ente não poderia ser, para além de qualquer peculiaridade sua, um objeto e, por isso, ser, daí que, aliás, as categorias lógicas sejam chamadas por Husserl também de ontológicas e formais⁴⁰³.

É claro, porém, que não apenas conceitos lógicos, que não apenas condições de existência do ser em geral enquanto tal, sendo possível, ao contrário, inteligir as condições de existência dos entes relativamente àquilo que os torna não um ente qualquer, mas aquele ente em particular, o que fica já evidenciado pelo exemplo que Levinas dá acerca dos sons. Em verdade, já falamos das partes dependentes e independentes nos referimos a tais conceitos não formais, ou, nos termos de Husserl, “materiais” (“*materiale*”)⁴⁰⁴, pois, se as noções⁴⁰⁵ de parte, dependência e independência em geral são formais, não o são as noções que utilizamos de

³⁹⁷ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 1ª Investigação, § 33 p. 108.

³⁹⁸ *Idem*. 2ª Investigação, § 8º, p. 129.

³⁹⁹ *Ibidem*. 2ª Investigação, § 2º, p. 116.

⁴⁰⁰ HUSSERL, Edmund. **Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie**. § 22, p. 47.

⁴⁰¹ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 3ª Investigação, §11, p. 256.

⁴⁰² *Idem*. 3ª Investigação, § 12, p. 258.

⁴⁰³ *Ibidem*. 3ª Investigação, §11, p. 256.

⁴⁰⁴ *Ibidem*. 3ª Investigação, §11, p. 256.

⁴⁰⁵ Uso a expressão, naturalmente, como sinônimo de “conceito”.

exemplo, como, sobretudo, as de cor e de extensão, uma vez que, quando ali falamos da sua dependência recíproca, deixamos bem claro que não se tratava da dependência da cor verde da capa do meu livro quanto à sua extensão e vice-versa, mas, ao contrário, de uma dependência da cor e da extensão enquanto tais uma relativamente a outra, cujo sentido, agora, podemos compreender com maior clareza. Ao pensarmos nas condições da existência de uma cor enquanto tal, não nos deparamos somente com o fato de que ela deve possuir um brilho, um tom, uma intensidade, dentre outras características, mas, também, com o fato de que seu conceito aponta para um outro, o de extensão, cuja existência entrelaçada com ela também é uma condição para sua efetividade, tal como a existência determinada daquelas outras características. Como, por sua vez, a relação que aí se estabelece não é entre uma cor e uma extensão efetivas, mas, ao contrário, entre suas essências, não há aí qualquer asserção existencial e, como consequência, trata-se de uma relação completamente *a priori*, cujo sentido no dá uma lei de caráter material, pois constituída de essências materiais e válidas apenas para os entes que compartilhem dessa materialidade, justamente a lei segundo a qual cor e extensão não podem existir uma sem a outra, a qual, além de *a priori*, é sintética⁴⁰⁶, pois envolve a ligação de um conceito a outro, ao passo que, no caso das leis lógicas, por mais que sejam igualmente apriorísticas, são, não sintéticas, mas analíticas⁴⁰⁷, dado que, como se disse, decorrem de tudo quanto se deduz do conceito de objeto.

De posse, então, das noções de essência material e essência formal, elucidamos o terceiro eixo de articulação dos problemas universais. Com efeito, já anteriormente havíamos conseguido compreender o sentido de seu estatuto ontológico intemporal, bem como inteligir os sentidos das diversas formas nas quais eles são visados, de maneira que faltava entendermos, ainda, entender a natureza do raciocínio formal-dedutivo, bem responder se seria possível uma ciência da natureza, cuja tarefa básica seria a tipificação de seus entes. Quanto àquela, é possível a compreendermos como estando calcada no destrinchamento de todas as condições de existência inerentes ao conceito de objeto, logicamente fundamental, com base nas quais é possível fixar formalmente toda objetividade potencialmente efetivável, extraindo-se dele, como características necessárias a qualquer ente, as noções, p. ex., de simplicidade e composição, visto que cada objeto ou é simples ou é composto, as noções de dependência e independência, pois que, do mesmo modo, um objeto ou é dependente ou é independente, e assim por diante. Quanto a essa, é dizer, quanto à ciência das essências da natureza e, em verdade, das essências particulares de quaisquer entes, sejam efetivos ou

⁴⁰⁶ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 3ª Investigação, §11, p. 256.

⁴⁰⁷ *Idem*. 3ª Investigação, §11, p. 257.

meramente possíveis, nota-se que ela não é apenas possível como, em última análise, consiste na ampliação do exame que foi feito quanto às cores e extensões para os demais objetos que se nos apresentam, descrevendo-se aquilo que os constitui em sua peculiaridade, bem como as relações que porventura estabeleçam essencialmente com outros objetos, devendo-se, além disso, haver uma generalização do ponto de vista das análises, visto que, se uma cor e um som, digamos, podem ser tomados precisamente enquanto cores e sons, podem, por outro lado, ser considerados, ainda tendo em vista suas particularidades, como sensações, havendo, pois, um câmbio no grau de especificidade da descrição, fundamental para que se compreenda, quanto a um domínio de objetos, suas características mais basilares, e cuja possibilidade revela a razão pela qual se fala, no discurso acerca de essências, em *espécies* e *gêneros*, as primeiras configurando-se em torno de um número maior de condições que os últimos. Com isto, a seu turno, digo, com a descrição das condições, se formará o que Husserl chama em *Ideias I* de “eidética regional” (“*regionale Eidetik*”)⁴⁰⁸, a qual, em alguma medida, já é realizada em cada ciência empírica, cristalizando-se sob a forma daquelas “leis genéricas sem qualquer referência a qualquer objetividade em particular”, acerca das quais se comentou no primeiro capítulo, e que, como lá vimos, compõe parte de seu arcabouço teórico.

Por fim, gostaria apenas de apresentar ao meu leitor mais duas questões relativamente ao problema dos objetos universais, uma concernente à sua relação com os entes que os exemplificam, e a outra à possibilidade da realização de uma psicologia em torno deles. Quanto à primeira, trata-se da possibilidade, de, como Bergson, afirmar que as essências visadas configurariam uma distorção da “realidade concreta” (“*concrete reality*”)⁴⁰⁹. Com efeito, se pensamos, e. g., na descrição geométrica que fazemos do mundo, no fato de que, digamos, eu afirmo que o quadro à minha frente tem a forma quadrada, que a tela do computador diante do qual agora escrevo é retangular, bem se poderia pensar que, realmente, não há como tais conceitos darem as condições de possibilidades dos elementos aos quais em tese se referem, e isto pelo simples fato de que, a despeito de qualquer proximidade, a forma do quadro não é, rigorosamente falando, quadrada, assim como não é retangular a tela de meu computador. É claro que, sob um aspecto mais genérico, trata-se apenas de formas, de modo que o ente parece, de fato, exemplificar o gênero, mas, se aumentamos a especificação e tentamos dizer qual é a forma, então, ao contrário, parece que tal relação de exemplificação se dissolve, valendo o mesmo para as demais características dos entes, as quais, em sua absoluta

⁴⁰⁸ HUSSERL, Edmund. *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie*. § 9º, p. 23.

⁴⁰⁹ LEVINAS, Emmanuel. *The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology*. p. 116.

singularidade, não parecem se encaixar com exatidão nas categoriais materiais mais específicas sob as quais as colocamos⁴¹⁰.

Isto, porém, não passa despercebido a Husserl, o qual distingue as “essências ‘inexatas’” (“*inexakte Wesen*”)⁴¹¹ das “essências ‘exatas’” (“*exakte Wesen*”)⁴¹², as quais seriam “ideias em sentido kantiano” (“*Ideen im kantischen Sinne*”)⁴¹³. As primeiras seriam as essências não aproximadas dos objetos, para as quais normalmente não temos nome algum, isto é, seriam as condições de possibilidade dos objetos e seus atributos tais como estão dados⁴¹⁴, as quais sofrem daquela inexatidão precisamente por conta da impossibilidade de se descrever em detalhe essa autodoação quando considerada em sua singularidade, o que torna a visualização de suas condições de possibilidade a nível mais específico igualmente vaga. Assim, se tomamos o exemplo do filósofo e refletimos acerca da forma de uma árvore, notamos, ainda mais que no caso da tela de meu computador e do quadro diante de mim, que ela não é dada pelas formas com as quais normalmente se trabalha na geometria e, correlativamente a isso, que a tentar captar, mesmo figurativamente, como por meio de um desenho, em sua completude, é impossível, ela não se deixa dizer nem repetir, e, como consequência, sua conceitualização, ou seja, a visada daquilo sem o que ela não poderia ter tal forma também nunca adquire um grau razoável de precisão - um ente triangular, para ser considerado tal, deve possuir a triangularidade, agora, e quanto a um ente de forma incógnita, o que deve exemplificar para tê-la? As ideias em sentido kantiano, por sua vez, corresponderiam a essências cunhadas com base na comparação de várias essências inexatas próximas entre si⁴¹⁵, de maneira que estas sempre tendem na direção daquelas, sem, contudo, jamais alcançá-las⁴¹⁶, tal como se poderia dizer que a forma da tela e do quadro tendem a uma certa retangularidade, ainda que jamais cheguem efetivamente a possuí-la. Com esta divisão, porém, não se está a colocar que as essências não distorcem a concretude enquanto as essências exatas o fariam, pois que, em verdade, nenhuma delas o faz, e justamente tendo em vista que, por mais que as individualidades não ilustrem, num sentido rigoroso, as ideias kantianas, o fato de suas essências propriamente ditas tenderem, como se disse, a elas, garante uma correlação entre o dado em sua singularidade e as condições de existência estabelecidas nas essências exatas, tanto que, usualmente, usamos os nomes dados

⁴¹⁰ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 3ª Investigação, § 9º, p. 249.

⁴¹¹ *Idem*. 3ª Investigação, § 9º, p. 249.

⁴¹² *Ibidem*. 3ª Investigação, § 9º, p. 249.

⁴¹³ *Ibidem*. 3ª Investigação, § 9º, p. 249.

⁴¹⁴ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 117.

⁴¹⁵ *Idem*. p. 118.

⁴¹⁶ *Ibidem*. p. 118.

às ideias kantianas para nos referir às individualidades de um modo bastante satisfatório; o fato de que sua constituição se dá com base na comparação entre essências inexatas, isto é, o fato de que há uma primazia dessas⁴¹⁷, assim como um seu reconhecimento é o que garante, portanto, que a fenomenologia das essências de Husserl não caia num conceitualismo sob os moldes apontados por Bergson.

A segunda e derradeira questão, a seu turno, sobre a qual gostaria de comentar diz respeito à possibilidade de considerações psicogenéticas em torno dos objetos universais, e que tem sua importância, pois se enquadra em torno do problema concernente às relações entre Fenomenologia e Psicologia. Assim, se retomamos agora aquelas duas questões em torno das quais Husserl compreende que gira teoria dos universais de Hume, atinentes, a saber, a como ideias individuais poderiam atuar de maneira representativa e ao que garantiria seu uso relativamente a apenas um atributo, uma vez que poderiam atuar representando vários, vemos que, dado o sentido intrínseco das intenções de objetos universais, elas não fazem sentido, posto que não apenas não há qualquer função representativa como a unidade do sentido da visada é garantida por se visar a uma dada essência e não a outra. Isto, porém, e este é o ponto aqui, não significa que tais perguntas não possam ser colocados em termos adequados à configuração evidente do dado, ou seja, não significa que não se possa construir uma psicologia genética em torno das intenções de conceitos. De fato, como aponta o próprio Husserl, seria perfeitamente legítimo se perguntar, numa investigação de tal natureza, como o sujeito, rodeado de objetos individuais, consegue partir da visada deles para a visada de suas condições de possibilidade⁴¹⁸, com o que se colocaria em melhores termos a aquela primeira questão, podendo-se, em substituição à segunda, indagar não acerca da unidade do sentido da intenção universal, mas, sim, acerca da diversidade de suas formas, ou seja, acerca de como, tendo saído da visada individual para a universal, chegamos ainda a esta multiplicidade⁴¹⁹. A reconfiguração de tais questões, então, nos mostra que a elaboração de uma psicologia em torno da visada de essências - realizada também por autores contemporâneos como, p. ex., Vigotski, o qual estuda o desenvolvimento do pensamento categorial em geral em crianças e seus efeitos sobre sua capacidade de solução de problemas práticos⁴²⁰ - tem como único limite e, na verdade, talvez, fundamento, a preservação do sentido do dado absoluto que é revelado na imanência da consciência, o qual, em última análise, nenhuma ciência empírica pode infirmar ou tentar reconduzir a outros termos.

⁴¹⁷ LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. p. 118.

⁴¹⁸ HUSSERL, Edmund. **Logische Untersuchungen**. 2ª Investigação, § 34, p. 194.

⁴¹⁹ *Idem*. 2ª Investigação, § 34, p. 194.

⁴²⁰ Conferir, e. g., *A formação social da mente*.

III.4. Recapitulação e fixação da legitimidade do discurso sobre objetos universais

Pode-se afirmar que o presente capítulo, ao contrário dos dois anteriores, esteve dividido não em dois, mas em três momentos distintos. Tentou-se, de início, uma apresentação detalhada do sentido do problema em torno das significações universais, o qual, como logo vimos, decorria da dificuldade de se dar conta dos objetos aos quais elas se refeririam. Assim, apresentamos, de plano, dois modos de abordagem, o platônico, o qual nos levou a um hipostasia metafísica dos universais, e o de Locke, que nos levou a uma hipostasia psicológica deles e, ao mesmo tempo, delineou os paradigmas de concepção da questão que continuou a ser utilizado mesmo por seus objetores, cuja abordagem também se apresentou.

Com efeito, como vimos no segundo momento do capítulo, por mais que os nominalistas repudiem as ideias universais de Locke, se mantêm na tentativa de dar uma explicação psicológica para o problema dos universais, e o fazem, no caso de Mill, sob a afirmação de que o atributo ao qual se atenta exclusivamente seria o fundamento de unidade de um âmbito objetual, ou, no caso de Hume e Berkeley, com base numa doutrina da função representativa das ideias e objetos individuais, os quais apontariam, em função de determinadas relações de semelhança, uns para os outros. Como vimos, porém, na medida em que tais doutrinas consistem numa tentativa de fazer o individual funcionar como universal, quase que numa tentativa de consertar a doutrina de Locke, elas caem em inevitáveis contradições, as quais, porém, se revelam como presentes já na formulação do problema, em que se toma o objeto universal como se ele tivesse de ser o “um em todos”, de modo que, para sair da aporia, é necessário um retorno radical à fonte da questão, com o que se chega ao terceiro momento do capítulo.

Aí, então, pudemos ver que há, tanto na solução de Platão, quanto na de Locke e dos nominalistas, uma distorção do sentido intrínseco às visadas dos objetos universais, uma tentativa de reduzi-los a outros termos, e isso precisamente porque não se consegue conceber outro modo de existência para além do da coisa, nem, para além disso, perceber que, em função do ser absoluto da consciência, seu dado não é reconduzível, tem de ser tomado tal como é, não escondendo nada por trás de si. Quando, porém, atentando-se a tal, mais uma vez se reflete no sentido intrínseco das intenções de objetos universais, desta vez sem pré-conceitos ontológicos, nota-se que eles são as condições de possibilidade dos entes enquanto entes de um tipo e não de outro, tomando-se, naturalmente, como imediatamente evidente a divisão do mundo objetivo em regiões, pode-se concluir sem maiores dificuldades, que não se trata aí de qualquer objeto real, mas, sim, de um objeto intemporal e

indiferenciado, o qual, sendo concebido num ato psicológico, não compartilha de tal estatuto. De fato, o que fica claro das exposições feitas é que se, p. ex., no caso de Locke e dos nominalistas, as ideias abstratas ou os usos psicológicos das ideias individuais são meramente fundados na particular constituição do ser humano, e deixariam de existir caso fôssemos, digamos, extintos, os objetos universais, enquanto condições de possibilidade, não valem apenas para tal espécie, dado que elas continuam a valer sejam ou não captadas, não deixando, e. g., como reiteramos várias vezes ao longo da dissertação, as leis lógicas de valer apenas porque não há algum ser efetivamente existente que tenha capacidade de inteligi-las. Posto tudo isso, então, a legitimidade do discurso acerca de objetos universais emana de sua irreducibilidade ontológica, da ilegitimidade da desnaturação do sentido de sua visada.

CONCLUSÃO

Espera-se, habitualmente, de uma conclusão, uma síntese do que fora trabalhado ao longo do texto ao qual ela se refere. Se é isto, de fato, que aqui se deseja, então pode-se afirmar que nesta dissertação trabalhamos a configuração de objetos que, de acordo com o sentido intrínseco das intenções a eles dirigidas, não são, consoante o exposto acima, “reais”. É claro, no entanto, que, para fazê-lo, tivemos de discutir, em primeiro lugar, a importância da discussão nas *Investigações Lógicas* de Husserl, obra em que nos sustentamos, assim como, em segundo lugar, o delineamento geral dos atos intencionais e, sobretudo, dos atos intencionais significativos. Vimos, então, que o projeto de uma Doutrina da Ciência, para que possa ser executado e compreendido radicalmente nesta sua execução, depende de uma elucidação prévia do que são conceitos, pois que suas leis derivam, analiticamente, dos conceitos ontológicos e significativos principais. Outrossim, esclareceu-se o aspecto intrinsecamente referencial daqueles atos, bem como, já no terceiro capítulo, a irreducibilidade de sua configuração, a partir de que se pôde demonstrar a impossibilidade das soluções empiristas. Para uma síntese do que fora desenvolvido, me parece que estas breves considerações são o suficiente, uma vez que ao longo do trabalho procurei sempre fazer recapitulações e, mais do que isso, procurei, ao máximo, deixar claro o significado global de cada uma das partes do exame; se fui bem sucedido, uma tentativa mais de resumi-las será mera redundância.

Assim, gostaria de, nesta conclusão, fazer apenas uma pequena consideração. A discussão acerca do estatuto ontológico dos objetos universais não é basilar apenas para a fundamentação da legitimidade objetiva do raciocínio dedutivo-formal, uma vez que, em última instância, a irreducibilidade de seu tipo de existência nos aponta para algo mais. Com efeito, quando olhamos para as limitações da atitude natural, notamos que ela está bastante relacionada com a crise das ciências apontada por Husserl, uma crise que não concerne às descobertas descritivas destas, mas, sim, ao fato de que elas já não dizem nada ao Homem que as efetua, nem ao que se utiliza de seus resultados técnicos, não dizem nada quanto às perguntas fundamentais de sua vida. Assim como se reduzia o fluxo de consciência à coisalidade, assim como se deformava o sentido da visada dos objetos universais, se tenta responder a tais questões constitutivas, como, p. ex., “o que devo fazer?”, “qual a finalidade da minha existência?”, com apelo à coisa, com apelo a descobertas acerca da constituição do corpo ou, mais especificamente, do cérebro. Às questões éticas fundamentais, ao angustiamento que se abre diante do vazio de sentido da existência se tenta dar vazão pela

consideração acerca do que é mais benéfico em termos evolutivos, ou, ainda, acerca de quais atividades liberariam tais ou quais hormônios que geram sensações “positivas”.

Creio, neste sentido, que a elucidação do tipo de ser dos objetos universais acaba, para além de garantir a validade *a priori* do raciocínio lógico, por apontar precisamente para a limitação do positivismo científico enquanto aproximação da evidência tomada pelo preconceito daquilo que se chamou atitude natural. É precisamente na fissura gerada pela constante tensão decorrente do modo como o empirismo tenta reconduzir a universalidade à individualidade que se pode mais facilmente perceber sua deficiência e entrever que o ente não possui apenas um único modo de existência, que há algo mais a esclarecer do que as coisas individuais que se nos apresentam. Assim, o escopo dentro do qual tratamos a questão da universalidade dos objetos universais se alarga e, de repente, o rio no qual navegamos deságua no mar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências Principais

BRENTANO, Franz. **Psychologie vom empirischen Standpunkt**. Hamburgo/ALE: Felix Meiner Verlag, 1973.

_____. **Psychology from an Empirical Standpoint**. 2ª ed. Nova Iorque/EUA: Routledge, 2015.

FREGE, Gottlob. **Der Gedanke: Eine logische Untersuchung**. Disponível em: gavagai.de/HHP32.htm.

_____. **The Foundations of Arithmetic**. Northwestern University Press, 1980.

GURWITSCH, Aron. **The Collected Works of Aron Gurwitsch**. Vol. 2: *Studies in Phenomenology and Psychology*. Wisconsin/EUA: Springer, 2009.

HUME, David. **A Treatise of Human Nature**. Londres/RU: Penguin Books, 1969.

HUSSERL, Edmund. **Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie**. 3ª ed. Haia/HOL: Martinus Nijhoff, 1976.

_____. **Ideias para uma Fenomenologia Pura e para uma Filosofia Fenomenológica**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

_____. **INVESTIGAÇÕES LÓGICAS – Segundo Volume, Parte I: Investigações para a Fenomenologia e a Teoria do Conhecimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **INVESTIGAÇÕES LÓGICAS – Primeiro Volume: Prolegômenos à Lógica Pura**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. **Investigações Lógicas: Sexta Investigação**. In: Coleção: Os Pensadores, Vol. XLI, pp. 7-192. São Paulo: Abril S. A. Cultural e Industrial, 1975.

_____. **Logische Untersuchungen**. 2ª ed. Hamburgo/ALE: Felix Meiner Verlag, 2009.

INGARDEN, Roman. **On the Motives which led Husserl to Transcendental Idealism**. Haia/HOL: Martinus Nijhoff, 1975.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2015.

_____. **Kritik der reinen Vernunft**. 2ª ed. Stuttgart/ALE: Reclam Verlag, 1966.

LEVINAS, Emmanuel. **The Theory of Intuition in Husserl's Phenomenology**. 2ª ed. Illinois/EUA: Northwestern University Press, 1995.

MERLAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

MOHANTY, Jitendra Nath. **Husserl's Thesis of the Ideality of Meanings**. In: Readings on Edmund Husserl's *Logical Investigations*, pp. 76-83. Haia/HOL: Martinus Nijhoff, 1977.

SOKOLOWSKI, Robert. **Semiotics in Husserl's *Logical Investigations***. In: *One Hundred Years of Phenomenology*, pp. 171-185. Springer-Science+Business Media Dordrecht, 2002.

SPIEGELBERG, Herbert. **The phenomenological movement: a historical introduction**. Vol. 2. 2ª ed: Springer-Science+Business Media Dordrecht, 1971

_____. **The phenomenological movement: a historical introduction**. 3ª ed. Dordrecht/HOL: Kluwer Academic Publishers, 1994.

WEIGELT, Karl. **The Signified World: The Problem of Occasionality in Husserl's Phenomenology of Meaning**. Visby/SE: Eddy.se ab, 2008.

Referências Complementares

ALES BELLO, Angela. **The Divine in Husserl and Other Explorations**. Dordrecht/HOL: Springer, 2009.

BELL, David. **HUSSERL: The Arguments of the Philosophers**. Nova Iorque/EUA: Routledge, 1990.

CÔRTEZ TOURINHO, Carlos Diógenes. **Funções do Signo e Identidade Pessoal: o caso da "vida solitária da alma" nas *Investigações Lógicas Husserl***. In: *Aufklärung*, pp. 53-62, Vol. 6, n.3. João Pessoa, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18012/arf.2019.48229>.

DERRIDA, Jacques. **A Voz e o Fenômeno: Introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1994.

GURWITSCH, Aron. **The Collected Works of Aron Gurwitsch**. Vol. 1: *Constitutive Phenomenology in Historical Perspective*. Wisconsin/EUA: Springer, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **Sein und Zeit**. 11ª ed. Tübingen/ALE: Max Niemeyer Verlag, 1967.

_____. **Ser e Tempo**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Vozes; São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2015.

HUSSERL, Edmund. **A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental: Uma Introdução à Filosofia Fenomenológica**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

_____. **Introduction to the Logical Investigations**. Haia/HOL: Martinus Nijhoff, 1975.

_____. **Meditações Cartesianas e Conferências de Paris**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

LEVINAS, Emmanuel. **Discovering Existence with Husserl**. Illinois/EUA: Northwestern University Press, 1998.

SMITH, Barry; WOODRUFF, Smith. **The Cambridge Companion to Husserl**. Nova Iorque/EUA: Cambridge University Press, 1995.

SOLOMON, Robert. **Sense and Essence: Frege and Husserl**. In: *Analytic Philosophy and Phenomenology*. Haia/HOL: Martinus Nijhoff, 1976.

STRÖKER, Elisabeth. **The Husserlian Foundations of Science**. Springer-Science+Business Media Dordrecht, 1997.

VON UEXKÜLL, Jakob. **Andanzas por los Mundos Circundantes de los Hombres y los Animales**. 1ª ed. Buenos Aires/AR: Editorial Cactus, 2016.